

PATRÍSTICA

SANTO AGOSTINHO

Explicação de algumas proposições
da Carta aos Romanos

Explicação da Carta aos Gálatas

Explicação incoada da Carta aos Romanos



SANTO AGOSTINHO

EXPLICAÇÃO
DE ALGUMAS PROPOSIÇÕES
DA CARTA AOS ROMANOS

EXPLICAÇÃO
DA CARTA AOS GÁLATAS

EXPLICAÇÃO INCOADA
DA CARTA AOS ROMANOS



Índice

[APRESENTAÇÃO](#)

[INTRODUÇÃO](#)

[EXPLICAÇÃO DE ALGUMAS PROPOSIÇÕES DA CARTA AOS ROMANOS](#)

[EXPLICAÇÃO DA CARTA AOS GÁLATAS](#)

[EXPLICAÇÃO INCOADA DA CARTA AOS ROMANOS](#)

APRESENTAÇÃO

Surgiu, pelos anos 40, na Europa, especialmente na França, um movimento de interesse voltado para os antigos escritores cristãos, conhecidos tradicionalmente como “Padres da Igreja”, ou “santos Padres”, e suas obras. Esse movimento, liderado por Henri de Lubac e Jean Daniélou, deu origem à coleção “Sources Chrétiennes”, hoje com mais de 400 títulos, alguns dos quais com várias edições. Com o Concílio Vaticano II, ativou-se em toda a Igreja o desejo e a necessidade de renovação da liturgia, da exegese, da espiritualidade e da teologia a partir das fontes primitivas. Surgiu a necessidade de “voltar às fontes” do cristianismo.

No Brasil, em termos de publicação das obras destes autores antigos, pouco se fez. A Paulus Editora procura, agora, preencher esse vazio existente em língua portuguesa. Nunca é tarde ou fora de época para rever as fontes da fé cristã, os fundamentos da doutrina da Igreja, especialmente no sentido de buscar nelas a inspiração atuante, transformadora do presente. Não se propõe uma volta ao passado através da leitura e estudo dos textos primitivos como remédio ao saudosismo. Ao contrário, procura-se oferecer aquilo que constitui as “fontes” do cristianismo para que o leitor as examine, as avalie e colha o essencial, o espírito que as produziu. Cabe ao leitor, portanto, a tarefa do discernimento. Paulus Editora quer, assim, oferecer ao público de língua portuguesa, leigos, clérigos, religiosos, aos estudiosos do cristianismo primevo, uma série de títulos, não exaustiva, cuidadosamente traduzida e preparada, dessa vasta literatura cristã do período patrístico.

Para não sobrecarregar o texto e retardar a leitura, procurou-se evitar anotações excessivas, as longas introduções estabelecendo paralelismos de versões diferentes, com referências aos empréstimos da literatura pagã, filosófica, religiosa, jurídica, às infindas controvérsias sobre determinados textos e sua autenticidade. Procurou-se fazer com que o resultado desta pesquisa original se traduzisse numa edição despojada, porém, séria.

Cada obra tem uma introdução breve com os dados biográficos essenciais do autor e um comentário sucinto dos aspectos literários e do conteúdo da obra suficientes para uma boa compreensão do texto. O que interessa é colocar o leitor diretamente em contato com o texto. O leitor deverá ter em mente as enormes diferenças de gêneros literários, de estilos em que estas obras foram redigidas: cartas, sermões, comentários bíblicos, paráfrases, exortações, disputas com os heréticos, tratados teológicos vazados em esquemas e categorias filosóficas de tendências diversas, hinos litúrgicos. Tudo isso inclui, necessariamente, uma disparidade de tratamento e de esforço de compreensão a um mesmo tema. As constantes, e por vezes longas, citações bíblicas ou simples transcrições de textos escriturísticos devem-se ao fato de que os Padres escreviam suas reflexões sempre com a Bíblia numa das mãos.

Julgamos necessário um esclarecimento a respeito dos termos patrologia, patrística e Padres ou Pais da Igreja. O termo patrologia designa, propriamente, o estudo sobre a vida, as obras e a doutrina dos pais da Igreja. Ela se interessa mais pela história antiga, incluindo também obras de escritores leigos. Por patrística se entende o estudo da doutrina, das origens dessa doutrina, suas dependências e empréstimos do meio cultural, filosófico, e da evolução do pensamento teológico dos pais da Igreja. Foi no século XVII que se criou a expressão “teologia patrística” para indicar a doutrina dos padres da Igreja distinguindo-a da “teologia bíblica”, da “teologia escolástica”,

da “teologia simbólica” e da “teologia especulativa”. Finalmente, “Padre ou Pai da Igreja” se refere a escritor leigo, sacerdote ou bispo, da antiguidade cristã, considerado pela tradição posterior como testemunho particularmente autorizado da fé. Na tentativa de eliminar as ambigüidades em torno desta expressão, os estudiosos convencionaram em receber como “Pai da Igreja” quem tivesse estas qualificações: ortodoxia de doutrina, santidade de vida, aprovação eclesiástica e antiguidade. Mas os próprios conceitos de ortodoxia, santidade e antiguidade são ambíguos. Não se espere encontrar neles doutrinas acabadas, buriladas, irrefutáveis. Tudo estava ainda em ebulição, fermentando. O conceito de ortodoxia é, portanto, bastante largo. O mesmo vale para o conceito de santidade. Para o conceito de antiguidade, podemos admitir, sem prejuízo para a compreensão, a opinião de muitos especialistas que estabelece, para o Ocidente, Igreja latina, o período que, a partir da geração apostólica, se estende até Isidoro de Sevilha (560-636). Para o Oriente, Igreja grega, a antiguidade se estende um pouco mais, até a morte de s. João Damasceno (675-749).

Os “Pais da Igreja” são, portanto, aqueles que, ao longo dos sete primeiros séculos, foram forjando, construindo e defendendo a fé, a liturgia, a disciplina, os costumes, e os dogmas cristãos, decidindo, assim, os rumos da Igreja. Seus textos se tornaram fontes de discussões, de inspirações, de referências obrigatórias ao longo de toda tradição posterior. O valor dessas obras que agora Paulus Editora oferece ao público pode ser avaliado neste texto: “Além de sua importância no ambiente eclesiástico, os Padres da Igreja ocupam lugar proeminente na literatura e, particularmente, na literatura greco-romana. São eles os últimos representantes da Antiguidade, cuja arte literária, não raras vezes, brilha nitidamente em suas obras, tendo influenciado todas as literaturas posteriores. Formados pelos melhores mestres da Antiguidade clássica, põem suas palavras e seus escritos a serviço do pensamento cristão. Se excetuarmos algumas obras retóricas de caráter apologético, oratório ou apuradamente epistolar, os Padres, por certo, não queriam ser, em primeira linha, literatos, e sim, arautos da doutrina e moral cristãs. A arte adquirida, não obstante, vem a ser para eles meio para alcançar este fim. (...) Há de se lhes aproximar o leitor com o coração aberto, cheio de boa vontade e bem-disposto à verdade cristã. As obras dos Padres se lhe reverterão, assim, em fonte de luz, alegria e edificação espiritual” (B. Altaner e A. Stuiber, Patrologia, S. Paulo, Paulus, 1988, pp. 21-22).

A Editora

Nos séc. IV e V, tanto no Ocidente quanto no Oriente, houve grande interesse pelas cartas do apóstolo Paulo. A evidenciá-lo é a quantidade de textos patrísticos compostos a propósito do *corpus paulinum* no referido período: só os *comentários* (*expositiones*) somam mais de 20.¹

Oriundos da literatura clássica grega e usados também no judaísmo, os *comentários* são obras cujo fim é explicar sistematicamente um livro inteiro, uma sua seção orgânica,² ou mesmo todas as obras de um autor para que se possa interpretá-lo corretamente. Esse é o caso dos *comentários* às epístolas de Paulo; ou buscava-se apresentar a questão central de sua doutrina em determinada Carta ou o ponto fundamental, e suas implicações, do todo de sua doutrina nas diversas epístolas. Cada versículo é, por isso, comentado. Os *comentários* não eram, contudo, o gênero literário exclusivo para a ilustração do *corpus paulinum*.

Chegaram até nós obras patrísticas com explicações de passagens bíblicas específicas, de particular interesse,³ isto é, não como exposição completa do todo de um escrito ou de uma sua seção orgânica. Trata-se das *questões* (*quaestiones*), textos com forma de soluções a dificuldades específicas, semelhante à de perguntas e respostas (*quaestiones et responsiones*). As questões, dificuldades ou perguntas, nem sempre ocorreram, de fato, em debates ou discussões propriamente ditos, poderiam ser simplesmente retóricas ou mesmo ter sido apresentadas por escrito, mediante cartas, por exemplo. São obras mais breves que os *comentários* e contêm somente aqueles versículos sobre os quais versavam, ou poderiam versar, dificuldades precisas. São um gênero em si e provêm também da literatura clássica.⁴

O fato de as *questões* não conterem todos os versículos de um texto escriturístico não significa, no entanto, que se ignorasse a totalidade do respectivo texto escriturístico, ou seu argumento fundamental. Assim como com os *comentários*, onde se buscava trazer à luz o autêntico pensamento do Apóstolo,⁵ também com as *questões* buscava-se uma correta interpretação, o que não seria possível sem o conhecimento do ponto nodal de um escrito seu, ainda que a obra patrística não exponha por completo a doutrina do referido texto apostólico, ou seja, foque em questões precisas e mais brevemente.

A necessidade de uma justa interpretação das epístolas paulinas explica-se, ainda que não exclusivamente, pelas controvérsias doutrinárias ocorridas entre 350 e 450 sobre a pessoa e a natureza de Cristo, o significado da salvação e a condição humana;⁶ além disso, as cartas paulinas eram comuns ao variado universo de interlocutores nestas mesmas controvérsias, isto é, a ortodoxos e a heterodoxos.⁷ Mas também havia o interesse por Paulo sob um prisma espiritual, moral, ascético: o Apóstolo tornara-se modelo de conversão.⁸ Esses motivos não se excluem. Podem até mesmo confluir.⁹ Fato é que Agostinho insere-se entre os comentadores do *corpus paulinum*¹⁰ bastante alerta quanto às controvérsias mencionadas,¹¹ ainda que não pareça ter como objetivo primeiro, nos escritos ora introduzidos, estas mesmas controvérsias.

À parte o quando o Hiponense possa ter tido seu primeiro contato com as cartas de Paulo,¹² é sabido que Agostinho começara a estudá-las¹³ antes mesmo que seu processo de conversão chegasse a seu ponto dramático¹⁴ e de não-retorno. Desde então, pretende dedicar-se também ao estudo das escrituras¹⁵ e Paulo é cada vez mais presente e determinante na reflexão e na obra do Hiponense.

Uma motivação, especialmente depois de sua inesperada ordenação presbiteral em 391,¹⁶ para sua aplicação, mesmo se não tanto quanto gostaria, no estudo das Escrituras é a instrução de seus ouvintes,¹⁷ o que proporcionou-lhe uma fama tal, a ponto de, estando ele presente e sendo necessária uma alocução pública, serem-lhe dadas mais ocasiões de falar que de ouvir.¹⁸

Assim, em 393, como sacerdote, é convidado a tomar a palavra para discorrer *Sobre a fê e o credo* (*De fide ac symbolo*) em um concílio plenário da Igreja africana.¹⁹ O primeiro de muitos outros em que tomará parte. Não é de se estranhar, portanto, sua presença, a convite do bispo primaz,²⁰ em um concílio, ainda que, provavelmente, regional,²¹ em Cartago no ano seguinte, 394.

É aí, neste mesmo ano,²² que tem origem a *Explicação de algumas proposições da Carta aos romanos* (*exp. prop. Rm.*), que, estando à ordem das *Retractationes*,²³ é a primeira de somente três não longas obras dedicadas propriamente a cartas de Paulo.²⁴

A *exp. prop. Rm.* nasceu de perguntas específicas sobre o texto da carta de Paulo aos romanos que um grupo de irmãos (*fratres*²⁵) apresentou a Agostinho²⁶ depois da leitura da referida epístola paulina²⁷ e pediu-lhe que suas respostas fossem postas por escrito.²⁸ É evidente, portanto, que a obra pertence ao gênero das *questões* (ou *questões e respostas*).

Não se pode, por isso, esperar desta obra agostiniana um texto expositivo completo sobre o mencionado escrito paulino. Ademais, o próprio Hiponense reconhece não o ter tratado em sua completude.²⁹ Mesmo assim, note-se como não tenha ignorado o ponto em torno do qual gravita toda a referida carta, isto é, a relação entre as obras da Lei e as da graça.³⁰ Possivelmente seja esta mesma relação a estimular Agostinho³¹ a empreender um comentário completo a um texto de Paulo.

De volta a Hipona,³² então, compõe, no mesmo período (394/395³³) a *Explicação da Carta aos Gálatas* (*exp. Gal.*). Desta vez, um verdadeiro e próprio *comentário*. Agostinho mesmo deixa claro que teve intenção de tratar da Carta aos Gálatas por inteiro.³⁴

Se as circunstâncias ocasionais da *exp. prop. Rm.* são dadas pelo Hiponense, isso já não ocorre em relação à *exp. Gal.* Tudo o que ele faz notar acerca dos dois textos, à parte as correções à própria doutrina, naturalmente, é que o segundo é, diversamente do primeiro, contínuo, completo. Não se sabe o que, objetivamente, possa tê-lo levado a elaborar a obra. Contudo, não nos parece impossível que, tendo respondido a perguntas de um “círculo monástico” que leu a Carta aos romanos e tendo feito notar que a questão central de toda a Epístola é a relação entre as obras da Lei e as da graça, se pusesse, uma vez mais, sobre esta mesma relação; ora, porém, com uma intenção e a partir de uma obra mais “pastoral” (moral e espiritual),³⁵ que lhe permitisse tratar dos frutos da carne e dos do espírito.

Concluída a obra, o Hiponense põe-se a elaborar outro escrito dedicado a Paulo. Volta-se, de novo, à Carta aos Romanos. Ora, porém, com intenção de levar a termo algo semelhante ao que acabara de fazer com a Carta aos gálatas, isto é, comentar a Epístola paulina por completo.³⁶ Assim, nasce (394/395³⁷) a *Explicação incoada da Carta aos Romanos* (*exp. inc. Rm.*).

Suas circunstâncias, assim como as de sua precedente, não são, objetivamente, dadas. Não é impensável, porém, que, experimentada a concretização de um comentário completo a um escrito bíblico, se debruçasse sobre um texto previamente abordado, mas não tratado por inteiro, isto é, a *exp. prop. Rm.*³⁸ Desejando, pois, e entrevendo, inicialmente, a possibilidade de realizar tal empresa, põe mãos à obra.

Tal projeto, porém, é interrompido, Agostinho mesmo no-lo diz, por sua voluminosidade e pela

fadiga.³⁹ Por isso ele prefere intitulá-la *Explicação incoada (inchoata expositio)*,⁴⁰ iniciada. De fato, ele não comenta mais do que a saudação do Apóstolo, isto é, os sete primeiros versículos da Epístola (Rm 1,1-7).⁴¹

Nestas obras, nota-se como a leitura agostiniana dos escritos paulinos tivesse já assumido sua direção e as bases da doutrina da graça tivessem sido já postas. Lei e graça, com efeito, tornam-se momentos centrais da vida humana, que Agostinho divide em quatro graus: antes da lei, sob a lei, sob a graça, na paz.⁴² O Hiponense fixa-se nos estados sob a Lei e sob a graça, que lhe permitem uma aproximação prática dos textos paulinos. Assim, à Lei corresponde o que é carnal, isto é, material e transitório; enquanto à graça corresponde o que é espiritual e eterno.

Como a Lei e a graça, isto é, como o que é carnal e o que é espiritual, assim também são seus frutos. Na *exp. Gal.*, Agostinho no-lo mostra muito praticamente: a mentira (ou simulação) aparece como fruto da carne, enquanto a humildade e a correção fraterna como frutos da graça. Estando no erro, o ser humano é convidado a passar de um grau, ou estado ou estágio, a outro, isto é, aos frutos do espírito, da graça.⁴³

Tal passagem, no entanto, não anula o valor da Lei, que passa a ser observada em seu espírito legítimo. Afinal, a Lei podia, e pode, ser observada mesmo antes que se passasse, ou se passe, à graça. O espírito com que se observa, porém, é distinto em cada estado. Enquanto se vive sob a Lei, observa-se a Lei por temor, sob a ameaça de sua pena. Ao se passar a viver sob a graça, observa-se a Lei por amor, livremente.⁴⁴ Assim, nesta graduação do carnal ao espiritual, o primeiro papel, de fato, da Lei é o de evidenciar os pecados e apontar a graça, orientar a esta os seres humanos para que possam superar os próprios pecados; o segundo, é o de ser observada graças à graça, graças ao dom do Espírito que difunde a caridade nos corações, repete Agostinho com Paulo.

Surge, aqui, um problema, que o Hiponense não ignora. Se a primeira função da Lei é evidenciar os pecados e indicar a graça, que os repara, como os pagãos poderiam “ver” a graça sem ter tido a Lei?

Estes escritos de Agostinho sublinham, ademais das relações entre Lei e graça, a universalidade do projeto divino de redenção da humanidade, expressa em dois povos: Israel e a gentilidade. Enquanto Israel teve a lei, os gentios tiveram os *elementos do mundo*, que lhes indicavam não serem eles mesmos seus criadores e senhores. Assim teriam intuído e conhecido Deus como seu criador.

O Hiponense, de fato, reconhece, com Paulo, que os gentios chegaram a reconhecer Deus. Mas, assim como Israel foi dobrado pela transgressão da Lei, que acreditou poder cumprir por suas próprias forças, os gentios foram dobrados por seu culto aos ídolos, ou seja, a impiedade, ao ter-se perdido em seus raciocínios.⁴⁵ A humanidade, portanto, em sua universalidade, representada nestes dois povos, é interpelada à passagem à graça, para, humildemente, viver conforme a esta,⁴⁶ não no próprio e transitório, e sim no comum e duradouro.

E, mesmo havendo algum texto que possa ser lido predestinacionisticamente, a ênfase agostiniana na conversão pessoal se faz sentir marcadamente ao comentar o pecado contra o Espírito Santo, que Agostinho define como desespero, e rejeição obstinada até o fim, da possibilidade de conversão.⁴⁷ Com efeito, o ser humano, mediante seu livre-arbítrio pode crer.⁴⁸ A vontade livre não é anulada nem mesmo ao se falar da eleição divina, que se dá em presciência, isto é, Deus sabe previamente quem, livremente, escolherá crer ou não.⁴⁹ De qualquer modo, a eleição não se dá por nenhum mérito precedente.⁵⁰ Da vontade de crer, então, passa-se à fé e desta à graça.⁵¹

É certo que, ao voltar-se mais tarde sobre estas suas obras, corrigir-se-á em algo, o que é atestado por suas *Retractationes*. Mas, já neste período de intensa reflexão sobre os textos de Paulo,

Agostinho continuará a progredir em alguns pontos doutrinais, rejeitando uns e desenvolvendo outros,^{[52](#)} mas nota-se, como dito, como as bases de sua doutrina sobre a graça estivessem já, em linhas de máxima, fundamentadas.

^{[1](#)} Cf. M. Mendoza, *L'esegesi Agostiniana e la lettura di Paolo nel IV Secolo*, em *Agostino. Lettore e Interprete de San Paolo. Lectio Augustini XX. Settimana Agostiniana Pavese (2004)*, Roma, 2008 [Studia Ephemeridis Augustinianum 107], pp. 95-119, p. 101.

^{[2](#)} Cf. M. Simonetti, *Comentários Bíblicos*, em A. Di Berardino (org.), *Dicionário patrístico e de antiguidades cristãs*, Vozes/Paulus, 2002, p. 315-316, p. 315.

^{[3](#)} Cf. M. Simonetti, *Comentários Bíblicos*, em A. Di Berardino (org.), *Dicionário Patrístico e de Antiguidades Cristãs*, Vozes/Paulus, 2002, p. 315-316, p. 315.

^{[4](#)} Cf. C. Curti, *Quaestiones et Responsiones*, em A. Di Berardino (org.), *Dicionário patrístico e de antiguidades cristãs*, Vozes/Paulus, 2002, pp. 1205-1207. Há, ainda, outros gêneros empregados na exegese bíblica, como os tratados, os escólios e as homilias. Fixamo-nos, porém, nos *comentários* e nas *questões* por tratar-se dos gêneros das obras ora introduzidas.

^{[5](#)} Cf. T. F. Martin, *Pauline commentaries in Augustine's Time*, em A. Fitzgerald (ed.), *Augustine through the Ages. An Encyclopedia*, Eerdmans, 1999, pp. 625-628, p. 626, col. 1.

^{[6](#)} Cf. T. F. Martin, *Pauline Commentaries in Augustine's Time*, em A. Fitzgerald (ed.), *Augustine through the Ages. An Encyclopedia*, Eerdmans, 1999, p. 625-628, p. 626, col. 2.

^{[7](#)} Cf. M. Mendoza, *Introduzione*, em *Opere di Sant'Agostino. Opere esegetiche*, Roma, 1997 [Nuova Biblioteca Agostiniana X/2], pp. 461-491, p. 464; T. F. Martin, *Pauline Commentaries in Augustine's Time*, em A. Fitzgerald (ed.), *Augustine through the Ages. An Encyclopedia*, Eerdmans, 1999, pp. 625-628, p. 626, col. 2.

^{[8](#)} Cf. T. F. Martin, *Pauline Commentaries in Augustine's Time*, em A. Fitzgerald (ed.), *Augustine through the Ages. An Encyclopedia*, Eerdmans, 1999, pp. 625-628, pp. 626, col. 2.

^{[9](#)} Tenha-se presente, ainda, a possibilidade da existência de outros fatores mais (cf. T. F. Martin, *Pauline Commentaries in Augustine's Time*, em A. Fitzgerald (ed.), *Augustine through the Ages. An Encyclopedia*, Eerdmans, 1999, pp. 626, col. 2-627, col. 1), que não vem ao caso enumerar, visto que, *grosso modo*, são situáveis entre os já indicados.

^{[10](#)} O primeiro *comentário* a toda uma epístola de Paulo, a Romanos, para maior precisão, surgiu no Oriente, composto por Orígenes. Em ambiente latino, o primeiro comentário a, pelo menos, seis cartas do Apóstolo foi de Mário Vitorino, ainda que somente três tenham se conservado. A Orígenes e a Mário Vitorino seguem, dentre outros, nomes como Apolinário de Laodiceia, Cirilo de Alexandria, João Crisóstomo, Jerônimo, Ambrosiaster, Pelágio.

^{[11](#)} Cf. T. F. Martin, *Pauline Commentaries in Augustine's Time*, em A. Fitzgerald (ed.), *Augustine through the Ages. An Encyclopedia*, Eerdmans, 1999, pp. 625-628, pp. 627, col. 1. Quanto a heresias, cismas ou controvérsias acenados pelo Hiponense e indicados em notas, vejam-se respectivas vozes em A. Di Berardino (ed.), *Dicionário patrístico e de antiguidades cristãs*, Vozes/Paulus, 2002, e R. Frangiotti, *História das heresias (Séculos I-VIII). Conflitos ideológicos dentro do cristianismo*, Paulus, 2007.

^{[12](#)} Uma síntese das diversas posições de estudiosos a esse respeito é oferecida por M. Mendoza, *L'esegesi Agostiniana e la lettura di Paolo nel IV Secolo*, em *Agostino. Lettore e Interprete de San Paolo. Lectio Augustini XX. Settimana Agostiniana Pavese (2004)*, Roma, 2008 [Studia Ephemeridis Augustinianum 107], pp. 95-119, pp. 95-98.

^{[13](#)} Cf. *Confissões* 7,27, Paulus, 1997 [Patrística 10].

^{[14](#)} Cf. *Confissões* 7,19-29, Paulus, 1997 [Patrística 10].

^{[15](#)} Cf. *Epístula* 21,3.

^{[16](#)} Provavelmente. Acerca da referida datação, vejam-se R. A. Markus, *Life, culture and controversies of Augustine*, em A. Fitzgerald (ed.), *Augustine through the Ages. An Encyclopedia*, Eerdmans, 1999, pp. 498-504, p. 499, c. 1 e G. Bonner, *Augustinus (uita)*, em C. Mayer (ed.) *Augustinus Lexikon*, Basel, 1986-1994, vol. 1, col. 519-550, col. 534-535.

^{[17](#)} Cf. *Epístulae* 21,3-4 e 73,5.

^{[18](#)} Cf. *Retractationes* prologus,2.

^{[19](#)} Cf. *Retractationes* 1,17.

^{[20](#)} Cf. O. Perler, *Les Voyages de Saint Augustin*, Paris, 1969, pp. 162.

^{[21](#)} Cf. H. Froidevaux, *Tableau des Conciles Africains depuis le commencement du IVe. Siècle jusqu'à l'Invasion des Vandales (300-429)* , *sub voce Afrique*, em *Dictionaire de Histoire et Geographie Ecclesiastique*, Paris, 1912, vol. 1, col. 705-871, col. 811-822, col. 812.

^{[22](#)} Cf. O. Perler, *Les Voyages de Saint Augustin*, Paris, 1969, pp. 162-163. Concordam com esta datação G. Bardy, *Notes Complementaires*, em *Oeuvres de Saint Augustin. Les Révisions*, Paris, 1950 [Bibliothèque Augustinienne 12], p. 574, n. 33; J. Divjak, *Praefatio*, em *Sancti Aureli Augustini Opera*, Wien, 1971 [Corpus Scriptorum Ecclesiasticorum Latinorum 84], p. VII; M. G. Mara, *Note sul commento di Agostino alla Lettera ai Romani (Expositio quarundam propositionum ex epistula ad Romanos)*, em *Augustinianum* 25 (1985) 95-104, p. 97; M. Mendoza, *Introduzione*, em *Opere di Sant'Agostino. Opere esegetiche*, Roma, 1997 [Nuova Biblioteca Agostiniana X/2], pp. 461-491, pp. 474 e 480 e T. G. Ring, *Expositio quarundam propositionum ex epistula apostoli ad Romanos*, em C. Mayer (ed.), *Augustinus Lexikon*, Basel, 1996-2002, vol. 2, col. 1209-1228, col. 1210.

^{[23](#)} Cf. *Retractationes* 1,23[22],1; obra em que Agostinho propõe-se a revisar minuciosa (*Retractationes* prologus,1) e cronologicamente (*Retractationes* prologus,3) seus escritos. A *exp. prop. Rm.* é revisada em *Retractationes* 1,23[22],1-4. O leitor encontrará, ao longo dos textos, em nota, as correções aportadas pelo próprio Hiponense.

^{[24](#)} As outras duas, que se encontram neste mesmo volume e às quais nos voltaremos brevemente em seguida, são a *Explicação da Carta aos gálatas* e a *Explicação incoada da Carta aos romanos*. Não comentou nenhum outro texto do *corpus paulinum*, ainda que reconhecesse a canonicidade de todo ele (cf. *A doutrina cristã* 2,13, Paulus, 2002 [Patrística 17]), Carta aos Hebreus inclusive, que, mesmo se considerada de autoria dúbia por alguns, é tida por Agostinho como apostólica pelo fato de ser aceita pelas igrejas ocidentais (cf. *De peccatorum meritis et remissione* 1,50). A propósito do cânon escriturístico em Agostinho, veja-se A.-M. La Bonnardière, *Le Canon des divines Ecritures*, em A.-M. La Bonnardière, *Saint Augustin et la Bible*, Paris, 1986 [Bible de Tous les Temps 3], pp. 287-301.

^{[25](#)} M. G. Mara, *Note sul commento di Agostino alla Lettera ai Romani (Expositio quarundam propositionum ex epistula ad Romanos)*, em *Augustinianum* 25 (1985) 95-104, p. 97, n. 13, diz que o termo *fratres* “induce a pensare [...] in un ambiente ascetico-monastico”. Igualmente M. Mendoza, *Introduzione*, em *Opere di Sant'Agostino. Opere esegetiche*, Roma, 1997 [Nuova Biblioteca Agostiniana X/2], pp. 461-491, p. 474. Acerca do termo, veja-se R. Dodaro, “*Frater*”, em C. Mayer (ed.), *Augustinus Lexikon*, Basel, 2004, vol. 3, col. 60-62. Independentemente, porém, de tratar-se ou não de uma “comunidade monástica”, não é atestável relação alguma entre a leitura da Carta aos romanos e o concílio que fora motivo para a estadia de Agostinho em Cartago (cf. O. Perler, *Les voyages de Saint Augustin*, Paris, 1969, p. 162).

^{[26](#)} *Retractationes* 1,23[22],1.

^{[27](#)} A abrangência das questões, do primeiro ao último capítulo da Carta aos romanos, e o testemunho das *Retractationes* (1,23[22],1) deixam claro ter-se tratado de uma leitura completa da Epístola.

^{[28](#)} *Retractationes* 1,23[22],1.

^{[29](#)} Cf. *Retractationes* 1,24[23],1.

^{[30](#)} Cf. *exp. prop. Rm.* Prefácio.

^{[31](#)} Cf. *exp. Gal.* 1.

^{[32](#)} Cf. G. Madec, *Introduzione Generale*, em *Opere di Sant'Agostino. Le Rittrattazioni*, Roma, 1994 [Nuova Biblioteca Agostiniana II], pp. VII-CXI, p. XXIX.

^{[33](#)} Cf. E. Plumer, *Expositio epistulae ad Galatas*, em A. Fitzgerald (ed.), *Augustine through the Ages. An Encyclopedia*, Eerdmans, 1999, p. 345; T. G. Ring, “Expositio epistulae ad Galatas”, em C. Mayer (ed), *Augustinus Lexikon*, Basel, 1996-2002, vol. 2, col. 1199-1207, col. 1200; P. Fredriksen, *Die frühe Paulusexegese*, em V.-H. Drecoll (ed.), *Augustin Handbuch*, Tübingen, 2007, pp. 279-294, p. 283.

^{[34](#)} Cf. *exp. Gal.* 1 e *Retractationes* 1,24[23],1.

^{[35](#)} Sobre o caráter pastoral da obra, veja-se N. Cipriani, *La “Expositio Epistolae ad Galatas di Agostino”*, em *Agostino. Lettore e Interprete di Paolo. Lectio Augustini XX. Settimana Agostiniana Pavese (2004)*, Roma, 2008 [Studia Ephemeridis Augustinianum 107], pp. 41-62, pp. 58-61.

^{[36](#)} Cf. *Retractationes* 1,25[24].

^{[37](#)} Cf. P. Fredriksen, “Die frühe Paulusexegese”, em V.-H. Drecoll (ed.), *Augustin Handbuch*, Tübingen, 2007, pp. 279-294, p. 283. Parece haver, contudo, quem tenha considerado a obra, contrariamente à disposição cronológica das

Retractationes, anterior à *exp. prop. Rm.* (cf. F. Cocchini, “Agostino Interprete di Paolo nella ‘Inchoata Expositio’”, em *Agostino. Lettore e Interprete di Paolo. Lectio Augustini XX. Settimana Agostiniana Pavese (2004)*, Roma, 2008 [Studia Ephemeridis Augustinianum 107], pp. 71-93, p. 73, n. 8-9).

^{[38](#)} Veja-se acima pp. 13-14.

^{[39](#)} Cf. *Retractationes* 1,25[24].

^{[40](#)} Cf. *Retractationes* 1,25[24].

^{[41](#)} Cf. *Retractationes* 1,25[24].

^{[42](#)} Cf. *exp. prop. Rm.* 12 e *exp. Gal.* 46.

^{[43](#)} Cf. *exp. Gal.* 20, 42-43 e 58.

^{[44](#)} Cf. *exp. Gal.* 22 e 42.

^{[45](#)} Cf. *exp. Gal.* 24 e 29-31; *exp. inc. Rm.* 1, 3, 6, 8 e 11.

[46](#) Cf. *exp. Gal.* 15, 19 e 25; *exp. inc. Rm.* 3 e 17.

[47](#) Cf. *exp. inc. Rm.* 14.

[48](#) Cf. *exp. prop. Rm.* 44.

[49](#) Cf. *exp. prop. Rm.* 55 e 60-62.

[50](#) Cf. *exp. prop. Rm.* 62.

[51](#) Cf. *exp. prop. Rm.* 12*passim*; *exp. Gal.* 46*passim*.

[52](#) Cf. nota 23 e, por exemplo, *exp. prop. Rm.* 52 [60] e respectiva nota.

EXPLICAÇÃO DE ALGUMAS PROPOSIÇÕES DA CARTA AOS ROMANOS

Prefácio. Os vários sentidos da Carta do apóstolo Paulo aos romanos serão expostos a seguir. Em primeiro lugar, deve-se levar em conta que a carta versa¹ sobre as obras da Lei e da graça.

1. [1] (1,4)² – A expressão “Pela ressurreição dos mortos segundo o Espírito de santidade” indica que [os discípulos] receberam o dom do Espírito depois da ressurreição de Cristo (cf. At 1,1-8; 2,1-4);³ se ele menciona a ressurreição dos mortos, é porque em Jesus todos estamos crucificados e nele ressuscitaremos (cf. Rm 6,5; 8,17; 2Tm 2,11-12).

2. [2] (1,11) – Pelas palavras “para vos comunicar um dom espiritual”, entende-se o amor de Deus e do próximo, para que de forma alguma invejem os gentios chamados ao Evangelho.

3. [3] (1,18) – O que ele disse: “manifesta-se, com efeito, a ira de Deus, do alto do céu, contra toda impiedade” e o que segue, também Salomão o disse, a respeito dos sábios do mundo: “se foram capazes de conhecer tanto, a ponto de perscrutar o mundo, como não descobriram antes o seu Senhor e Criador?”⁴ (Sb 13,9). Mas os denunciados por Salomão não conheceram o Criador mediante a criatura; enquanto os denunciados pelo Apóstolo conheceram-no, mas não lhe renderam graças, e dizendo-se sábios, tornaram-se tolos e caíram no culto aos simulacros (cf. Rm 1,21-23). De fato, ao falar aos atenienses, o mesmo apóstolo mostrou claramente que sábios entre os gentios encontraram o Criador. Depois de ter dito: “pois nele vivemos e nos movemos e somos”, acrescentou: “assim, aliás, disseram alguns dos vossos” (At 17,28). Com essa afirmação, primeiro denuncia a impiedade dos gentios a fim de, a partir dela, provar que os convertidos podem também chegar à graça. Não é justo que suportem a pena da impiedade e não recebam o prêmio da fé.

4. [4] (1,21) – Com sua afirmação: “tendo conhecido a Deus, não o honraram como Deus nem lhe renderam graças”, Paulo indicou qual a raiz do pecado, sobre o qual foi dito: “o princípio de todo pecado é a soberba” (Eccl 10,13). Se eles tivessem rendido graças a Deus, que lhes outorgava essa sabedoria, nada atribuiriam a si mesmos em seus pensamentos. Por isso, foram entregues pelo Senhor aos desejos de seu coração, para praticarem o que não é conveniente (cf. Rm 1,24.28-31).

5. [5] (1,24) – A expressão “Deus os entregou” significa: abandonou-os aos desejos de seu coração. O Apóstolo afirma que receberam de Deus o ser entregues aos desejos de seu coração como recompensa apropriada.⁵

6. [6] (1,28-29) – Ao dizer finalmente: “Deus os entregou à sua mente incapaz de julgar”, e o que segue, “repletos de toda injustiça”, dá a entender que isso, que agora afirma, diz respeito ao que pode prejudicar, ou seja, aos delitos. Antes falava de desvios denominados infâmias, das quais se chega aos delitos, porque todo aquele que persegue a perniciosa suavidade das infâmias caminha para o delito, quando se esforça para remover as pessoas que o impedem. Por isso, é esclarecedora aquela passagem da Sabedoria de Salomão, onde se diz, depois de se mencionarem as infâmias anteriores: “cerquemos o pobre justo porque nos é incômodo” (Sb 2,12).⁶

7. [7-8] (1,32; 2,1) As suas palavras “não só aqueles que as praticam, mas também aqueles que os aprovam” indicam aqueles que as praticaram voluntariamente, mas também aqueles que não as cometeram, mas, quando consentem aos males praticados, as aprovam; pelo que, referindo-se a pecados consumados, diz: “por isso és inescusável, ó homem, quem quer que sejas, tu que julgas”. E

diz isso a todos, pois “quem quer que sejas” é acrescentado para indicar não somente o gentio, mas também o judeu que pretendia julgar os gentios segundo a Lei.

8. [9] (2,5) – Ao dizer “Acumulas contra ti ira para o dia da ira”, refere-se sempre à ira de Deus no sentido de castigo. Por isso diz: “do justo julgamento de Deus”. Mas observe-se que se emprega ira de Deus mesmo no Novo Testamento; que os homens adversários da Lei, quando a encontram no Antigo Testamento, consideram-na reprovável. Deus, certamente, não está sujeito às paixões, como nós, no dizer de Salomão: “mas tu, senhor das forças, julgas com moderação” (Sb 12,18).⁷ Mas *ira* está empregada, como foi dito, com o significado de *castigo*.

9. [10] (2,15) – Ao dizer: “dando disto testemunho sua consciência”, está falando de acordo com a passagem do apóstolo João, que diz: “amadíssimos, se o nosso coração nos acusa, Deus é maior que o nosso coração” (1Jo 3,20).

10. [11] (2,29) – Com as palavras “no espírito, não na letra”, quis dizer segundo o Espírito, e não segundo a letra, entenda-se a Lei, como acontece especialmente àqueles que receberam a circuncisão mais com significado carnal do que espiritual.

11. [12] (2,29) – A expressão “aí está quem recebe louvor não dos homens, mas de Deus” está conforme o que ele diz: “é judeu aquele que o é em segredo”.⁸

12. [13-18] (3,20) – A proposição “porque diante dele ninguém será justificado pelas obras da Lei, pois pela Lei vem só o conhecimento do pecado” e afirmações semelhantes, que alguns consideram terem sido proferidas como insulto à Lei, devem ser lidas com mais cuidado, para evitar que nem a Lei pareça reprovada pelo Apóstolo, nem tenha sido retirado do homem o livre-arbítrio. Por conseguinte, devemos distinguir estes quatro graus a respeito do homem: antes da Lei, sob a Lei, sob a graça, na paz.⁹ Antes da Lei, caminhamos de acordo com a concupiscência da carne; sob a Lei, somos arrastados por ela; sob a graça, nem caminhamos com ela, nem por ela somos arrastados; na paz, não há concupiscência da carne.

Portanto, antes da Lei não lutamos, pois não apenas desejamos ardentemente e pecamos, mas também aprovamos os pecados. Sob a Lei lutamos, mas somos vencidos; com efeito, confessamos serem más as coisas que praticamos e, confessando serem más, por isso não as queremos praticar, mas somos vencidos, porque ainda não existe a graça. Nesse grau, nos é mostrado como estamos prostrados e, quando queremos levantar e caímos, angustiamo-nos sobremaneira. Daí o que se diz: “a Lei interveio para que avultassem as faltas” (Rm 5,20). Daí também o que agora foi citado: “pois pela Lei vem só o conhecimento do pecado”; e não, de fato, a abolição do pecado, porque somente pela graça o pecado é eliminado.

Portanto, a Lei é boa, pois proíbe o que é preciso evitar e ordena o que se deve ordenar. Mas quando alguém pensa que a pode cumprir pelas próprias forças, não pela graça de seu Libertador, de nada lhe aproveita essa presunção; pelo contrário, prejudica-o tanto que é também arrastado por um mais veemente desejo de pecado e, no pecado, descobre-se também como transgressor. “Onde não há Lei, não há transgressão” (Rm 4,15). Assim, portanto, prostrado, quando alguém percebe que não tem capacidade de se levantar por si mesmo, implore o auxílio do Libertador.

Vem então a graça a perdoar os pecados passados e a ajudar o que se empenha e a outorgar a caridade da justiça e a abolir o medo. Quando isso acontece, ainda que alguns desejos da carne, enquanto estamos nesta vida, lutem contra nosso espírito para levá-lo ao pecado, o espírito, contudo, deixa de pecar, não consentindo nesses desejos, porque está firme na graça e caridade de Deus. Pois não pecamos pelo mau desejo em si, mas pelo nosso consentimento. Vem a propósito o que diz o

Apóstolo: “portanto, que o pecado não impere em vosso corpo mortal para obedecerdes às suas paixões” (Rm 6,12). Nesse trecho, Paulo mostra que, quando não atendemos aos desejos, embora existam, não permitimos que o pecado impere em nós. Mas porque nascem da mortalidade da carne, a qual herdamos do primeiro pecado do primeiro homem, o que explica nosso nascimento carnal, esses desejos não terão fim a não ser que, na ressurreição do corpo, mereçamos aquela transformação que nos é prometida, onde haverá a paz perfeita ao sermos estabelecidos no quarto grau. É precisamente isso o que diz o Apóstolo: “O corpo está morto pelo pecado, mas o Espírito é vida pela justiça. E se o Espírito daquele que ressuscitou Jesus dentre os mortos habita em vós, aquele que ressuscitou Jesus Cristo dentre os mortos dará vida também a vossos corpos mortais por seu Espírito que habita em vós” (Rm 8,10-11).

Portanto, o livre-arbítrio existiu perfeitamente no primeiro homem, mas em nós, antes da graça, não há o livre-arbítrio de modo que não pequemos, mas somente de modo a não querermos pecar. Mas a graça faz com que não somente queiramos agir retamente, mas também com que o consigamos, não, porém, por nossas próprias forças, mas com o auxílio do Libertador, que nos concederá a paz perfeita na ressurreição; paz perfeita que é consequente à boa vontade. Pois, “glória a Deus nas alturas, e paz na terra aos homens de boa vontade” (Lc 2,14).¹⁰

13. [19] (3,31) – “Então eliminamos a Lei pela fé? De forma alguma! Pelo contrário, a consolidamos”, isto é, a reforçamos. Mas como haveria de se reforçar a Lei, senão pela justiça? Mas a justiça que se alcança pela fé; porque o que não pudera ser cumprido pela Lei, foi cumprido pela fé.

14. [20] (4,2) – As palavras: “Ora, se Abraão foi justificado pelas obras, ele tem glória, mas não perante Deus” significam que, se Abraão conseguiu glória pelas obras da Lei, como que cumprindo a Lei mediante suas próprias forças, quando ainda essa Lei não fora dada, a glória é de Deus, não sua. Pois ele foi justificado não por seu mérito, como que pelas obras da Lei, mas pela graça de Deus, mediante a fé.

15. [21] (4,4) – Ao afirmar “a quem faz um trabalho, a recompensa não é considerada um dom, mas um débito”, expressou o modo como os homens recompensam os homens. Quanto a Deus, outorgando seus dons a pecadores, concedeu-lhes, mediante a fé, a graça de viverem de modo justo, isto é, agindo bem. Portanto, quando agimos bem, uma vez que recebemos a graça, devemos atribuí-lo não a nós, mas àquele que nos justificou pela graça. Com efeito, se ele quisesse conceder a recompensa devida, daria a pecadores o castigo devido.

16. [22] (4,5) – A expressão “aquele que justifica o ímpio” significa que Deus converte o ímpio em piedoso, para que este permaneça, dali em diante, na referida piedade e na justiça, pois foi justificado para ser justo,¹¹ e não para pensar que lhe é lícito pecar.

17. [23] (4,15) – Pelas palavras “a Lei produz a ira”, o Apóstolo se refere ao castigo a cada um que se encontra naquele grau que chamamos *sob a Lei*.¹²

18. [24] (4,17) – Pelo que afirma “diante de Deus, em quem acreditou”, referiu-se à fé que está no homem interior, visível diante de Deus, não à mostra diante dos homens, como é a circuncisão carnal.

19. [25] (4,20) – O que diz a respeito de Abraão, “dando glória a Deus”, foi escrito contra aqueles que buscavam sua glória diante dos homens por meio das obras da Lei.

20. [26] (5,3) – A expressão: “E não é só. Nós nos gloriamos também nas tribulações” conduz

gradualmente à caridade de Deus, de modo que, quando nos diz que possuímos a caridade mediante o dom do Espírito, revela que tudo aquilo que poderíamos atribuir a nós deve ser atribuído a Deus, que se dignou dar-nos a graça pelo Espírito Santo.

21. [27-28] (5,13) – Quando diz: “até a Lei, de fato, houve pecado no mundo”, entenda-se *até vir a graça*. Pois ele o afirmou contra aqueles que julgavam que pela Lei pudessem ser abolidos os pecados. Mas o Apóstolo diz que os pecados foram manifestados pela Lei, não abolidos, ao dizer: “o pecado, porém, não era levado em conta quando não havia a Lei”. Com efeito, não diz *não existia*, mas “não era levado em conta”. Não foi suprimido nem depois que foi dada a Lei; mas começou a ser levado em conta, ou seja, a aparecer. Portanto, não pensemos que de tal modo foi dito “até a Lei”, como se já não houvesse pecado sob a Lei; mas assim foi dito: *até a Lei*, para que possas contar todo o tempo entre a Lei e o seu fim, que é Cristo.

22. [29] (5,14) – O que ele diz: “todavia a morte imperou desde Adão até Moisés, mesmo sobre aqueles que não pecaram de modo semelhante à transgressão de Adão”, pode-se interpretar¹³ de dois modos: ou *a morte imperou de modo semelhante à transgressão de Adão*, porque mesmo os que não pecaram morreram devido à origem da mortalidade de Adão; ou, então, *a morte imperou mesmo sobre aqueles que não pecaram de modo semelhante à transgressão de Adão*, mas pecaram antes da Lei e, assim, se interprete que pecaram de modo semelhante à transgressão de Adão aqueles que receberam uma lei, pois, mesmo Adão pecou depois de recebida uma ordem específica (cf. Gn 2,16-17; 3,1-3). E, com razão, o que foi dito: “até Moisés”, compreenda-se todo o tempo da Lei. Mas Adão foi dito “figura daquele que devia vir”, mas por contraste: como a morte viera por meio dele, a vida veio por Nosso Senhor (cf. Rm 5,18-19).

23. [29] (5,15-19) – No que ele diz: “entretanto, não acontece com o dom o mesmo que com a falta”, o dom sobrepuja a falta de dois modos: ou porque a graça é muito mais abundante, pois, certamente, por ela se vive eternamente, enquanto a morte imperou no tempo pela morte de Adão; ou porque, pela condenação de um só delito, a morte aconteceu por meio de Adão, por nosso Senhor Jesus Cristo, porém, a graça foi dada para a vida eterna, com o perdão de muitos pecados. Mas explica assim outra diferença, ao dizer: “também não aconteceu com o dom como aconteceu com o pecado de um só que pecou, porque o julgamento de um resultou em condenação, ao passo que a graça, a partir de numerosas faltas, resultou em justificação”. Portanto, o que foi dito: “de um só”, subentende-se a falta, pois vem em seguida: “ao passo que a graça, a partir de numerosas faltas”. Assim, esta é a diferença: em Adão foi condenado um só pecado, mas pelo Senhor foram perdoados muitos.

Portanto, o que diz em seguida estabelece estas duas diferenças, a ponto de assim explicar: “Se, com efeito, pela falta de um só a morte imperou através desse único homem, muito mais os que recebem a abundância da graça e do dom da justiça reinarão na vida, por meio de um só, Jesus Cristo”. Portanto, o que ele disse: “muito mais reinarão”, refere-se à vida eterna; mas o que disse: “recebem a abundância da graça”, diz respeito ao perdão de muitos pecados. Explicadas essas diferenças, ele volta à forma de onde começara, cuja ordem interrompeu, ao dizer: “Por meio de um só homem o pecado entrou no mundo e, pelo pecado, a morte” (Rm 5,12). Volta a isso quando diz: “Por conseguinte, assim como pela falta de um só resultou a condenação de todos os homens, do mesmo modo, da justificação de um só resultou para todos os homens a justificação que traz a vida. De modo que, como pela desobediência de um só, muitos se tornaram pecadores, assim pela obediência de um só, muitos se tornaram justos” (Rm 5,18-19). Esta é a condição do futuro Adão, da qual começara a falar antes (cf. Rm 5,12) e diferira a ordem, intercalando algumas diferenças nela; a ela voltando agora, concluiu dizendo: “por conseguinte, assim como pela falta de um só, resultou a

condenação de todos os homens” etc.

24. [30] (5,20) – Pelas palavras: “ora, a Lei interveio para que avultassem as faltas”, quis dizer claramente pela própria sentença que os judeus ignoravam em virtude de que finalidade foi dada a Lei. Pois não foi dada uma Lei que pudesse comunicar a vida, visto que a graça comunica a vida mediante a fé; mas a Lei foi dada para mostrar com quantos e com que apertados laços estavam atados os que presumiam de suas forças para cumprir a justiça.¹⁴ Assim abundou o pecado quando também a concupiscência se tornou mais ardente pela proibição e, aos que pecavam contra a Lei, veio em acréscimo a culpa da transgressão. Isso pode ser compreendido por aquele que considera o segundo grau entre aqueles quatro.¹⁵

25. [31] (6,1-2) – No que ele disse: “que diremos, então? Que devemos permanecer no pecado a fim de que a graça atinja sua plenitude? De modo algum! Nós que morremos para o pecado, como haveríamos de viver ainda nele?”, mostra o que aconteceu com os pecados passados, que foram perdoados, e nisso superabundou a graça, que eliminou os pecados passados. Por isso, todo aquele que procura crescer em pecados para sentir o crescimento da graça, não entende que assim procede para que a graça em nada nele atue. Pois a obra da graça é que morramos para o pecado.

26. [32-34] (6,6-8) – Pelo que afirma: “sabendo que nosso velho homem foi crucificado com ele para que fosse destruído este corpo de pecado”, refere-se ao que foi dito por Moisés: “maldito todo aquele que pender do madeiro” (Dt 21,23). A crucificação do velho homem foi figurada na cruz do Senhor, assim como a renovação do homem novo foi figurada na ressurreição. Está claro, porém, que nós procedemos seguindo esse homem velho, que foi amaldiçoado e por causa do qual, também a respeito do Senhor, ninguém duvida que foi denominado pecado, porque carregou nossos pecados (cf. Is 53,11), e por nós se tornou pecado (cf. 2Cor 5,21), e em vista do pecado condenou o pecado (cf. Rm 8,3).

Mas o que significa *destruir o corpo de pecado*? Ele mesmo explicou: “e assim não sirvamos mais ao pecado”; e o que disse: “se morremos com Cristo”, ou seja, se fomos crucificados com Cristo. Com efeito, ele afirma em outra passagem: “pois os que são de Cristo Jesus crucificaram sua carne com suas paixões e seus desejos” (Gl 5,24). Portanto, Moisés não amaldiçoou o Senhor, mas profetizou o que sua crucificação revelaria.

27. [35] (6,14) – A expressão “o pecado não vos dominará, porque não estais sob a Lei, mas sob a graça” diz respeito, certamente, àquele terceiro grau¹⁶ em que o homem já serve com a mente à Lei de Deus, embora na carne sirva à Lei do pecado (cf. Rm 7,25). Com efeito, não obedece ao desejo do pecado, embora as paixões ainda o solicitem e provoquem o consentimento, até que também ao corpo seja comunicada a vida, e a morte seja absorvida na vitória (cf. 1Cor 15,54). Portanto, pelo fato de não consentirmos nos desejos maus, estamos na graça e o pecado não reina em nosso corpo mortal. E quando diz, na passagem: “nós que morremos para o pecado, como haveríamos de viver ainda nele”, descreve aquele que está estabelecido sob a graça. Mas o dominado pelo pecado, embora queira resistir ao pecado, está ainda sob a Lei, e não sob a graça.

28. [36] (7,2) – No que afirma: “a mulher casada está ligada por Lei ao marido enquanto ele vive; se o marido vier a falecer, ela ficará livre da Lei do marido” e quanto segue, é preciso levar em conta que essa comparação difere da realidade para a qual foi empregada, no seguinte: aqui, Paulo diz que, morto o marido, a mulher se case com quem quiser, livre certamente da Lei do marido; mas na realidade, a expressão estabelece a alma como se fosse uma mulher e o marido como as paixões dos pecados, as quais agem nos membros, produzindo fruto de morte, isto é, para que nasça uma prole

adequada de tal união; assim, a Lei foi dada não para suprimir o pecado ou para a libertação do pecado, mas para manifestar o pecado antes da graça, por isso aconteceu que os que se encontravam sob a Lei fossem seduzidos por um desejo mais veemente de pecar e pecassem mais pela transgressão. Há aí então três coisas: a alma como uma mulher, as paixões dos pecados como um homem, e a Lei como Lei do homem. Porém, aí não se diz que a alma é libertada dos pecados mortos como se estes fossem um homem morto, mas que a própria alma está morta para o pecado e libertada da Lei para ser de outro homem, ou seja, de Cristo, depois que morre para o pecado, embora o próprio pecado de certo modo ainda viva.

Isso acontece quando, ainda permanecendo em nós alguns desejos e impulsos para pecar, contudo não lhes obedecemos nem neles consentimos, servindo com a mente à Lei de Deus, pois morremos para o pecado. Mas o pecado também morrerá quando se der a restauração do corpo na ressurreição, da qual ele fala depois, dizendo: “dará vida também a vossos corpos, através do seu Espírito que permanece em vós” (Rm 8,11).¹⁷

29. [37] (7,8) – Das palavras “o pecado, aproveitando da situação, pelo preceito promoveu em mim toda espécie de concupiscência”, deve-se entender que a concupiscência não era total antes que viesse a proibição para fazê-la crescer. Com efeito, faz-se crescer a concupiscência quando falta a graça daquele que liberta; portanto, não é total antes da proibição.

Depois que foi proibida, ao faltar a graça, como dissemos, a concupiscência somente cresce, a ponto de ser total em sua espécie, ou seja, fazendo agir contra a Lei e acumulando culpa com a transgressão.

30. [37] (7,8.13) – Mas ao dizer: “pois sem a Lei, o pecado está morto”, não quis significar que não existe o pecado pelo fato de afirmar “está morto”, mas porque está oculto. Isso o declara na sequência, ao afirmar: “o pecado que, para se revelar pecado, produziu em mim a morte pelo que é bom”. Pois a Lei é boa, mas, sem a graça, ela apenas manifesta os pecados, não os suprime.

31. [38] (7,9-10) – Suas palavras: “outro eu vivia sem a Lei”, devem-se interpretar: *parecia-me viver*, porque o pecado estava oculto antes do mandamento. E o que diz “mas, sobrevindo o mandamento, o pecado reviveu, e eu morri”, deve-se entender: *o pecado começou a aparecer e eu soube estar morto*.

32. [39] (7,11) – O que ele diz: “O pecado aproveitou a ocasião, e servindo-se do mandamento me enganou e por meio dele me matou”, assim o disse porque o fruto do desejo proibido é mais doce. Daí o fato de serem mais doces quaisquer pecados que se cometem às escondidas, embora essa doçura seja mortífera. Por isso, em Salomão está escrito, como imagem da doutrina enganadora, que a mulher, sentada, convida a dela se aproximarem os insensatos dizendo: “a água roubada é mais doce, o pão escondido é mais saboroso” (Pr 9,17). Essa doçura é a ocasião de pecado descoberta pelo mandamento, a qual, como é apetecida, sem dúvida engana e se transforma em maior amargura.

33. [40] (7,13) – Na afirmação: “Portanto, uma coisa boa se transformou em morte para mim? De modo algum! Mas foi o pecado que, para se revelar pecado, produziu em mim a morte, através do que é bom”, o Apóstolo demonstra o que dissera acima: “pois, sem a Lei, o pecado está morto” (Rm 7,8), porque está oculto; com efeito, agora, diz que não foi aquele bem, ou seja, a Lei, que se converteu para ele em morte, mas foi o pecado que provocou a morte por meio do bem da Lei, ou seja, para que aparecesse o pecado que estava oculto sem a Lei. Por isso, alguém percebe que morreu, quando não pode cumprir o que reconhece ser um mandamento. E peca mais pelo pecado da transgressão do que se não lhe fosse proibido. É precisamente isto o que ele diz em seguida: “para

que o pecado, através do preceito, aparecesse em toda a sua virulência”, de modo que tal pecado era menor antes do preceito, porque onde não há Lei, não há transgressão.

34. [41] (7,14) – Ao dizer “sabemos que a Lei é espiritual, mas eu sou carnal”, Paulo demonstra sobejamente que tão somente os espirituais, assim convertidos pela graça, são capazes de cumprir a Lei.¹⁸ Pois aquele que se tornou semelhante à Lei cumpre com facilidade o que ela ordena, e não ficará sob ela, mas com ela. Mas este não é aprisionado pelos bens temporais, nem se atemoriza com os males temporais.

35. [42] (7,14) – A expressão “vendido como escravo ao pecado” tem o seguinte sentido: quem quer que seja que pecar, vende sua alma ao diabo, recebendo como preço a doçura do prazer temporal. Daí o Senhor ser chamado nosso Redentor, porque estávamos vendidos, no sentido em que o Apóstolo se expressou.¹⁹

36. [43] (7,15.13) – O que ele disse: “realmente não consigo entender o que faço”, aos menos inteligentes pode parecer contrário à sentença em que afirmou: “foi o pecado que, para se revelar pecado, produziu em mim a morte”. Como para se revelar se não consegue entender? Mas “não consigo entender” foi dito nesta passagem em lugar de *não aprovo*. Com efeito, do mesmo modo como não se veem as trevas, mas se são percebidas ao ser compreendidos à luz, perceber as trevas é o mesmo que não vê-las. Assim, também o pecado, pelo fato de não ser iluminado com a luz da justiça, é percebido sem ser entendido, assim como se disse que as trevas são percebidas, não sendo enxergadas. E a isso diz respeito o que está no salmo: “quem pode discernir os próprios erros?” (Sl 19,13).

37. [44] (7,19-20) – Ao dizer: “Com efeito, não faço o bem que quero, mas pratico o mal que não quero. Ora, se faço o que não quero, concordo com a Lei, que é boa”,²⁰ a Lei é satisfatoriamente defendida de toda acusação. Mas é preciso ter cuidado para que ninguém pense que, por essas palavras, nos é tirado o livre-arbítrio da vontade, pois não é assim. Com efeito, agora se descreve o homem sob a Lei, de antes da graça, quando é vencido pelos pecados, enquanto se empenha com suas forças para viver justamente sem a ajuda da graça libertadora de Deus. Mas no livre-arbítrio ele tem com que acreditar no Libertador e receber a graça, para que, naquele que a dá, ajudando-o e libertando-o, então não peque. E, assim, deixa de estar sob a Lei, mas com a Lei ou na Lei, observando-a com a caridade de Deus, o que não pudera com o temor.

38. [45-46] (7,23-25) – Ao dizer: “Percebo outra Lei em meus membros, que peleja contra a Lei da minha mente e que me acorrenta à Lei do pecado que existe em meus membros”, denomina Lei do pecado aquela pela qual está preso todo aquele que está enredado em costumes carnis. Ele afirma que ela peleja contra a Lei de sua mente e o acorrenta à Lei do pecado, donde entende-se que é descrito o homem que não está ainda sob a graça. Com efeito, se os costumes carnis somente o combatessem e não o prendessem, não haveria condenação. Pois há condenação no fato de obedecermos e servirmos aos maus desejos carnis. Mas se existem e não cessam tais desejos, nós, porém, não lhes obedecemos, não somos aprisionados e já estamos sob a graça, da qual falará aquele que tiver exclamado e implorado o auxílio do Libertador, a fim de que a caridade possa, pela graça, o que o temor pela Lei não pudera. Assim, ele disse: “Infeliz de mim! Quem me libertará deste corpo de morte?”, e acrescenta: “a graça de Deus, por Jesus Cristo Senhor nosso”. Em seguida, começa a descrever o homem estabelecido sob a graça, que é o terceiro grau daqueles quatro que distinguimos anteriormente.²¹

A esse grau diz respeito o que acrescenta logo depois: “assim, pois, sou eu mesmo que com a mente sirvo à Lei de Deus e na carne à Lei do pecado”, porque, embora persistindo os desejos carnaís, não mais lhes serve consentindo para cometer o pecado aquele que, estabelecido sob a graça, serve à Lei de Deus com a mente, mas à Lei do pecado pela carne. Mas Paulo chama Lei do pecado à condição mortal originada da transgressão de Adão, pela qual nos tornamos mortais. Pois dessa queda da carne vem o apelo da concupiscência carnal, em relação à qual diz em outra passagem: “e éramos naturalmente filhos da ira como todos os demais” (Ef 2,3).

39. [47] (8,1) – Na afirmação: “portanto, não existe mais condenação para aqueles que estão em Cristo Jesus”, demonstra sobejamente que não há condenação, ainda que existam os desejos carnaís, mas não se lhes obedecem para pecar. Isso acontece àqueles que foram estabelecidos sob a Lei, mas não se encontram ainda sob a graça. Pois os estabelecidos sob a Lei não somente têm a concupiscência que investe, mas também são considerados prisioneiros ao lhe obedecerem. O que não acontece aos que servem a Deus com a mente.

40. [48] (8,3-4) – Dizendo: “De fato – coisa impossível à lei, porque enfraquecida pela carne –, Deus enviou o seu próprio Filho numa carne semelhante à carne de pecado e, em vista do pecado, condenou o pecado na carne, a fim de que a justiça da Lei se cumprisse em nós que não vivemos segundo a carne, mas segundo o espírito”, Paulo ensina muitíssimo claramente que os mesmos preceitos da Lei não foram cumpridos, embora devessem ser cumpridos, quando aqueles a quem foi dada a Lei antes da graça eram entregues a bens carnaís e, em vista destes, ansiavam por conquistar a felicidade e não se deixavam tomar pelo temor, senão quando a adversidade constituía ameaça a tais bens e, por isso, quando se perturbavam devido a tais bens temporais, afastavam-se facilmente dos preceitos da Lei. Portanto, a Lei se enfraquecia pela falta de cumprimento do que ordenava, não por sua culpa, mas por causa da carne, ou seja, dos homens que, sendo apetevidos por tais bens carnaís, não amavam a justiça da Lei, mas propunham-lhe as comodidades temporais.

Por isso, nosso Libertador, o Senhor Jesus Cristo, assumindo a carne mortal, veio na semelhança da carne de pecado. A morte, de fato, é devida à carne de pecado. Mas a morte do Senhor foi morte de mercê, não de dívida; e, no entanto, o Apóstolo designa pecado a assunção da carne mortal, embora não pecadora, porque o imortal, pelo fato de morrer, como que comete um pecado. Mas, “em vista do pecado”, diz ele, “condenou o pecado na carne”. Com efeito, isso o realizou a morte do Senhor, para que a morte não infundisse medo e, por isso, não mais se apeteassem os bens temporais, nem se temessem os males temporais, nos quais era carnal aquela prudência em que não podiam cumprir os preceitos da Lei. Mas destruída e abolida essa prudência no Homem-Senhor, cumpre-se a justiça da Lei quando não se anda segundo a carne, mas segundo o espírito. Daí o Senhor ter dito com absoluta verdade: “Não penseis que vim revogar a Lei, mas dar-lhe cumprimento” (Mt 5,17). A plenitude da Lei, então, é a caridade (Rm 13,10). E a caridade é própria daqueles que caminham segundo o espírito. Pois tudo isso diz respeito à graça do Espírito Santo. Com efeito, quando não havia a caridade da justiça, mas o temor, não se observava a Lei.

41. [49] (8,7) – No que ele diz: “porque a prudência da carne é inimiga de Deus; pois ela não se submete à Lei de Deus, nem o pode”, demonstra por que disse inimiga: para que ninguém pensasse que outra natureza, que Deus não criou, oriunda de um princípio contrário, exercesse inimizade contra Deus.²² Portanto, é dito inimigo de Deus aquele que não obedece à sua lei, e isso pela prudência da carne, ou seja, quando lhe apetece bens temporais e teme os males temporais. Com efeito, a definição de prudência costuma consistir em apeteer os bens e evitar os males. Por isso, o Apóstolo com razão denomina prudência da carne aquela pela qual se desejam estes bens, que não

sobrevivem com o homem, em vez dos grandes bens; e se teme perdê-los, mas um dia hão de perder-se.

Com efeito, essa prudência não pode obedecer à Lei de Deus. Mas se obedecerá à Lei, quando tiver sido extinta essa prudência, para que lhe suceda a prudência do espírito, pela qual não depositamos nossa esperança nos bens temporais, nem o temor nos males. A natureza da alma, na verdade, tanto tem a prudência da carne, quando segue as coisas inferiores, quanto a prudência do espírito, quando escolhe as superiores; do mesmo modo, a natureza da água é a mesma, tanto quando se congela pelo frio, como quando se evapora pelo calor. Por isso, assim foi dito: “a prudência da carne não se submete à Lei de Deus, nem o pode”; da mesma forma como se diria justamente que a neve não pode ser aquecida, nem o pode; ora, quando lhe chega o calor, se dissolve e é água o que se aquece, e ninguém a pode mais denominar neve.

42. [50] (8,10) – Pelas palavras: “o corpo está morto, pelo pecado, mas o Espírito é vida, pela justiça”, corpo morto está em lugar de mortal. Com efeito, de sua mortalidade surge uma avidez de bens terrenos que estimula a alma e excita alguns desejos, aos quais não obedece para pecar aquele que agora serve à Lei de Deus com a mente.

43. [51] (8,11) – Ao dizer: “e se o Espírito daquele que ressuscitou Jesus Cristo dentre os mortos habita em vós, aquele que ressuscitou Jesus Cristo dentre os mortos dará vida também a vossos corpos mortais, através do seu Espírito que habita em vós”, demonstra o quarto grau dentre aqueles que distinguimos acima.²³ Mas esse grau não se encontra nesta vida. Diz respeito à esperança pela qual esperamos a redenção de nosso corpo, quando este corruptível se revestirá da incorruptibilidade e este mortal se revestirá da imortalidade (cf. 1Cor 15,53-54). Ali a paz é perfeita, porque a alma não sofre incomodidade alguma, originária do corpo já vivificado e transmutado para a condição celeste.

44. [52] (8,15-16) – Pelo que diz: “com efeito, não recebestes um espírito de escravidão, para cair no temor, mas recebestes um espírito de filhos adotivos, pelo qual clamamos: ‘Abba! Pai!’”, com toda a evidência diferenciou os tempos dos dois Testamentos: o antigo diz respeito ao temor, mas o novo à caridade.

Contudo, pergunta-se: o que é espírito de servidão? Pois o espírito de filhos adotivos é certamente o Espírito Santo. O espírito de servidão no temor, portanto, é aquele que tem o poder da morte, porque por toda a vida foram réus da servidão no mesmo temor aqueles que agiam sob a Lei, não sob a graça. Nem causa admiração o fato de o terem recebido mediante a divina Providência aqueles que perseguiam os bens temporais, não porque a Lei e o preceito procedem dele. De fato, “a Lei é santa e, santo, justo e bom é o preceito” (Rm 7,12); mas é certamente esse espírito de servidão, não bom, que recebem aqueles que não são capazes de cumprir os preceitos da Lei dada, enquanto estão a serviço dos desejos carnis, ainda não assuntos à adoção filial pela graça do Libertador. Com efeito, o espírito de servidão não tem ninguém em seu poder, a não ser aquele que lhe foi entregue por ordem da divina Providência, a justiça de Deus dando a cada um o que é seu. Esse poder o Apóstolo recebera quando se refere a alguns: “os quais entreguei a Satanás, a fim de que aprendam a não blasfemar” (1Tm 1,20); e, novamente, referindo-se a um outro: “já julguei” (1Cor 5,3) – diz –, “entreguemos tal homem a Satanás, para a perda de sua carne, a fim de que o espírito seja salvo” (1Cor 5,5).

Portanto, aqueles que ainda não estão sob a graça, mas estabelecidos sob a Lei, são vencidos pelos pecados para obedecer aos desejos carnis e aumentam a culpabilidade de seus delitos pela transgressão, receberam o espírito de servidão, ou seja, o espírito daquele que tem o poder de morte.

Pois, se interpretarmos o espírito de servidão como o próprio espírito do homem, começaremos também a interpretar o espírito de adoção como o espírito mudado para melhor. Mas, como concebemos o espírito de adoção como o Espírito Santo, que o apóstolo claramente mostra, quando diz: “o próprio Espírito dá testemunho ao nosso espírito”, resta que interpretemos o espírito de servidão como aquele a quem servem os pecadores, para que, assim como o Espírito Santo liberta do temor da morte, assim o espírito de servidão, que tem o poder de morte, os mantenha como réus da mesma morte pelo temor, a fim de que cada um se volte para o auxílio do Libertador, mesmo contra a vontade do próprio diabo, que sempre deseja mantê-lo sob seu poder.

45. [53] (8,19-23) – O que ele diz: “Pois a criação em expectativa anseia pela revelação dos filhos de Deus. De fato, a criação não foi submetida voluntariamente à vaidade” e tudo o que segue, até as palavras: “E nós mesmos gememos interiormente, suspirando pela redenção do nosso corpo”, devemos entender de tal modo que não pensemos que exista o sentido da dor e do pranto nas árvores, nos arbustos, nas pedras e nas demais criaturas semelhantes, pois esse é o erro dos maniqueus, nem julgemos que os santos anjos estejam sujeitos à vaidade, nem creiamos a respeito deles que serão libertos da servidão da morte, já que, certamente, não haverão de perecer. Mas pensemos que a criação está no próprio homem, e isso sem qualquer juízo temerário. Com efeito, não pode existir criatura alguma que não seja ou espiritual, como a que se destaca nos anjos, ou animal, como a que se manifesta na vida dos animais, ou corporal, a qual pode ser vista ou tocada; mas toda ela se encontra também no homem, porque o homem se compõe de espírito, alma e corpo.

Portanto, “a criação em expectativa anseia pela revelação dos filhos de Deus” refere-se ao homem que sofre e está sujeito à corrupção e que espera a manifestação, sobre a qual afirma o Apóstolo: “porque morrestes e vossa vida está escondida com Cristo em Deus: quando Cristo, que é vossa vida, se manifestar, então vós também com ele sereis manifestados na glória” (Cl 3,3-4). Também João diz: “Caríssimos, desde já somos filhos de Deus, mas o que nós seremos ainda não se manifestou. Sabemos que por ocasião dessa manifestação seremos semelhantes a ele, porque o veremos tal como ele é” (1Jo 3,2). Portanto, a criatura espera essa revelação dos filhos de Deus, a qual no homem está submetida à vaidade, enquanto estiver entregue às coisas temporais, que passam como a sombra. Daí o que é dito no salmo: “O homem é como um sopro, seus dias como a sombra que passa” (Sl 144,4). Sobre a mesma vaidade também Salomão fala, quando diz: “Vaidade das vaidades, tudo é vaidade. Que proveito tira o homem de todo o trabalho com que se afadiga debaixo do sol?” (Ecl 1,2-3). Da mesma forma Davi o diz: “Até quando amareis o nada, e buscareis a ilusão?” (Sl 4,3).

Não diz, porém, que a criatura está submetida à vaidade voluntariamente, porque essa sujeição é penal. De fato, o homem pecou voluntariamente, mas não voluntariamente foi condenado; contudo, a condenação foi infligida à nossa natureza, não sem esperança de reparação. Por isso, diz: “Por vontade daquele que a submeteu, na esperança de a criatura também ser liberta da escravidão da corrupção, para entrar na liberdade da glória dos filhos de Deus”, ou seja, mesmo aquela que é somente criatura, ainda não agregada pela fé ao número dos filhos de Deus. Contudo, naqueles que haveriam de acreditar, o Apóstolo via o que diz: “Na esperança de a criatura também ser liberta da escravidão da corrupção”, para não servir à corrupção à qual servem todos os pecadores. Com efeito, ao pecador foi dito: “Terás de morrer” (Gn 2,17). Mas, “para entrar na glória dos filhos de Deus”, ou seja, para que também a criatura alcance pela fé a liberdade da glória dos filhos de Deus. Mas enquanto ainda não possuía a fé, era somente chamada *criatura*. E a ela se refere o que vem em seguida: “pois sabemos que a criação inteira geme e sofre até o presente”. De fato, ainda haveriam de acreditar os que mesmo pelo espírito estavam submetidos a erros que faziam sofrer. Mas para que

ninguém pensasse que isso se refere tão somente ao sofrimento dos mesmos, acrescentou também sobre aqueles que já tinham acreditado. Pois, embora com o espírito, ou seja, com a mente servissem à Lei de Deus, mas porque pela carne se serve à Lei do pecado, enquanto padecemos incomodidades e os apelos de nossa mortalidade, acrescentou, dizendo: “e não somente a criação. Mas também nós que temos as primícias do Espírito, gememos interiormente”.

Portanto, não sofre e geme, diz ele, aquela que é denominada apenas criatura nos homens que ainda não acreditaram e, por isso, não foram inscritos no número dos filhos de Deus, mas também nós que acreditamos e temos as primícias do Espírito, pelo fato de termos aderido a Deus com o espírito pela fé e, por isso, não mais somos chamados criaturas, mas filhos de Deus, “mas também nós gememos e sofremos esperando pela adoção, pela redenção do nosso corpo”. Com efeito, essa adoção, que já se realizou naqueles que acreditaram, realizou-se no espírito, não no corpo. Pois o corpo não foi ainda restaurado para adquirir aquela transformação celeste, do mesmo modo como o espírito já se transformou pela reconciliação da fé, convertido dos erros para Deus. Portanto, mesmo naqueles que acreditaram, espera-se ainda aquela manifestação que acontecerá na ressurreição do corpo, que diz respeito àquele quarto grau, no qual a paz e o descanso eterno serão completamente perfeitos, nada havendo de corrupção a nos servir de obstáculo ou de sofrimento a nos incomodar.

46. [54] (8,26-27) – No que ele afirma: “Assim também o Espírito socorre a nossa fraqueza. Pois não sabemos o que pedir”, é claro que o diz do Espírito Santo, o que é evidente nas palavras que seguem: “É segundo Deus que ele intercede pelos santos”. Portanto, nós *não sabemos o que pedir* por dois motivos: porque o que esperamos para o futuro, para o qual tendemos, ainda não aparece; e porque nesta vida, muitas coisas que são desvantajosas podem parecer-nos favoráveis e, muitas coisas que são favoráveis podem parecer-nos desvantajosas. Com efeito, mesmo a tribulação, quando sobrevém ao servo de Deus, para provação ou correção, às vezes parece inútil aos pouco entendidos; mas se se atende ao que foi dito: “Concede-nos socorro na opressão, pois a salvação humana é inútil” (Sl 59,13), chega-se a entender que Deus nos ajuda muitas vezes pela tribulação, e inutilmente se deseja a saúde, que às vezes é inconveniente, como quando prejudica a alma, pelo prazer e apego à vida. Daí o se ter dito: “Encontrei angústia e aflição. Então invoquei o nome do Senhor” (Sl 116,3-4). Quando diz *encontrei*, significa angústia e aflição úteis, pois justamente não nos congratulamos por ter encontrado senão o que buscávamos. Por isso, *não sabemos o que pedir*. Com efeito, Deus sabe tanto o que nos convém nesta vida quanto o que nos dará depois dela. Mas “o próprio Espírito intercede por nós com gemidos inefáveis”. Ele diz que o Espírito geme, porque nos faz gemer com caridade, despertando o anseio pela vida futura, do mesmo modo como está escrito: “Porque é o Senhor vosso Deus que vos experimenta, para saber se de fato o amais” (Dt 13,4), ou seja, para fazer-vos saber. A Deus, de fato, nada se oculta.

47. [55] (8,28-30) – O que ele diz: “E os que chamou, também os justificou”, pode impressionar e levar-nos a perguntar se todos os que são chamados são justificados. Mas lemos em outro lugar: “Muitos são chamados e poucos os escolhidos” (Mt 22,14). Porém, assim como os eleitos são certamente chamados, é evidente não haver justificados que não tenham sido chamados, ainda que não todos os chamados, mas sim aqueles que “são chamados segundo o seu desígnio”, como foi dito acima. Entenda-se, porém, o desígnio de Deus, não o dos chamados. Ele, contudo, explica o que seja “segundo o desígnio”, quando diz: “os que de antemão ele conheceu, esses também predestinou a serem conformes à imagem de seu Filho”. Com efeito, nem todos os que foram chamados foram chamados segundo seu desígnio, pois esse desígnio diz respeito à presciência e predestinação de Deus. E não predestinou alguém, a não ser aquele que de antemão conheceu que acreditaria em seu

chamado e o seguiria, o qual ele denomina eleito. De fato, muitos não vêm ao ter sido chamados; mas ninguém vem se não tiver sido chamado.

48. [56] (8,29) – Pelas palavras: “a fim de ser ele o primogênito entre muitos irmãos”, ensina claramente que uma coisa é nosso Senhor unigênito e outra primogênito. Pois, quando se diz unigênito, quer dizer que não tem irmãos e é por natureza Filho de Deus, Verbo no princípio, pelo qual tudo foi feito (cf. Jo 1,1-3). Ao ter assumido o homem e de acordo com a economia da Encarnação, pela qual se dignou chamar à adoção de filhos a nós não filhos por natureza, denomina-se primogênito, com a adição de *irmãos*. Pois, quando é denominado primeiro, não estará certamente só, mas com os irmãos que o seguirão para lá onde ele os precedeu. Por isso, em outra passagem, o diz primogênito dentre os mortos, tendo em tudo a primazia (cf. Cl 1,18). Antes dele não houve nenhuma ressurreição de mortos, de modo que já não viessem a morrer depois; mas depois dele há a de muitos santos, os quais não se envergonha de chamar irmãos, em vista da mesma participação na humanidade.

49. [57] (8,35) – As palavras: “Quem nos separará do amor de Cristo? A tribulação, angústia, perseguição?” e quanto segue, são consequência da sentença anterior, onde diz: “pois sofreremos com ele para também com ele sermos glorificados. Penso, com efeito, que os sofrimentos do tempo presente não são comparáveis à glória que deverá revelar-se em nós” (Rm 8,17-18). Toda a atenção deve ser dirigida a essa exortação da passagem, para que aqueles aos quais fala não sejam abatidos pelas perseguições, caso vivessem segundo a prudência da carne, pela qual são desejados os bens temporais e temidos os males temporais.

50. [58] (8,38) – Com as palavras “pois eu estou convencido”, e não disse, de fato, opino, mas afirmou com plena certeza, que “nem morte alguma, nem a vida” temporal prometida, nem o que enumera depois podem desviar o crente da caridade de Deus. Portanto, ninguém o desvia, nem quem ameaça de morte, porque o que crê em Cristo viverá, ainda que morra; nem quem promete vida, porque Ele dá a vida eterna. Com efeito, a promessa de vida temporal é merecedora de desprezo ao ser comparada à eterna. “Nem os anjos poderão nos separar”, porque, diz, “ainda que um anjo descer do céu e vos anunciar um evangelho diferente do que vos anunciamos, seja anátema” (Gl 1,8-9). “Nem os principados”, ou seja, porque ele, pelo contrário, se despojou desses principados e poderes, triunfando sobre eles em si mesmo (cf. Cl 2,15). “Nem o presente nem o futuro”, ou seja, as coisas temporais, tanto as que dão prazer quanto as que oprimem, tanto as que infundem esperança quanto as que incutem temor. “Nem as forças”: e aqui é mister que se entendam forças contrárias, de acordo com o que está escrito: “ou como pode alguém entrar na casa de um forte e roubar os seus pertences, se primeiro não o amarrar?” (Mt 12,29). “Nem a altura nem a profundidade”. Muitas vezes a curiosidade frívola das coisas que não podem ser encontradas ou mesmo das que se encontram inutilmente, seja no céu, seja no abismo, desviam de Deus, a não ser que a caridade, que convida ao que é espiritual no interior do homem e não no vazio das coisas, vença. “Nem alguma outra criatura.” Isso se pode interpretar de dois modos: ou refere-se à criatura visível, porque nós, isto é, nossa alma, somos *criatura*, mas invisível, e por isso diria que não nos separa uma outra criatura, ou seja, o amor corporal; ou, certamente, porque uma outra criatura não nos separa da caridade de Deus, visto que não existe criatura alguma entre nós e Deus que sirva de obstáculo e nos exclua de seu abraço. Com efeito, acima das mentes humanas, que são racionais, não há criatura alguma, mas somente Deus.

51. [59] (9,5) – O que ele diz: “aos quais pertencem os patriarcas, e dos quais descende Cristo segundo a carne”, e o que acrescentou: “que é, acima de todos, Deus bendito pelos séculos”, indica a

fê total que confessamos: nosso Senhor, pelo fato de assumir a carne, é filho do homem e, segundo a eternidade, é o Verbo no princípio, Deus bendito acima de todos os séculos. Mas os judeus, porque conservaram apenas uma parte dessa confissão, são rechaçados pelo Senhor. Com efeito, ao interrogá-los acerca de quem diziam ser filho o Cristo, responderam: *de Davi*. Mas isso segundo a carne. Sobre a divindade, porém, pela qual é Deus, nada responderam. Por isso, o Senhor lhes diz: “como então Davi, falando por inspiração, lhe chama Senhor?” (Mt 22,42-43), para que percebessem ter confessado somente que ele é o Cristo filho de Davi; mas calaram-se em vez de dizer que Cristo é Senhor do próprio Davi. Que ele é filho de Davi deve-se ao ter assumido a carne, que ele é Senhor de Davi deve-se à eternidade da divindade.

52. [60] (9,11-13) – O que ele diz: “quando ainda não haviam nascido, e nada tinham feito de bem ou de mal –, a fim de que ficasse firme a liberdade da escolha de Deus, dependendo não das obras, mas daquele que chama – foi-lhe dito: ‘o maior servirá ao menor’, conforme está escrito: ‘amei a Jacó e odiei a Esaú’”, perturba alguns, de modo a pensarem que o apóstolo Paulo eliminou o livre-arbítrio da vontade, pelo qual honramos a Deus pelo bem da piedade ou o ofendemos pelo mal da impiedade. Assim dizem: “Antes de ter praticado quaisquer obras, ou boas ou más, Deus, dos dois ainda não nascidos, amou um e odiou o outro”. Mas a estes respondemos que isso aconteceu pela presciência de Deus, pela qual sabia, mesmo a respeito dos ainda não nascidos, o que cada um seria no futuro.

Mas para que alguém não diga: “Portanto, Deus, naquele que amou, elegeu as obras, embora não existissem, mas que previa que existiriam; se elegeu as obras, como é que o Apóstolo diz que a eleição não se dá com base nas obras?”. Deve-se entender que as boas obras se praticam por amor, mas o amor está em nós por um dom do Espírito Santo, como o diz o Apóstolo: “o amor de Deus foi derramado em nossos corações pelo Espírito Santo que nos foi dado” (Rm 5,5). Por isso ninguém deve gloriar-se pelas obras, como se fossem suas, as quais realizam-se pelo dom de Deus quando o amor realiza, em alguém, o bem.

O que, então, Deus escolheu? Pois, se dá a quem Ele quer o Espírito Santo, em virtude do qual o amor pratica o bem, como elege aquele a quem o dá? Se, pois, não há méritos, não há eleição; com efeito, todos são iguais antes do mérito, e não se pode denominar eleição em coisas absolutamente iguais. Mas porque o Espírito Santo não é dado a não ser aos que creem, Deus não elege as obras, que são dadas por ele mesmo quando derrama o Espírito Santo, para que se pratique o bem pela caridade, mas elege a fê. Porque, se alguém não acredita nele e não permanece na vontade de recebê-lo, não recebe o dom de Deus, ou seja, o Espírito Santo, por quem é difusa a caridade, pela qual se pode praticar o bem. Portanto, Deus, em sua presciência, não escolhe as obras de alguém, as quais ele mesmo dará, mas em sua presciência escolhe a fê, escolhe aquele que ele previu que acreditará nele para dar-lhe o Espírito Santo, para que, operando o bem, consiga também a vida eterna. De fato, o Apóstolo diz: “o mesmo Deus que realiza tudo em todos” (1Cor 12,6); mas em lugar algum foi dito: Deus crê tudo em todos. Portanto, o que nós cremos é nosso; mas o bem que praticamos é daquele que concede o Espírito Santo aos que nele creem.²⁴

Essa sentença foi apresentada a alguns judeus que tinham acreditado em Cristo, mas se gloriavam de suas obras anteriores à graça, e diziam que mereceram a própria graça do Evangelho pelas suas boas obras anteriores e, no entanto, não pode haver boas obras em ninguém, a não ser naquele que recebeu a graça. Mas há a graça que é a vocação com que é chamado o pecador, do qual não há méritos precedentes, a não ser para a condenação. Pois, se aquele que é chamado atender ao que chama, o que depende do livre-arbítrio, merecerá também o Espírito Santo, pelo qual poderá praticar as boas obras, se nele permanecer (o que não depende menos do livre-arbítrio); merecerá também a

vida eterna, a qual não pode ser destruída por nenhuma culpa.

53. [61] (9,15) – As palavras “farei misericórdia a quem eu fizer misericórdia e terei piedade de quem eu tiver piedade” revelam que, em Deus, não há injustiça, o que podem dizer aqueles tais ao ouvir: “quando ainda não haviam nascido, ameí a Jacó e odiei a Esaú”. “Farei misericórdia”, diz, “a quem eu fizer misericórdia”. Primeiramente, então, Deus se compadeceu de nós ao chamar-nos, quando éramos pecadores. “A quem eu fizer misericórdia”, ao chamá-lo, diz ele, “farei misericórdia” ainda quando ele acreditar. Mas como *ainda*, senão dando o Espírito Santo àquele que nele crê e o implora? Com o Espírito Santo oferecerá misericórdia a quem for misericordioso, ou seja, torna-lo-á misericordioso para que possa praticar o bem por amor.

Portanto, ninguém que aja misericordiosamente ouse atribuí-lo a si mesmo, porque Deus, pelo Espírito Santo, deu-lhe o amor, sem o qual ninguém pode ser misericordioso. Assim, Deus não elege os que agem bem, mas, antes, os que nele creem, para levá-los a agir bem. A nós cabem o crer e o querer, a ele, porém, cabe o dar àqueles que creem e querem a faculdade de agir bem pelo Espírito Santo, pelo qual a caridade de Deus se infunde em nossos corações, para nos tornar misericordiosos (Rm 5,5).²⁵

54. [62] (9,15-21) – A expressão “não depende, portanto, daquele que quer, nem daquele que corre, mas de Deus que faz misericórdia” não exclui o livre-arbítrio da vontade, mas diz não ser suficiente o nosso querer, a não ser que Deus ajude, tornando-nos misericordiosos para bem agir, pelo dom do Espírito Santo; a isso se refere o que disse acima: “farei misericórdia a quem eu fizer misericórdia e terei piedade de quem eu tiver piedade”. Com efeito, não podemos nem mesmo querer se não somos chamados e, quando quisermos, depois do chamado, não bastará nossa vontade e nosso empenho, a não ser que Deus conceda forças aos que correm e nos conduza aonde chama. Fica claro, portanto, que não depende de quem quer, nem daquele que corre, mas de Deus que faz misericórdia para agirmos bem,²⁶ embora aí esteja também nossa vontade que, sozinha, nada pode.

Daí o mencionar-se o testemunho do castigo do Faraó, quando se diz falando dele: “foi precisamente por isso que te conservei de pé, para fazer-te ver meu poder e para que o meu nome seja proclamado por toda a terra”. Com efeito, como lemos no Êxodo, “endureceu-se o coração do Faraó” (Ex 9,12; 10,1), para que não se convencesse perante sinais tão evidentes. O fato de o Faraó não obedecer na ocasião às ordens de Deus já provinha do castigo. Mas ninguém pode dizer que esse endurecimento do coração aconteceu ao Faraó imerecidamente, mas foi um castigo apropriado à sua incredulidade, pelo juízo de Deus que assim lhe retribuía. Por isso, não lhe é imputado o fato de não ter obedecido então, visto que não podia obedecer estando seu coração endurecido, mas o de se tornar merecedor de ter o coração endurecido, devido à infidelidade.

Pois, assim como, naqueles que Deus elege, não são as obras mas sim a fé que dá início aos méritos, para que ajam bem, por dom de Deus: também naqueles que ele condena, a infidelidade e a impiedade são início do mérito do castigo,²⁷ pelo qual agem mal, conforme diz acima o Apóstolo: “e como não julgaram ser bom ter o conhecimento de Deus, Deus os entregou à sua mente incapaz de julgar, para fazerem o que não convém” (Rm 1,28). Por isso, assim conclui o Apóstolo: “faz misericórdia a quem quer e endurece a quem ele quer”. De quem se compadece, fá-lo agir bem, e a quem endurece, abandona-o para que aja mal. Mas essa misericórdia é concedida também em virtude do mérito precedente da fé e esse endurecimento, em virtude da impiedade precedente,²⁸ para que por dom de Deus façamos coisas boas e por castigo coisas más. Contudo, não se exclui do homem o livre-arbítrio da vontade, seja para crer em Deus, com a consequente misericórdia, seja para a impiedade, com o consequente castigo.

Apresentada essa conclusão, o Apóstolo levanta uma questão, como que partindo de um oponente. Diz, de fato: “dir-me-ás então: ‘por que ele ainda se queixa? Quem, com efeito, pode resistir à sua vontade?’”. Responde a essa inquirição de modo que entendamos que podem ser manifestados a homens espirituais, que não mais vivem segundo o homem terreno, os primeiros merecimentos da fé e da impiedade acerca de como Deus elege na sua presciência os que vão crer e condena os incrédulos, sem eleger os primeiros considerando as obras, e sem condenar os últimos pelas obras, mas amparando a fé dos primeiros para bem agirem, e endurecendo a impiedade dos segundos, abandonando-os para agirem mal. Por isso, essa compreensão, como eu disse, é manifesta aos espirituais e, no entanto, está bem longe da prudência carnal, assim ele refuta o interrogante, fazendo-o entender que deve, primeiramente, despojar-se do homem de argila para merecer investigar essas coisas pelo espírito. Com efeito, assim diz: “quem és tu, ó homem, para discutires com Deus? Vai acaso a obra dizer ao artífice: ‘por que me fizeste assim?’”. O oleiro não pode formar da sua massa um utensílio para uso nobre ou um outro para uso vil?”. Enquanto és utensílio, diz, estás ligado à massa de argila, ainda não conduzido às coisas espirituais e, como espiritual, a tudo julgas sem seres julgado por ninguém, é mister que te abstenhas de interrogar a respeito e não respondas a Deus. Àquele que deseja conhecer seus desígnios, é mister que antes seja recebido em sua amizade, o que não pode acontecer senão aos espirituais, aos que já levam a imagem do homem celeste. Ele diz, pois: “não mais vos chamo de servos, mas vos chamo de amigos; porque tudo o que ouvi do Pai eu vos dei a conhecer” (Jo 15,15).

Enquanto, pois, és um vaso de argila frágil, primeiramente é preciso que se rompa esse vaso em ti por aquele cetro de ferro, sobre o qual se disse: “tu os dominas com um cetro de ferro, como um vaso de oleiro os despedaçarás” (Sl 2,9); e assim, destruído o homem exterior e renovado o interior, arraigado e fundado na caridade, possas compreender a largura, o comprimento, a altura e a profundidade, e conhecer também o amor de Deus, que excede a todo conhecimento (cf. Ef 3,16-19). Agora, pois, quando Deus, da mesma massa confecciona uns vasos para uso nobre e outros para uso vil, não cabe a ti discutir, quem quer que sejas e vives ainda segundo essa massa, ou seja, ainda te delicias com os sentidos terrenos e segundo a carne.

55. [63] (9,22) – Com as palavras: “suportou com muita longanimidade os vasos de ira, prontos para a perdição”, manifestou sobejamente que o endurecimento do coração verificado no Faraó veio-lhe dos méritos de uma impiedade oculta e anterior, a qual, contudo, Deus tolerou pacientemente, até chegar ao tempo de, nesse castigo contra ele, no momento oportuno para correção daqueles que determinara libertar do erro, chamá-los e conduzi-los a seu culto e piedade, prestando ajuda a seus rogos e gemidos.

56. [64] (9,24-25) – O que ele diz: “a nós, que ele chamou não só dentre os judeus, mas também dentre os gentios. Como também diz em Oseias: ‘chamarei meu povo àquele que não é meu povo’”, conduz toda a finalidade desse discurso a isto: ou seja, como ele ensinou, depende da misericórdia de Deus o agirmos bem, não como os judeus que se gloriam das obras, os quais, ao terem recebido o Evangelho, julgando que o receberam por seus méritos, não queriam que este fosse dado aos gentios. Já devem despojar-se dessa soberba, entendendo que, se não é em vista das obras, mas pela misericórdia de Deus que somos chamados para que creiamos e, a nós que cremos, ajuda a agirmos bem, essa misericórdia não deve ser negada aos gentios, como se fosse preciso haver antes o mérito antecipado dos judeus, o qual é nulo.

57. [65] (9,27) – O que ele diz: “Isaías, por sua vez, proclama a respeito de Israel: ‘mesmo que o número dos filhos de Israel seja como a areia do mar, o resto é que será salvo’”, mostra em que

sentido Deus é a pedra angular que junta em si ambas as paredes (cf. Ef 2,20). Com efeito, o testemunho do profeta Oseias foi proferido em favor dos gentios: “chamarei meu povo àquele que não é meu povo e amada àquela que não é amada” (Os 2,25); e o testemunho de Isaías foi proferido em favor de Israel, ou seja, que “o resto é que será salvo” (Is 10,22), e assim seja arrolado como descendência de Abraão o resto que acreditou em Cristo. Desse modo, harmonizam-se ambos os povos, segundo o testemunho do Senhor, que diz no Evangelho, acerca dos gentios: “mas tenho outras ovelhas que não são deste aprisco: devo conduzi-las também e ouvirão a minha voz e haverá um só rebanho e um só pastor” (Jo 10,16).

58. [66] (10,1) – A partir das palavras: “irmãos, a boa vontade de meu coração e a prece que faço a Deus em favor deles é que sejam salvos”,²⁹ começa a falar sobre a esperança dos judeus, para evitar que os gentios se atrevam a ensoberbecer-se contra os judeus. Assim como a soberba dos judeus, que se gloriavam das obras, devia ser rechaçada, assim também é preciso acudir os gentios para não se ensoberbecerem, considerando-se preferidos com relação aos judeus.

59. [67] (10,8-10) – Toda esta passagem: “junto a ti está a palavra, em tua boca e em teu coração; a saber, a palavra da fé que nós pregamos. Porque se confessares com tua boca que Jesus é o Senhor e creres em teu coração que Deus o ressuscitou dentre os mortos, serás salvo. Pois quem crê de coração obtém a justiça, e quem confessa com a boca, a salvação” refere-se ao que disse acima: “Porque dando execução e abreviando os tempos, Deus cumprirá sua palavra sobre a terra” (Rm 9,28). Pois, suprimidos os inúmeros e variados ritos que oprimiam o povo judeu, a misericórdia de Deus fez com que alcançássemos a salvação com a brevidade da profissão de fé.

60. [68] (10,19) – Pelo que afirmou, segundo o testemunho de Moisés: “Eu vos enciumarei de um povo que não é povo; contra um povo sem inteligência, excitarei vossa ira”, ao dizer “povo sem inteligência”, explicou o que disse: “povo que não é povo”, ou seja, quase como se não se devesse chamar povo um povo sem inteligência. Contudo, pela sua fé, ele diz que excitaria a cólera ao povo judeu pelo fato de os gentios terem aceito o que os judeus haviam recusado. Também, certamente, “contra um povo sem inteligência” pode significar que, sendo um povo sem inteligência, todo ele adorando ídolos, renunciou, contudo, ao paganismo ao crer. Daí também aquelas palavras: “Se, portanto, o incircunciso guardar os preceitos da Lei, porventura, a sua incircuncisão não será considerada circuncisão?” (Rm 2,26), de modo que este seja o sentido: eu vos enciumarei de um povo, que não se tornou povo, quando esse povo se desvestir da gentilidade mediante a fé em Cristo, tendo sido um povo sem inteligência ao adorar os ídolos.

61. [69] (11,1) – Às palavras: “Não teria Deus, porventura, repudiado seu povo? De modo algum! Pois eu também sou israelita, da descendência de Abraão, da tribo de Benjamim”, refere-se o que disse acima: “Não é que a palavra de Deus tenha falhado, pois nem todos os que descendem de Israel são Israel, como nem todos os descendentes de Abraão são seus filhos, mas de Isaac sairá tua descendência” (Rm 9,6-7) e, assim, desse mesmo povo dos judeus sejam considerados como da descendência de Abraão os que creram no Senhor. A respeito disso diz também acima: “O resto é que será salvo” (Rm 9,27).

62. [70] (11,11-12) – O que ele afirma: “Então, eu pergunto: Teriam eles tropeçado para cair? De modo algum! Mas de sua queda resultou a salvação dos gentios”, não o diz porque não tenham caído, mas porque sua queda não foi em vão, pois favoreceu a salvação dos gentios. Portanto, não tropeçaram para que caíssem, ou seja, para que somente caíssem, como se tivessem caído tão somente para seu castigo, mas caíram de modo a servir para a salvação dos gentios. A partir dessa

passagem, Paulo começa a favorecer o povo dos judeus, mesmo considerando sua queda na infidelidade, para que os gentios não se ensoberbeçam; pois, se a queda dos judeus tornou-se tão preciosa para a salvação dos gentios, maior deveria ser a cautela dos gentios para não caírem do mesmo modo, ao se deixarem levar pela soberba.

63. [71] (12,20) – O que ele disse: “Antes, se teu inimigo tiver fome, dá-lhe de comer, se tiver sede, dá-lhe de beber. Agindo dessa forma, estarás pondo brasas na cabeça dele”, pode parecer a muitos que contraria aquela sentença pela qual o Senhor ordenou que amemos nossos inimigos e oremos pelos que nos perseguem (cf. Mt 5,44), ou também a estas mesmas palavras do Apóstolo: “Abençoei os que vos perseguem, abençoei e não amaldiçoeis” (Rm 12,14); e novamente: “A ninguém pagueis o mal com o mal” (Rm 12,17). Com efeito, como é possível que alguém ame aquele a quem dá de comer e beber, para pôr brasas sobre a cabeça dele, se brasas, nessa passagem, simbolizam um castigo rigoroso? Por isso é preciso entender que essas palavras foram ditas com a finalidade de que aquele que nos ofender, ao qual nós fazemos o bem, nós o incitemos ao arrependimento de seu ato. Essas são, pois, as brasas que produzem a combustão, ou seja, para o estímulo do espírito, que é como que a cabeça da alma, na qual se queima toda malícia quando o homem se converte para melhor, mediante a penitência. Essas brasas são aquelas brasas de que fala o salmo: “Que te será dado ou acrescentado, ó língua traidora? Flechas de guerreiro, afiadas com brasas de giesta” (Sl 120,3-4).

64. [72] (13,1) – No que ele diz: “Todo homem se submeta às autoridades, pois não há autoridade que não venha de Deus”, justamente admoesta a que ninguém se ensoberbeça pelo fato de ter sido chamado e feito cristão pelo seu Senhor para a liberdade, e julgue que, na caminhada desta vida, não há de observar sua ordem e de se submeter aos poderes superiores, a quem foi confiado o governo das coisas temporais para serem administradas neste mundo. Com efeito, como somos compostos de alma e de corpo, e enquanto estamos nesta vida temporal, façamos uso também das coisas temporais para manter esta vida. É mister, portanto, por um lado que, no tocante a esta vida, nos submetamos às autoridades, ou seja, aos homens constituídos em dignidade de administrarem as coisas humanas. Por outro lado, no tocante a nós que cremos em Deus e somos chamados a seu reino, não é lícito que nos submetamos a homem algum que pretenda aniquilar em nós o que Deus se dignou dar-nos em ordem à vida eterna.

Por isso, se alguém, por ser cristão, pensa que não deve pagar impostos ou tributos, ou que não é preciso tributar a devida honra às autoridades às quais foi confiada essa função, encontra-se num grande erro. Da mesma forma, se alguém pensa que se há de submeter a ponto de julgar que tem poder também sobre sua fé aquele que, investido de alguma autoridade, está à frente da administração das coisas temporais, cai num erro maior. A norma a seguir é a prescrita pelo Senhor, ou seja, que demos a César o que é de César, e a Deus o que é de Deus (cf. Mt 22,31). Com efeito, ainda que sejamos chamados ao reino onde não existe poder algum deste mundo, enquanto, porém, permanecermos nesta caminhada e não chegarmos àquele momento em que se dará a supressão de todos os principados e potestades, toleremos nossa condição em favor desta mesma ordem das coisas humanas, nada fazendo com fingimento e, por isso, obedecendo não tanto aos homens, mas a Deus que nos dá esses preceitos.

65. [73] (13,3-4) – O que ele diz: “Queres então não ter medo da autoridade? Pratica o bem e dela receberás louvor”, pode causar estranheza a alguns, ao pensarem que os cristãos sofreram muitas vezes perseguições da parte dessas autoridades. Quer dizer que não praticavam o bem, visto que não somente não foram louvados por essas autoridades, mas também foram castigados e mortos? Por

isso, é necessário examinar as palavras do Apóstolo. Pois ele não diz: *Pratica o bem, e a autoridade te louvará*, mas diz: “Pratica o bem e dela receberás louvor”. Portanto, quer aprove tua ação como boa, quer te persiga, “dela receberás louvor”, seja quando a ganhares para o serviço de Deus, seja quando mereceres a coroa pela sua perseguição. Esse é também o sentido do que diz em seguida: “Pois ela está a serviço de Deus para teu bem”, mesmo que te cause o mal.

66. [74] (13,5) – O que ele diz: “Por isso é necessário submeter-se”, serve para entendermos que é necessário que nos submetamos devido a esta vida, não opondo resistência se eles quiserem privar-nos de algo, em se tratando de bens temporais, sobre o qual lhes foi dada autoridade. Pelo fato de esses bens serem passageiros, essa sujeição não se refere a bens que vão durar, mas aos bens necessários a este tempo. Contudo, porque disse: “É necessário submeter-se”, para que ninguém deixasse de se submeter a essas autoridades de boa vontade e com amor puro, acrescentou dizendo: “Não somente por temor do castigo, mas também por dever de consciência”, ou seja, não somente para evitar o castigo, o qual se pode fazer usando de fingimento, mas para que estejas tranquilo em tua consciência de que o fazes por amor a quem estiveres sujeito por ordem do Senhor, que “quer que todos os homens sejam salvos e cheguem ao conhecimento da verdade” (1Tm 2,4). Pois o Apóstolo se referia a essas autoridades quando fazia essa afirmação. Isto é o que, em outra passagem, aconselha aos escravos: “Servindo-os não quando vigiados, para agradar aos homens” (Ef 6,6) e, assim, ao submeter-se a seus senhores, não os odeiem nem pretendam obter vantagem, enganando-os.

67. [75] (13,8-10) – Com as palavras: “Quem ama o outro cumpriu a Lei”,³⁰ o Apóstolo mostra o cumprimento da Lei posto no amor, ou seja, na caridade. Daí o fato de também o Senhor dizer que toda a Lei e os Profetas dependem destes dois preceitos, isto é, do amor a Deus e ao próximo (cf. Mt 28,37-40). Daí também o fato de aquele que veio cumprir a Lei ter dado o amor mediante o Espírito Santo e, assim, o que o temor não podia cumprir, a caridade o cumprisse depois. É também a razão pela qual o Apóstolo disse: “A caridade é a plenitude da Lei”, e também: “A finalidade do preceito é a caridade, que procede de um coração puro, de uma boa consciência e de uma fé sem hipocrisia” (1Tm 1,5).

68. [76] (13,11) – O que ele disse: “e sabeis em que tempo vivemos: já chegou a hora de acordar”, refere-se ao que afirmou: “Eis o tempo favorável por excelência. Eis agora o dia da salvação” (2Cor 6,2). Pois designa o tempo do Evangelho e a oportunidade de se salvarem os que creem em Deus.

69. [77] (13,14) – No que afirmou: “E não procureis satisfazer os desejos da carne”, mostra que não se devem culpar os cuidados referentes à carne, quando com eles se providencia o que é útil para as necessidades da saúde corporal. Mas, se têm como objetivo o prazer e a luxúria, de modo a alguém se alegrar no que a carne deseja, este deve ser repreendido com razão, porque desse modo satisfaz os desejos da carne. “Quem semeia na carne, da carne colherá corrupção” (Gl 6,8), ou seja, quem se alegrar com os prazeres carnis.

70. [78] (14,1-3) – O que ele diz: “Acolhei o fraco na fé, sem querer discutir suas opiniões”, ele o diz a fim de acolhermos o fraco na fé e apoiarmos sua fraqueza com a nossa fortaleza, e não discutirmos sobre suas opiniões, ou seja, como se nos atrevêssemos a proferir julgamento sobre o coração alheio, o qual não vemos. Por isso, prossegue e diz: “Um acha que pode comer de tudo, ao passo que o fraco só come verdura”. Como naquele tempo, muitos, então fortalecidos na fé e sabendo pela sentença do Senhor que não torna o homem impuro o que nele entra, mas o que dele sai (cf. Mt 15,11-20), tomavam qualquer alimento com a consciência tranquila. Mas alguns mais fracos abstinham-se da carne e do vinho, a fim de, não sabendo a procedência, não se encontrarem diante do

que era sacrificado aos ídolos. Com efeito, toda a carne imolada era vendida nos mercados, os gentios faziam seus ídolos provarem as primícias do vinho e ofereciam sacrifícios nos próprios lagares.

Portanto, o Apóstolo ordena tanto àqueles que faziam uso de tais alimentos, com a consciência tranquila, a não desprezarem a fraqueza daqueles que se abstinham de carne e não bebiam vinho, como a esses fracos que se abstinham de tais alimentos e bebiam vinho, a não considerá-los como impuros. Vem a propósito o que diz em seguida: “Quem come não subestime aquele que não come; e aquele que não come não condene aquele que come”. De fato, os fortalecidos na fé desprezavam com obstinação os mais fracos, e os fracos condenavam temerariamente os mais fortes.

71. [79] (14,4) – O que ele afirmou: “Quem és tu que julgas o servo alheio?”, ele o diz com a finalidade de deixarmos para Deus o juízo sobre coisas que se podem levar a efeito com boa ou má intenção, e não ousemos julgar sobre o coração de outro, o qual não vemos. Mas nas coisas que de tal modo são percebidas como evidentes, que não podem ser praticadas com boa e pura intenção, não reprova que emitamos nosso juízo. Assim, o que diz sobre os alimentos, pelo fato de se ignorar com que intenção se faz, não quer que sejamos juízes, mas que o seja Deus; mas sobre aquele nefando estupro que certo homem cometera contra a esposa de seu pai, ordenou que devia ser julgado (cf. 1Cor 5,1). Com efeito, ele não podia dizer que o cometera com boa intenção tão hediondo delito. Portanto, todas as ações que de tal modo são evidentes, que não se possa dizer: “Fez com boa intenção”, devem ser julgadas por nós; mas todos os atos praticados de tal modo que seja incerta a intenção com que foram feitos, não devem ser julgados, mas deixados ao juízo de Deus, conforme está escrito: “As coisas escondidas pertencem a Deus; as coisas reveladas, porém, a vós e a vossos filhos” (Dt 29,29).

72. [80] (14,5-6) – No que ele disse: “Há quem faça diferença entre dia e dia e há quem ache todos os dias iguais”, deixando de lado pelo momento uma melhor consideração, parece-me que o disse referindo-se não a dois homens, mas ao homem e a Deus. Com efeito, quem julga em dias alternativos é o homem, visto que julga hoje de um modo e amanhã de outro, ou seja, a quem hoje condenou como mau, convicto e confesso, amanhã o encontra bom ao se corrigir; ou, por outro lado, a quem louvou hoje como justo, amanhã o encontrará depravado. Mas quem julga todos os dias é Deus, pois ele sabe não somente o que cada um é, mas também o que será nos dias futuros. Portanto, “cada qual abunde em sua inteligência”, diz ele, ou seja, cada qual se atreva a julgar tanto quanto foi concedido à inteligência humana ou a cada um dos homens. “Aquele que distingue os dias”, diz ele, “é pelo Senhor que os distingue”, isto é, o que julgar bem o dia de hoje discerne-o graças ao Senhor. Porém, julgar bem um dia é isto: saberes que não te deves desesperar da correção futura daquele cuja culpa evidente julgaste no presente.

73. [81] (14,22) – O que ele afirma: “Feliz aquele que não se condena na decisão que toma”, deve referir-se ao que disse acima: “Que o vosso bem não se torne alvo de injúria” (Rm 14,16). É isso também o que diz antes da primeira sentença: “A fé esclarecida que tens, guarda-a para ti diante de Deus”, para que, como é boa esta fé pela qual cremos que “tudo é puro para os puros” (Tt 1,15), e nessa fé nos julgamos, usemos bem de nosso próprio bem e não pequemos contra os irmãos, abusando desse bem para tropeço dos irmãos fracos e, escandalizando-os, condenemo-nos a nós mesmos com esse mesmo bem com que nos louvamos quando a fé mesma nos apraz.

74. [82] (15,8-9) – O que ele diz: “Pois eu vos asseguro que Cristo se fez ministro dos circuncisos para honrar a fidelidade de Deus no cumprimento das promessas feitas aos pais; ao passo que os

gentios glorificam a Deus pondo em realce a sua misericórdia”, ele o afirma para que os gentios entendam que o Cristo Senhor foi enviado aos judeus e não se ensoberbecem. Tendo, pois, os judeus recusado o que lhes fora enviado, aconteceu que o Evangelho foi pregado aos gentios, o que está escrito com muitíssima clareza também nos Atos dos Apóstolos, quando os Apóstolos dizem aos judeus: “Era primeiro a vós que devíamos anunciar a palavra de Deus. Como a rejeitais e não vos julgais dignos da vida eterna, nós nos voltamos para os gentios” (At 13,46). Também de acordo com os testemunhos do Senhor, quando diz: “Não fui enviado senão às ovelhas perdidas da casa de Israel” (Mt 15,24), e novamente: “Não fica bem tirar o pão dos filhos e atirá-lo aos cachorrinhos” (Mt 15,26). Se os gentios refletirem bem sobre essas palavras, vão entender que pela sua fé, pela qual já acreditam que “tudo é puro para os puros” (Tt 1,15), não devem zombar dos da circuncisão que forem fracos, os quais não se atrevem, em absoluto, a tocar carne alguma devido à participação com os ídolos.

75. [83] (15,16) – As palavras: “Que eu seja ministro de Cristo Jesus junto aos gentios, a serviço do Evangelho de Deus, a fim de que a oblação dos gentios se torne agradável, santificada pelo Espírito Santo”, têm o seguinte sentido: os gentios são ofertados a Deus como um sacrifício aceitável, visto que, crendo em Cristo, são santificados pelo Evangelho; também de acordo com o que disse antes: “Exorto-vos, portanto, irmãos, pela misericórdia de Deus, a que ofereçais vossos corpos como hóstia viva, santa e agradável a Deus” (Rm 12,1).

76. [84] (16,17-18) – Quando diz: “Rogo-vos, entretanto, irmãos, que estejais alerta contra os provocadores de dissensões e escândalos contrários à doutrina que recebestes”, refere-se àqueles sobre os quais também escreveu a Timóteo, dizendo: “Se eu te recomendei permanecer em Éfeso, quando estava de viagem para a Macedônia, foi para admoestares alguns a não ensinarem outra doutrina, nem se ocuparem com fábulas e genealogias sem fim, as quais favorecem mais as discussões do que o desígnio de Deus que se realiza na fé (1Tm 1,3-4); e a Tito: “Com efeito, há muitos insubmissos, palavrosos e enganadores, especialmente no partido da circuncisão, aos quais é preciso calar, pois estão pervertendo famílias inteiras e, com objetivo de lucro ilícito, ensinam o que não têm direito de ensinar. Um dos seus próprios profetas disse: ‘Os cretenses são sempre mentirosos, animais ferozes, comilões vadios’” (Tt 1,10-12). Pois refere-se a isso o que também aqui diz: “Porque estes tais não servem a Cristo, nosso Senhor, mas ao próprio ventre”. Sobre eles diz em outra passagem: “seu deus é o ventre” (Fl 3,19).

¹ “Sensus hi... primo omnium, ut quisque intellegat in hac epistula quaestionem versari opus legis et gratiae”. Apesar de oferecer o significado de algumas proposições isoladas da Carta de Paulo aos Romanos, Agostinho chama atenção para o ponto central (*quaestio*) de todo o texto do Apóstolo: a relação entre as obras da Lei e as da graça.

² A edição do *Corpus Scriptorum Ecclesiasticorum Latinorum* (CSEL), seguida pelo tradutor, aglutina algumas das 84 proposições da *Patrologia Latina* (PL). Por isso preferimos manter a numeração do CSEL, indicando sua correspondente na PL. Já entre parênteses são dados capítulos e versículos da Carta aos romanos comentados por Agostinho. As citações bíblicas são traduzidas dos textos de Agostinho constantes no CSEL, sem adequação a traduções atuais.

³ O texto latino de Agostinho não contém *discipulos*, inserido a partir do contexto das citações escriturísticas subjacentes à afirmação agostiniana.

⁴ *Criador*: ausente nos textos da *Septuaginta* e da *Vulgata*.

⁵ P. de Luis, em *Obras Completas de San Agustín. Escritos Bíblicos* [XVIII/2], BAC, 2003, p. 210, n. 12, lê aqui uma possível referência antimaniequeia, explicando que *entregou* poderia deixar a Deus a responsabilidade pelo mal, enquanto *abandonou* deixa-a ao arbitrio humano.

⁶ *Pobre*: ausente tanto na *Vulgata* quanto na *Septuaginta*.

⁷ Citação pouco diferente dos textos da *Vulgata* e da *Septuaginta*, da qual o termo *moderação* (*tranquilitas*, no latim; ἡρεσκήα, no grego) é lido em senso estoico, isto é, não aflito por perturbações, ou paixões. Por isso a ira de Deus de que fala Paulo, explica Agostinho, não é uma perturbação, ou paixão, que lhe aflija, mas sim uma punição que ele inflige, sem sofrer mutação alguma, ainda que possa mudar ou subjugar todas as coisas (cf. *Confissões* 1,4, Paulus, 1997 [Patrística 10] e *In Iohannis euangelium tractatus* 99,2). Assim, se os maniqueus, os adversários do Antigo Testamento, usavam o argumento da passibilidade divina ou de sua contradição em relação ao Deus justo do Novo Testamento para rejeitar o Antigo e dizê-lo referido a uma divindade distinta da do Novo, Agostinho mostra ser inválido o mesmo apontando a presença da expressão em ambos os testamentos e como entendê-la. Ademais, se o argumento maniqueu fosse válido, também o Novo Testamento deveria ser descartado (cf. P. de Luis, em *Obras Completas de San Agustín. Escritos Bíblicos* [XVIII/2], BAC, 2003, p. 211, n. 13).

⁸ Isto é, interiormente, por contraste a exteriormente, para ser vistos pelos homens.

⁹ Cf. *exp. Gal.* 46.

¹⁰ Conforme o texto da *Vulgata*.

¹¹ “Iustificatus est, ut iustus sit.” O ser justo, portanto, é uma consequência da justificação divina realizada pela graça. Sem a justificação, não se pode ser justo.

¹² Cf. acima, parágrafo 12; *exp. Gal.* 46

¹³ *Interpretar (distinguere)* designa a atividade de separar as palavras e formar as sentenças (*distinctio*). No tempo de Agostinho, era comum que os textos nos manuscritos não tivessem nem separação entre as palavras, nem pontuação. A esse respeito, veja-se nota em *exp. Gal.* 12.

¹⁴ Contrariamente a quanto crido por muitos, a imprescindibilidade da graça no cumprimento da justiça não começa a tomar corpo na obra do Hiponense com a polêmica pelagiana.

¹⁵ Isto é, sob a Lei; cf. parágrafo 12; *exp. Gal.* 46.

¹⁶ Ou seja, sob a graça; cf. parágrafo 12.

¹⁷ Diversamente dos textos grego e da *Vulgata*, que usam *que habita* (οἰκοῦντο, *inhabitantem*), o texto do Hiponense traz *que permanece* (*manentem*). Mais adiante, porém, parágrafo 51, o texto corresponde ao da *Vulgata*. A variedade de formas deve-se, provalmente, à diversidade de antigas versões latinas (*veteres latinae*) então em circulação.

¹⁸ Agostinho, nesse período, considerava Paulo já *espiritual*, isto é, como quem tivesse já superado a concupiscência, e, portanto, ao dizer *eu sou carnal*, o Apóstolo não poderia estar a falar de si mesmo, mas sim que falava em lugar dos *carneais*. Mais tarde concluiu diversamente: nem Paulo, nem os santos, nem homem algum é *espiritual* enquanto não passar à vida eterna (cf. *Retractationes* 1,23[22],1).

¹⁹ Redimir (*redimere*) é comprar de volta (ou comprar de novo) uma coisa ou pessoa (escravo) de um segundo proprietário para restituir ao primeiro.

²⁰ Ou a versão da qual fora proposta a pergunta a Agostinho difere, de fato, não pouco das da *Vulgata* e da *Septuaginta*, ou é possível que, ao responder a ela, Agostinho aglutine os versículos 19-20 e 22 (em que o *condelector* da *Vulgata* corresponderia ao *consentio* da versão do Hiponense) e, ao concluir, volte ao 12 (sobre a Lei ser boa).

²¹ Acima, parágrafo 12. Veja-se também *exp. Gal.* 46.

²² Clara argumentação contra o dualismo maniqueu.

²³ Isto é, na paz; cf., acima, parágrafo 12 e *exp. Gal.* 46.

²⁴ Isto é, o agir bem é fruto da graça, é dom. Mas, neste período, Agostinho concebe a graça como mérito do ter acreditado. Corrigir-se-á, mais tarde, dizendo que não o teria afirmado se tivesse entendido que também a fé é dom, sem mérito algum que lha preceda (cf. *Retractationes* 1,23[22],2). Descoberta de pouco posterior a esta obra (396; cf. *Ad Simplicianum* 1,2,2). Crer, portanto, aqui, seria obra humana (“quod ergo credimus, nostrum est”; cf. parágrafo seguinte e respectiva nota) e seria em vista de uma futura adesão à fé, ou não, que Deus escolheria a quem distribuir a graça ou não, como no caso de Esaú e Jacó. Mas, nas mesmas *Retractationes* (*loc. cit.*) dirá não ter conhecido bem, quando compôs esta obra, a relação entre a graça e a eleição divina.

²⁵ Dirá, mais tarde, que, visto que também a fé é dom, essa é obra divina enquanto ser Deus mesmo a preparar a vontade humana para que creia. Mas a fé é também obra humana, porque não se pode crer sem vontade. Cf. *Retractationes* 1,23[22],3.

²⁶ *A vocatio secundum propositum*: algo em que não se deteve o suficiente (cf. *Retractationes* 1,23[22],3), mas que é, diz, não para todos.

²⁷ Acerca da eleição, dirá Agostinho em suas *Retractationes* (1,23[22],4) não a ter tratado de modo suficientemente aprofundado, mas quando Deus escolhe um fiel, escolhe-o não por ser fiel previamente à escolha, mas é escolhido para que seja fiel.

²⁸ Citação que faz constar em suas *Retractationes* (1,23[22],4), reafirmando, porém, a verdade da sentença.

²⁹ *Boa*: ausente tanto na *Vulgata* quanto na *Septuaginta*.

³⁰ Conforme ao texto grego.

EXPLICAÇÃO DA CARTA AOS GÁLATAS

1. Prefácio. O motivo que levou o Apóstolo¹ a escrever aos gálatas foi fazê-los compreender que a graça de Deus implica a não-permanência sob a Lei. Ao ser-lhes anunciada a graça do Evangelho, não faltaram alguns da circuncisão² que, embora sob o nome de cristãos, não tinham ainda o benefício da graça, pois queriam permanecer sob o fardo da Lei que o Senhor impusera aos que serviam não à justiça, mas ao pecado, ou seja, uma Lei justa que havia dado ao homem injusto para manifestar-lhe seus pecados, não para apagá-los. Pois somente apaga os pecados a graça da “fé que age pela caridade” (5,6). Assim, eles pretendiam submeter ao fardo da Lei os gálatas já estabelecidos sob a graça, afirmando que de nada lhes aproveitaria o Evangelho, se não se circuncidassem e arcassem com as demais prescrições carnis próprias dos judeus. Por esse motivo, passaram a suspeitar de Paulo, que lhes pregara o Evangelho, como se não promovesse a mesma disciplina dos demais apóstolos, os quais obrigavam os gentios a se judaizarem (cf. 2,14).

O apóstolo Pedro cedera perante os escândalos de tais homens e, como se assim ele pensasse, fora levado a simular que o Evangelho de nada aproveitaria aos gentios, se não cumprissem as imposições da Lei. O apóstolo Paulo o fez dissuadir dessa simulação, conforme o revela nesta mesma carta (cf. 2,11-14). Essa questão está também na Carta aos romanos: sem embargo, parece que apresenta alguma diferença, porque nela dirime o desentendimento e põe fim à causa que tivera origem entre os que creram dentre os judeus e os que creram dentre os gentios, pois os primeiros consideravam o prêmio do Evangelho, que lhes havia sido concedido, em atenção aos merecimentos das obras da Lei, prêmio este que queriam não fosse dado aos incircuncisos, por não possuírem méritos; os gentios, por sua vez, intentavam apresentar os judeus como assassinos do Senhor. Mas nesta Carta, Paulo escreve àqueles que eram perturbados pela autoridade dos que, de origem judaica, os obrigavam à observação das prescrições da Lei. Os gálatas começaram a crer neles, como se Paulo, que não queria que os gentios fossem circuncidados, não lhes tivesse pregado a verdade.

Por isso, assim começa a Carta: “Admiro-me que tão depressa abandoneis aquele que vos chamou à glória de Cristo, e passeis a outro Evangelho” (1,6). Com esse exórdio insinua em poucas palavras a questão em causa. Ainda que também na própria saudação, ao dizer que era apóstolo “não por parte dos homens nem por intermédio de um homem” (1,1), o que não diz em nenhuma outra carta, mostre sobejamente que aqueles que queriam persuadir com tais ensinamentos não eram da parte de Deus, mas da parte dos homens, e no tocante aos demais apóstolos, pelo que diz respeito à autoridade do testemunho evangélico: não convinha que ele fosse subestimado, tendo-se em conta que sabia ser apóstolo não por parte dos homens nem por intermédio de um homem, mas por Jesus Cristo e Deus Pai.

Portanto, com a permissão e ajuda do Senhor à nossa investigação, assumimos a tarefa de examinar e tratar de todas as sentenças da carta, a partir da introdução.

2. (1,1-2) – “Paulo, apóstolo – não da parte dos homens nem por intermédio de um homem, mas por Jesus Cristo e Deus Pai, que o ressuscitou dentre os mortos – e todos os irmãos que estão comigo, às Igrejas da Galácia”. O que é enviado da parte dos homens é mendaz; o que é enviado por meio de um homem, pode ser veraz, porque o Deus veraz pode enviar por meio de um homem; o que é enviado, não da parte dos homens nem por meio de um homem, mas é enviado, é veraz devido àquele que também torna verazes os enviados por meio de um homem. Portanto, eram verazes os primeiros apóstolos que foram enviados não da parte dos homens, mas foram enviados por Deus, por meio de

um homem, ou seja, Jesus Cristo ainda mortal. Veraz era também o último dos apóstolos (cf. 1Cor 15,8)³ que foi enviado por Jesus Cristo, já totalmente Deus depois de sua ressurreição. Os primeiros enviados são os demais apóstolos que foram enviados por Cristo ainda homem em parte, ou seja, mortal; o último foi o apóstolo Paulo, enviado por Cristo já totalmente Deus, ou seja, imortal totalmente.⁴

Portanto, considere-se igual [à dos outros apóstolos] a autoridade do testemunho daquele em quem a glorificação do Senhor realiza tal honra; se algo tinha a menos seria a ordem cronológica. Por isso, depois de dizer: “Deus Pai”, acrescentou: “que o ressuscitou dentre os mortos”, para desse modo lembrar em poucas palavras ter sido enviado pelo glorificado.

3. (1,3-5) – “Graça e paz a vós, da parte de Deus nosso Pai e do Senhor Jesus Cristo”. É pela graça de Deus que nossos pecados são perdoados, para que sejamos reconciliados com Deus, mas a paz é a reconciliação com Deus.⁵ “Que se entregou pelos nossos pecados, a fim de nos livrar do presente mundo mau”. Deve-se interpretar “mundo mau” devido aos homens que há nele, assim como denominamos má uma casa, considerando os maus que nela moram. “Segundo a vontade do nosso Deus e Pai, a quem a glória pelos séculos dos séculos. Amém”. Com maior razão os homens não devem atribuir a si mesmos com arrogância, se praticam algum bem, se o próprio Filho de Deus disse no Evangelho que não veio buscar sua glória (cf. Jo 8,50), nem veio fazer sua vontade, mas a vontade daquele que o enviou (cf. Jo 6,38). Vontade e glória do Pai que recordou há pouco o apóstolo, para indicar que, pelo exemplo do Senhor, por quem foi enviado, não procurava sua glória, nem fazia sua vontade na pregação do Evangelho, como o diz um pouco depois: “Se eu quisesse ainda agradar aos homens, não seria servo de Cristo” (1,10).

4. (1,6-9) – “Admiro-me que tão depressa abandoneis aquele que vos chamou à glória de Cristo, e passeis a outro Evangelho”. Pois, se há outro Evangelho diferente daquele que o Senhor outorgou ou por si ou por alguém, não se pode dizer com verdade que é Evangelho. Mas depois de ter dito atentamente: “Abandoneis aquele que vos chamou”, acrescentou: “à glória de Cristo”, a qual eles pretendiam anular, como se Cristo tivesse vindo em vão, como se tivessem valor a circuncisão da carne e semelhantes obras da Lei, de modo que fossem essas a possibilitar aos homens a salvação. “Há alguns que vos estão perturbando e querendo corromper o Evangelho de Cristo”. Não corrompem o Evangelho de Cristo como perturbam os gálatas, porque o Evangelho permanece com a maior firmeza; mas querem corrompê-lo aqueles que pretendem desviar a intenção dos crentes, das coisas espirituais para as carnis. Mas, mesmo eles tendo-se corrompido para essas coisas carnis, o Evangelho permanece não corrompido. Por isso, depois de ter dito: “vos estão perturbando”, não disse *corrompendo*, mas: “querendo corromper o Evangelho de Cristo”.

“Entretanto, se alguém – ainda que nós mesmos ou um anjo do céu – vos anunciar um Evangelho diferente do que vos anunciamos, seja anátema”. A verdade deve ser amada por si mesma, não por causa do homem ou por causa de um anjo, mediante os quais é anunciada. Pois aquele que a ama por causa de seus anunciadores pode amar também as mentiras, se talvez eles proclamassem as suas. “Como já vo-lo dissemos, volto a dizê-lo agora: se alguém vos anunciar um Evangelho diferente do que recebestes, seja anátema”. Ou o Apóstolo o dissera estando presente, ou porque repetiu o que disse antes, por isso quis dizer: “Como já vo-lo dissemos”. Contudo, a repetição estimula salutarmente a intenção à firmeza para conservar a fé que assim é recomendada.

5. (1,10) – “É porventura os homens que agora eu busco persuadir, ou Deus? Ou procuro agradar aos homens? Se eu quisesse ainda agradar aos homens, não seria servo de Cristo.” Ninguém persuade a

Deus, porque tudo lhe é manifesto (cf. 2Cor 5,11), bem persuade aos homens quem quer não persuadir por si mesmo, mas pela própria verdade. Pois aquele que agrada aos homens, não esperando deles sua glória, mas a de Deus para se salvarem, agrada a Deus e não mais aos homens; ou, certamente, quando agrada a Deus e, ao mesmo tempo, aos homens, ou, na verdade, não agrada aos homens. Pois uma coisa é agradar aos homens, e outra, agradar tanto a Deus como aos homens. Do mesmo modo, o que agrada aos homens por amor à verdade, já não é ele mesmo a agradar-lhes, mas a verdade é que lhes agrada. Disse, porém: “ou procuro agradar”, no que lhe diz respeito, isto é, no que diz respeito à sua vontade, como se dissesse: se quisesse agradar. Com efeito, se quem anuncia agrada a alguém, como se o fizesse por si mesmo e não por Deus e pelo Evangelho que anuncia, não se atribui o fato de ter sido agradável à sua soberba, mas sim ao erro daquele ao qual perversamente agrada.

Assim, é este o sentido: *Procuro agora persuadir os homens ou Deus? Ou, porque procuro persuadir os homens, procuro agradar aos homens? Se ainda procurasse agradar aos homens, não seria servo de Cristo.* Pois ele ordena a seus servos que aprendam dele a ser mansos e humildes de coração (cf. Mt 11,29). Isso, de forma alguma, é possível àquele que procura agradar aos homens por si mesmo, ou seja, na busca de glória como que privativa e própria.

Diz, porém, também em outra passagem: “Procuramos convencer os homens. Quanto a Deus, somos-lhe plenamente manifestos” (2Cor 5,11), para compreenderes o que ele diz aqui: “É porventura persuadir os homens que agora eu procuro, ou Deus?”, ou seja, deve-se procurar persuadir não Deus, mas os homens. Portanto, não deve impressionar o que disse em outra passagem: “Assim como eu mesmo me esforço por agradar a todos em todas as coisas”, com efeito acrescenta, “não procurando meus interesses pessoais, mas os do maior número, a fim de que sejam salvos” (1Cor 10,33). Mas a ninguém aproveita para a salvação, se o homem procura agradar ao homem, buscando seus interesses, ao qual não agrada com proveito a não ser procurando agradar por Deus, ou seja, para que Deus agrade e seja glorificado, quando seus dons são reconhecidos no homem ou são recebidos pelo ministério do homem; mas quando o homem agrada ao homem desse modo, não é mais ao homem que se agrada, mas sim a Deus. Portanto, podem dizer-se corretamente as duas coisas: tanto “eu agrado”, como “eu não agrado”. Se há um bom entendedor e um investigador piedoso, ambas as coisas lhes serão claras e nenhuma discordância no entremeio os farão desistir do que investigam.

6. (1,11-12) – “Com efeito, eu faço saber, irmãos, que o Evangelho por mim anunciado não é segundo o homem, pois eu não o recebi nem aprendi de algum homem, mas por revelação de Jesus Cristo”. O Evangelho que é segundo o homem é um embuste. Pois “todo homem é mentiroso” (Sl 116,11; Rm 3,4), pois que tudo o que é verdade e que se encontra no homem, não procede do homem, mas de Deus, por meio do homem. Por isso, o que é segundo o homem não merece o nome de Evangelho, como o que alegavam aqueles que atraíam da liberdade para a escravidão os que Deus chamara da escravidão para a liberdade.

7. (1,15-14) – “Ouvistes certamente da minha conduta de outrora no judaísmo, de como perseguia sobremaneira e devastava a Igreja de Deus, e como progredia no judaísmo mais do que muitos compatriotas da minha idade, distinguindo-me no zelo pelas tradições paternas”. Se perseguindo e devastando a Igreja de Deus, progredia no judaísmo, transparece que o judaísmo era contrário à Igreja de Deus, não devido à Lei espiritual que os judeus receberam, mas devido à conduta carnal da escravidão deles. E se Paulo, zeloso, ou seja, cumpridor das tradições paternas, perseguia a Igreja de Deus, as tradições paternas dele eram contrárias à Lei de Deus, mas não por culpa da própria Lei.

Com efeito, a Lei é espiritual (cf. Rm 7,14) e não leva à compreensão segundo a carne, mas é um vício daqueles que, tendo-a recebido, consideram-na segundo a carne e introduziram em suas tradições muitos pontos de sua autoria, violando, como diz o Senhor, o mandamento de Deus, por causa de suas tradições (cf. Mt 15,3).

8. (1,15-19) – “Quando, porém, aquele que me separou desde o seio materno e me chamou por sua graça, houve por bem revelar em mim o seu Filho, para que eu o evangelizasse entre os gentios, não consulte carne nem sangue”. É separado, de certo modo, do ventre materno, todo aquele que é separado dos costumes duvidosos dos pais carnaís; mas repousa na carne e no sangue todo aquele que aquiesce carnalmente à carne e ao sangue, ao ser convencido pelos seus parentes e consanguíneos.

“Nem subi a Jerusalém aos que eram apóstolos antes de mim, mas fui à Arábia, e voltei novamente a Damasco. Em seguida, após três anos, subi a Jerusalém para avistar-me com Cefas e fiquei com ele quinze dias”. Se Paulo, tendo evangelizado na Arábia, viu a Pedro depois, é sinal de que não aprendeu o Evangelho por meio de Pedro; pois de outra forma o teria visto antes; mas depois esteve com Pedro para aumentar a caridade fraterna também com o conhecimento pessoal. “Não vi nenhum outro apóstolo, mas somente Tiago, o irmão do Senhor”. Deve-se interpretar Tiago, irmão do Senhor, ou como um dos filhos de José, nascido de outra esposa, ou como parente por parte de Maria, mãe do Senhor.

9. (1,20-24) – “Isto vos escrevo e vos asseguro diante de Deus que não minto”. Aquele que diz, diante de Deus, que não mente, está certamente jurando. E o que há de mais santo que esse juramento? Não é contra o preceito o juramento “que vem do maligno” (Mt 5,37), não daquele que jura, mas da incredulidade daquele por quem se é obrigado a jurar.⁶ Com efeito, daí se entende por que o Senhor proibia jurar, ou seja, para que ninguém jure pelo costume de jurar, o que muitos fazem ao ter na boca o juramento como algo importante e delicioso. Pois o Apóstolo conhecia o preceito do Senhor e, contudo, jurou. Não merecem ser ouvidos os que pensam não serem juramentos essas expressões. Pois o que dirão sobre esta: “Diariamente estou exposto à morte, tão certo, irmãos, quanto sois vós a minha glória em Jesus Cristo nosso Senhor”? (1Cor 15,31), expressão que os textos gregos demonstram ser um juramento bem claro.⁷ Portanto, o Apóstolo, por quanto lhe seja possível, não jura; pois não deseja fazer juramento por prazer ou por gosto de jurar. O que vai além do “Sim, sim; não, não”, portanto, “vem do maligno” (Mt 5,37), mas [do maligno] da fraqueza ou incredulidade daqueles que não se aventuram de outro modo à fé.

“Em seguida fui às regiões da Síria e da Cilícia. De modo que, pessoalmente, eu era desconhecido às Igrejas da Judeia que estão em Cristo”. Observe-se que não apenas em Jerusalém judeus creram em Cristo, e que não foram tão poucos a ponto de não se misturarem com as Igrejas dos gentios; eram, porém, tantos que com eles formavam Igreja. “Apenas ouviam dizer: quem outrora nos perseguia, agora evangeliza a fé que antes devastava, e por minha causa glorificavam a Deus”. Isto é o que dizia, ou seja, que não agradava aos homens, atendendo a seus interesses, mas para que Deus fosse nele glorificado; isto é também o que o Senhor diz: “Brilhe do mesmo modo a vossa luz diante dos homens, para que, vendo vossas boas obras, glorifiquem vosso Pai que está nos céus” (Mt 5,16).

10. (2,1-2) – “Em seguida, quatorze anos mais tarde, subi a Jerusalém com Barnabé, tendo comigo também Tito”. Serve-se como que de muitas testemunhas ao mencionar esses discípulos. “Subi em virtude de uma revelação”: para não deixar preocupados os leitores sobre o porquê de ter subido nessa ocasião, se há tanto tempo deixara de subir. Pelo fato de ter subido por revelação, era útil que subisse naquela ocasião. “E expus-lhes – em forma reservada aos notáveis – o Evangelho que prego

entre os gentios. Pelo fato de ter exposto o Evangelho em forma reservada aos notáveis, quando já o tinha exposto, na presença de todos, não quer dizer que dissera alguns erros, para então dizer a verdade em forma reservada a uns poucos; mas silenciara sobre algumas coisas que os párvulos não podiam suportar ainda, como aqueles, conforme afirma na Carta aos Coríntios, a quem deu leite e não alimento sólido (cf. 1Cor 3,2).

Pois não é lícito dizer nada que seja falso: mas às vezes calar algo da verdade é útil. Era preciso que os demais apóstolos conhecessem a perfeição de Paulo.⁸ Pois não era uma consequência que, se fosse fiel e tivesse uma fé verdadeira e reta, pudesse ser também apóstolo.

Mas o que acrescentou: “Não estivesse eu correndo em vão ou tivesse corrido em vão”, não o diz àqueles aos quais expôs o Evangelho em forma reservada, mas aos que escreve, como se o dito devesse ser entendido como se fosse uma interrogação, a fim de que transparecesse que não estava correndo ou tivesse corrido em vão, pois pelo testemunho dos demais estava comprovado que em nada dissentira da verdade do Evangelho.

11. (2,3-5) – “Nem Tito, que estava comigo, foi obrigado a circuncidar-se”. Embora Tito fosse grego e nenhum costume ou parentesco por parte dos pais o obrigasse a circuncidar-se, como aconteceu a Timóteo, o Apóstolo lhe teria permitido circuncidar-se. Pois ele não ensinava que se perderia a salvação mediante a circuncisão, mas se a esperança da salvação nela se fundamentasse, mostrava que essa prática era contra a salvação. Portanto, poder-se-ia tolerar tranquilamente como supérflua, de acordo com a sentença que deixou escrita em outra passagem: “A circuncisão nada é, e a incircuncisão nada é. O que vale é a observância dos mandamentos de Deus” (1Cor 7,19). “Por causa dos intrusos, esses falsos irmãos”, Tito não foi obrigado a circuncidar-se, porque aqueles “que se infiltraram”, diz ele, “para espiar a liberdade”, estavam observando com a maior atenção e queriam que Tito fosse circuncidado para poderem pregar a circuncisão como necessária para a salvação pelo testemunho e consentimento do próprio Apóstolo; e assim, como diz, os “reduzir à escravidão”, ou seja, os sujeitar ao jugo servil da Lei. A eles “não cedemos sequer um instante”, ou seja, nem temporariamente, “para que a verdade do Evangelho permanecesse para os gentios”.⁹

12. (2,6-9) – Eles indicavam e queriam, cheios de inveja, que Paulo fosse tido como suspeito, porque antes fora perseguidor das Igrejas; por isso ele diz: “E por parte dos que eram tidos por notáveis – o que eles foram antes não me interessa”. Com efeito, os que parecem ter importância parecem ser importantes para os homens carnais, pois eles mesmos não são importantes. E se são bons ministros de Cristo, Cristo é o importante neles, não eles por si mesmos. Pois, se fossem importantes por si mesmos, sempre teriam sido importantes. “O que eles foram antes”, ou seja, porque também eles foram pecadores, “não me interessa”, porque “Deus não faz acepção de pessoas”, ou seja, chamou a todos para a salvação, sem acepção de pessoas, não tendo em conta seus pecados. Portanto, estando ausentes os primeiros a se tornarem apóstolos, Paulo tornou-se perfeito por obra do Senhor, de modo que, comparando sua doutrina com a deles, nada havia a acrescentar à sua perfeição. Mas, pelo contrário, viam que o próprio Jesus Cristo, que salva sem acepção de pessoas, confiou a Paulo o trabalho junto aos gentios, como também o dera a Pedro, com respeito aos judeus. Portanto, nada encontraram que pudesse discordar dele, de modo que, dizendo ele que recebera um Evangelho autêntico, eles o negassem e quisessem acrescentar-lhe algo como se fosse imperfeito. “Pelo contrário”, em vez de corrigirem imperfeições, aprovaram a perfeição. “E estenderam-nos a mão em sinal de comunhão”, isto é, manifestaram-se concordes em sinal de comunhão e obedeceram à vontade do Senhor, permitindo que Paulo e Barnabé se dirigissem “aos gentios, e eles aos da circuncisão”, a qual parece opor-se ao prepúcio, ou seja, aos gentios. De fato, a expressão “pelo

contrário” pode ser interpretada de modo que seja esta a ordem: *Os que eram tidos por notáveis nada me acrescentaram; eles permaneceriam com os da circuncisão, nós iríamos* “pelo contrário”, ou seja, aos gentios, que são contrários à circuncisão; concordaram comigo e com Barnabé, isto é, “estenderam-nos as mãos em sinal de comunhão”.¹⁰

13. (2,6-9) – E ninguém pense que tal afirmação do Apóstolo: “Dos que eram tidos por notáveis – o que foram antes não me interessa”, tenha sido uma ofensa a seus predecessores. Também eles, como homens espirituais, queriam que se resistisse aos carnisais que se consideravam importantes por si mesmos e não, ao contrário, a Cristo neles; e muito se alegravam por persuadirem as pessoas de que eles, os predecessores de Paulo e o próprio Paulo, de pecadores foram justificados pelo Senhor, que não faz acepção de pessoas, pois buscavam a glória de Deus e não a sua. Mas porque homens carnisais e soberbos, quando se fala algo de sua vida passada, se encolerizam e consideram-no uma ofensa, pelo seu modo de agir conjecturaram o mesmo a respeito dos apóstolos. Mas Pedro, Tiago e João eram os mais notáveis entre os apóstolos, porque o Senhor se mostrou aos três no monte, com indícios de seu Reino (cf. Mt 17,1-8; Mc 9,2-8; Lc 9,28-36), depois de ter dito seis dias antes: “Em verdade vos digo que alguns dos que aqui estão não provarão a morte até que vejam o Filho do Homem vindo em seu reino” (Mt 16,28). Eles não eram colunas, mas assim eram vistos. Pois Paulo sabia que a sabedoria tinha construído para si uma casa e não tinha colocado nela três colunas, mas sete (cf. Pr 9,1). Esse número ou se refere à unidade das Igrejas (pois costuma-se usá-lo no sentido de universal, como foi dito no Evangelho: “Receberá sete vezes mais” (Mt 19,29),¹¹ como se dissesse: “Como quem nada tem, embora tudo possua” (2Cor 6,10). Daí também o fato de João escrever às sete Igrejas (cf. Ap 1,4), que certamente personificavam a universalidade da Igreja); ou o número sete das colunas, que se refere mais certamente aos sete dons do Espírito Santo: sabedoria e entendimento, conselho e fortaleza, ciência e piedade, e temor de Deus (cf. Is 11,2-3), dons com os quais se mantém a casa do Filho de Deus, ou seja, a Igreja (cf. 1Cor 12).

14. (2,10) – Mas o que ele diz: “Nós só nos devíamos lembrar dos pobres, o que, aliás, tenho procurado fazer com solicitude”, indica a preocupação comum a todos os apóstolos a respeito dos pobres entre os santos que viviam na Judeia, os quais colocavam aos pés dos apóstolos o preço dos bens vendidos (cf. At 4,34-35). Assim, portanto, Paulo e Barnabé foram enviados aos gentios, para que as Igrejas dos gentios, que não o tinham feito, servissem com bens temporais aqueles que já o tinham feito, conforme diz aos romanos: “Mas agora vou a Jerusalém, a serviço dos santos. A Macedônia e a Acaia houveram por bem fazer uma coleta em prol dos santos de Jerusalém que estão na pobreza. Houveram por bem, é verdade, mas eles eram devedores; porque, se os gentios participaram dos seus bens espirituais, eles deviam, por sua vez, servi-los nas coisas temporais” (Rm 15,25-27).

15. (2,11-16) – Paulo não caíra em simulação alguma,¹² porque observava em todas as partes o que via ser conveniente, seja às Igrejas dos gentios, seja às dos judeus; de modo que jamais abolia um costume cujo seguimento não impedia a consecução do Reino de Deus; somente advertia que ninguém depositasse a esperança da salvação em coisas supérfluas, ainda que ele quisesse observar o costume entre eles, tendo em conta a ofensa que poderia fazer aos fracos. Conforme diz aos coríntios: “Foi alguém chamado à fé quando circunciso? Não procure dissimular sua circuncisão. Foi alguém incircunciso chamado à fé? Não se faça circuncidar. A circuncisão nada é, e a incircuncisão nada é. O que vale é a observância dos mandamentos de Deus. Permaneça cada um na condição em que se encontrava quando foi chamado” (1Cor 7,18-20).

Com efeito, isso se refere àqueles costumes e usos da vida que em nada são obstáculos para a fé e os bons costumes. Pois, se era ladrão quando alguém foi chamado, não deve permanecer no latrocínio. Mas Pedro, ao vir a Antioquia, foi repreendido por Paulo, não porque observava uma tradição dos judeus, na qual nascera e fora educado (embora não a observasse entre os gentios), mas foi repreendido porque pretendia impô-la aos gentios, ao ver alguns vindos da parte de Tiago, ou seja, da Judeia, pois Tiago estava à frente da Igreja de Jerusalém. Com efeito, com medo daqueles que ainda pensavam que a salvação consistia naqueles costumes, apartava-se dos gentios e, com simulação, concordava com eles em impor aos gentios aquele fardo da escravidão; isso transparece muito bem nas palavras da repreensão. Não diz, de fato: “Se tu, sendo judeu, vives à maneira dos gentios e não dos judeus, como voltas outra vez ao costume dos judeus?” Mas: “Por que forças”, diz, “os gentios a viverem como judeus?”. A necessidade obrigou-o a dizê-lo “diante de todos”, com o objetivo de que todos se curassem com aquela repreensão.

Com efeito, não era útil que corrigisse às ocultas um erro que causaria dano às claras. Vem a propósito o fato de que a firmeza e o amor de Pedro, a quem o Senhor disse três vezes: “Tu me amas? Apascenta minhas ovelhas” (Jo 21,15), fizeram-no suportar de bom grado a repreensão do último pastor¹³ em favor da salvação do rebanho. Pois o repreendido era mais digno e mais difícil de ser imitado do que o autor da repreensão. Com efeito, é mais fácil ver o que é preciso que tu corrijas em outro, e corrigi-lo censurando-o ou repreendendo-o, do que ver o que em ti é preciso corrigir e de bom grado seres corrigido por ti mesmo, quanto mais por outro; mais ainda se ele lhe for um inferior, sobremaneira “diante de todos”.¹⁴

Esse fato serve de um grande exemplo de humildade, a qual é o mais importante exercício cristão; pois pela humildade se mantém a caridade. Com efeito, nada a abala mais do que a soberba. E por isso, o Senhor não diz: *Tomai o meu jugo e aprendei de mim, porque ressuscito do sepulcro cadáveres sepultados há quatro dias, e porque expulso todos os demônios e as doenças dos corpos dos homens, e coisas semelhantes*; mas: “Tomai sobre vós o meu jugo e aprendei de mim, porque sou manso e humilde de coração” (Mt 11,29). Aqueles¹⁵ são sinais de realidades espirituais, enquanto ser manso e mantenedor humilde da caridade são próprias realidades espirituais, às quais são conduzidos por aqueles¹⁶ os que, dependentes dos olhos corporais, buscam a fé nas realidades invisíveis a partir de coisas novas e extraordinárias, porque não o conseguem com base em coisas conhecidas e rotineiras.

Portanto, se aqueles que obrigavam os gentios a viverem à maneira dos judeus tivessem aprendido a ser mansos e humildes de coração, o que Pedro aprendera do Senhor, pelo menos seriam estimulados a imitar homem tão importante, ao ser repreendido, e não pensariam que o Evangelho lhes foi dado como um débito à sua justiça, mas “sabendo, entretanto, que o homem não se justifica pelas obras da Lei, mas pela fé em Jesus Cristo”, para poder cumprir as obras da Lei, não seu mérito, mas a graça de Deus, que o ajuda em sua fraqueza. Também não exigiriam dos gentios observâncias carnis, mas saberiam que poderiam cumprir as obras espirituais da Lei pela própria graça da fé. Com efeito, “carne alguma será justificada”, ou seja, homem algum ou todos os que pensam segundo a carne se justificarão pelas obras da Lei, se as atribuir a suas próprias forças e não à graça de Deus misericordioso. Por isso os que já estavam sob a Lei creram em Cristo, não porque eram justos, mas, para que fossem justificados, abraçaram a graça da fé.

16. (2,15-18) – Os judeus, devido à sua antiga soberba, vendo o cisco no olho do outro e não a trava no seu (cf. Mt 7,3; Lc 6,41), como se fossem justos, impuseram aos gentios a alcunha de pecadores. Segundo esse costume, o Apóstolo diz: “Nós somos judeus de nascimento e não pecadores da

gentilidade”, ou seja, os judeus denominavam pecadores os gentios, mesmo sendo pecadores os próprios judeus. “Nós”, diz ele, “judeus de nascimento”, não sendo gentios, que os judeus denominavam pecadores, “nós”, contudo, sendo pecadores, “cremos em Cristo Jesus, para sermos justificados pela fé de Cristo”. Não procurariam, no entanto, ser justificados se não fossem pecadores. Ou, talvez, pecaram porque queriam alcançar a justificação em Cristo? Pois, se já eram justos, procurando outra coisa, então certamente pecaram; mas se assim é, diz ele: “Seria então Cristo ministro do pecado”. Na verdade, não podiam dizê-lo porque eles, que não queriam que o Evangelho fosse entregue a não ser aos circuncisos,¹⁷ tinham acreditado em Cristo.

E, por isso, o que disse: “De modo algum”, não o disse sozinho, mas com eles. Mas destruiu a soberba que se gloriava das obras da Lei, a qual tanto devia como podia ser destruída, para evitar que a graça parecesse não ser necessária, se continuasse a crença de que as obras justificavam sem ela. E, portanto, faz-se transgressor, se as reconstrói dizendo que as obras da Lei justificam mesmo sem a graça, de modo a se considerar a Cristo como ministro do pecado. Portanto, pode-se objetar aos que o dizem [do seguinte modo]: “Se volto a edificar o que destruí, então sim eu me demonstro um transgressor”. “O quê? Tu te tornas transgressor porque combatas antes a fé de Cristo que agora edificas?” Mas não a destruiu, porque não pode ser destruída. Verdadeiramente destruíra a soberba, e a destruía constantemente, porque podia ser destruída. Portanto, não é um transgressor aquele que, ao tentar destruir uma coisa verdadeira e, depois, por ser verdadeira e por saber que não pode ser destruída, mantém-na para ser nela edificado; mas é um transgressor aquele que, depois de destruir alguma coisa falsa, porque pode ser destruída, de novo a edifica.

17. (2,19-21) – Ele afirma: “morri para a Lei”, para não estar mais sujeito à Lei, mas morreu “mediante a Lei”, por dois motivos. O primeiro é porque era judeu e recebera a Lei como um pedagogo,¹⁸ como revela adiante (cf. Gl 3,24): mediante o pedagogo, o pedagogo mesmo se faz desnecessário; assim como uma criança se alimenta pelos seios, para não necessitar mais dos seios; assim como servindo-se de um navio, depois de se chegar à pátria, o navio não mais é necessário. O segundo é porque morreu pela Lei, entendida segundo o espírito, para não viver sujeito a ela, segundo a carne.

Desse modo, mediante a Lei, ele queria que eles morressem para a Lei, ao dizer-lhes um pouco depois: “Dizei-me, vós que quereis estar debaixo da Lei, não lestes vós a Lei? Pois está escrito que Abraão teve dois filhos, um da serva e outro da livre” (Gl 4,21-22), com a finalidade de que morressem para as observâncias carnis mediante a Lei, entendida espiritualmente. O que acrescentou: “A fim de viver para Deus”, ou seja, vive para Deus o que está sujeito a Deus; mas vive para a Lei o que está sujeito à Lei. Mas alguém vive sob a Lei, enquanto é pecador, ou seja, enquanto não se converteu do homem velho. Pois vive sua própria vida e, portanto, a Lei o domina; pois aquele que não a cumpre está sob ela.

“A Lei não é destinada ao justo” (1Tm 1,9), ou seja, imposta sobre ele. Ele está nela antes que sob ela, visto que não vive pela sua vida aquele a quem é imposta a Lei para corrigir essa mesma vida. Por assim dizer, vive de certo modo pela Lei aquele que vive retamente com amor à justiça, alegrando-se não do bem próprio e transitório, mas do comum e estável. Portanto, a Lei não seria imposta a Paulo, o qual diz: “Eu vivo, mas já não sou eu que vivo, pois é Cristo que vive em mim”.

Quem se atreve a impor a Lei a Cristo, que vive em Paulo? Com efeito, ninguém se atreve a dizer que Cristo não vive retamente, de modo a se lhe impor a Lei, restando-o. “Minha vida presente na carne”, diz ele porque não pode dizer que Cristo vive ainda a vida mortal, pois a vida na carne é mortal: “eu a vivo pela fé no Filho de Deus”, de modo que assim Cristo viva também naquele que

crê, habitando pela fé no homem interior (cf. Ef 3,16-17), que será, depois, plenificado mediante a visão, quando o que é mortal for absorvido pela vida (cf. 2Cor 5,4). Mas, para mostrar que Cristo vive nele e que, vivendo na carne, vive na fé do Filho de Deus, não por seu merecimento, mas pela graça do Filho, diz “que me amou e se entregou a si mesmo por mim”. Por quem, senão por um pecador, para torná-lo justo? E o afirma aquele que nasceu e foi educado como judeu e permaneceu zeloso das tradições paternas. Portanto, se também por eles Cristo se entregou, eles também eram pecadores. Por isso, não digam que lhes foi dado em vista de merecimentos de sua justiça o que não era preciso que fosse dado a justos. “Eu não vim chamar os justos”, diz o Senhor, “mas os pecadores” (Mt 9,13), ou seja, veio para isto: para não serem pecadores.

Ora, se Cristo me amou e se entregou por mim, “não invalida a graça de Deus, de sorte que possa dizer que a justiça vem pela Lei. Porque, se é pela Lei que vem a justiça, então Cristo morreu em vão”, ou seja, morreu sem um objetivo, se pela Lei, isto é, pelas obras da Lei, nas quais os judeus confiavam, a justiça poderia ser encontrada entre os homens. Mas que Cristo tenha morrido em vão, não dizem aqueles a quem ele acusa, visto que pretendiam ser tidos como cristãos. Portanto, não persuadiam retamente os cristãos, dizendo que seriam justificados por aquelas obras da Lei.

18. (3,1) – Com razão lhes diz: “Ó gálatas insensatos, quem vos fascinou?”. Não diria isso retamente a respeito daqueles que nunca fazem progressos, mas daqueles que tinham recuado do progresso. “Ante cujos olhos foi desenhada a imagem de Jesus Cristo crucificado”, ou seja, à cuja vista Cristo Jesus perdeu sua herança e sua propriedade, tendo sido eles os que lhe tiraram, expulsando dela o Senhor, aqueles que da graça da fé, pela qual Cristo possui os gentios, arrebatavam para as obras da Lei os que tinham acreditado em Cristo, privando-o de sua propriedade, ou seja, aqueles nos quais fizera sua morada pelo direito da graça e da fé.

O Apóstolo quer manifestar que isso aconteceu entre os próprios gálatas, pois refere-se a isso o que diz: “Ante cujos olhos”. Com efeito, o que acontece mais diante dos olhos deles do que o acontecido neles mesmos? Mas depois de ter dito: “Foi desenhada a imagem de Jesus Cristo”, acrescentou: “crucificado”, com o objetivo de por aí os comover profundamente, ao considerarem com que preço Cristo comprou a propriedade que neles perdia, como se fosse pouco ter morrido em vão, como dissera antes. Com efeito, tudo isso soa como se não tivesse chegado à propriedade pela qual derramou seu sangue. Ao proscrito é retirado mesmo o que tinha em seu poder; mas essa proscricão¹⁹ não prejudica a Cristo, o qual, mesmo assim, é Senhor de todos pela sua divindade; prejudica à propriedade, que fica privada da cultura dessa graça.

19. – A partir desse ponto, o Apóstolo começa a demonstrar como a graça da fé é suficiente para justificar sem as obras da Lei (cf. Rm 3,28), evitando que alguém dissesse que ele não atribui a justificação completa do homem somente às obras da Lei, mas também não apenas à graça da fé, mas sim que a salvação se realiza com as duas. Mas para se tratar com diligência essa questão, para que ninguém se engane com a ambiguidade, deve-se saber primeiramente que as obras da Lei se dividem em duas partes. Pois parte diz respeito aos sacramentos,²⁰ parte aos costumes. Referem-se aos sacramentos a circuncisão carnal, o Sábado temporal, as neomênias, os sacrifícios e todas as observâncias semelhantes. Referem-se, porém, aos costumes: o “não matarás, não cometerás adultério, não apresentarás falso testemunho” (Ex 20,13-14.16; Dt 5,17-18.20) e outros semelhantes. Acaso o Apóstolo pode descuidar-se de que um cristão seja homicida ou adúltero, ou casto e inocente, assim como não se preocupa de que seja circunciso na carne ou tenha prepúcio?

Paulo tratará agora principalmente das primeiras obras, que se referem aos sacramentos, embora mostre que entremeia as outras. Perto do fim da carta (cf. Gl 5,13ss.), abordou as obras referentes

aos costumes, mas sucintamente, enquanto das primeiras tratou mais extensamente. Com efeito, todas aquelas observâncias, cuja utilidade está em compreendê-las, não queria que fossem impostas aos gentios; pois todas elas são explicadas aos cristãos somente para que compreendam para que servem, e não para que sejam obrigados a praticá-las. Mas a sua observância, se não são compreendidas, é apenas uma escravidão, como acontecia ao povo judeu e acontece até agora. Se, porém, são observadas e compreendidas, não só não prejudicam, como também trazem algum proveito, se estão de acordo com os tempos. Desse modo, foram observadas pelo próprio Moisés e também pelos Profetas, e foram convenientes àquele povo, ao qual era útil tal escravidão, a fim de ser custodiado sob o temor.

Pois nada atemoriza mais piedosamente a alma do que um sacramento não compreendido; porém, quando compreendido, gera uma alegria piedosa e se celebra com liberdade, se for necessário de acordo com os tempos. Mas se não for necessário, é lido e refletido com prazer espiritual.²¹ Todo sacramento, porém, quando é compreendido, leva à contemplação da verdade ou aos bons costumes. A contemplação da verdade fundamenta-se somente no amor de Deus; os bons costumes, no amor de Deus e do próximo (cf. Mt 22,37-40; Mc 12,28-31; Lc 10,25-28). “Desses dois preceitos dependem toda a Lei e os Profetas” (Mt 22,40). Portanto, vejamos agora em que sentido não são necessários, onde já se encontra a graça da fé, a circuncisão da carne e os demais preceitos da Lei.

20. (3,2-9) – “Só isso”, diz [Paulo], “quero saber de vós: foi pelas obras da Lei que recebestes o Espírito, ou pela adesão à fé?”.²² Responde-se: sem dúvida pela adesão à fé. Pois a fé lhes foi pregada pelo Apóstolo; nessa pregação, certamente perceberam a vinda e a presença do Espírito Santo, assim como, na novidade do convite à fé, a presença do Espírito se manifestava com milagres visíveis, conforme se lê nos Atos dos Apóstolos (cf. At 2). Isso acontecera aos gálatas, antes de aqueles²³ terem vindo para pervertê-los e circuncidá-los. Portanto, este é o sentido: *Se a vossa salvação consistisse naquelas obras da Lei, o Espírito Santo não vos seria dado, a não ser depois de circuncidados*. Em seguida concluiu: “Sois tão insensatos que, tendo começado com o espírito, agora acabais na carne”. É isto o que dissera antes no exórdio: “Mas há alguns que vos estão perturbando e querendo corromper o Evangelho de Cristo” (Gl 1,7).

Com efeito, a perturbação é contrária à ordem; mas a ordem implica elevar-se das coisas carnis às espirituais, não cair, como acontecera a esses,²⁴ das coisas espirituais às carnis, o que é regredir do Evangelho e que, quando é anunciado, não é Evangelho, porque não é bom. Mas o que ele diz: “Experimentastes tantas coisas”, lembra que já tinham suportado muitas coisas pela fé, não levados pelo temor, como que vivendo sob a Lei, mas nesses sofrimentos tinham vencido o temor com o amor, pois o amor de Deus foi derramado em seus corações pelo Espírito Santo que receberam (cf. Rm 5,5). “Foi em vão que experimentastes tantas coisas?”, diz ele, vós que quereis retroceder para o temor (cf. Rm 8,15-17), deixando o amor que vos fez suportar tantas coisas; “se de fato foi em vão” o terdes suportado tantas coisas. O que se diz, porém, ter sido em vão, é supérfluo. O supérfluo não traz proveito nem prejudica, mas é preciso fazer por onde não sirva para a ruína. Com efeito, não são a mesma coisa não levantar e cair, e embora os gálatas ainda não tivessem caído, estavam inclinados a ponto de cair (cf. Rm 5,5). O Espírito Santo certamente ainda neles atuava, como diz a continuação: “Aquele que vos concede o Espírito e opera milagres entre vós o faz pelas obras da Lei ou pela adesão à fé?”. Responde-se: certamente pela adesão à fé, como foi tratado mais acima.

Em seguida, apresenta o exemplo do pai Abraão, sobre o qual dissertou sobeja e claramente na Carta aos Romanos (cf. Rm 4). Pois foi principalmente por isto que foi vitorioso: antes de ser circuncidado, suafé “foi levada em conta de justiça”; e a isso refere-se justamente o que lhe foi dito:

“Por tua posteridade serão abençoadas todas as nações” (Gn 18,18; 22,18), ou seja, pela imitação, sem dúvida de sua fé, pela qual foi justificado mesmo antes do sacramento da circuncisão, que recebeu depois como selo da fé, e antes de qualquer escravidão da Lei, que foi dada muito depois.

21. (3,10-12) – Mas o que ele diz: “E os que se baseiam nas obras da Lei, esses estão debaixo da maldição”, quer que se entenda *sob temor*, não em liberdade; ou seja, que se infligisse um castigo corporal e imediato àqueles “que não se ativessem a todas prescrições que foram escritas no livro da Lei, para que fossem cumpridas. Junte-se a isso que os malditos temiam também a ignomínia no próprio castigo corporal.

Mas torna-se justo perante Deus aquele que o adora gratuitamente, ou seja, não pelo desejo de alcançar algo dele além dele mesmo ou pelo medo de perder algo. Pois somente nele está nossa verdadeira e perfeita felicidade; como ele é invisível aos olhos carnaís, é adorado na fé enquanto vivemos nesta carne, conforme o Apóstolo disse acima: “Minha vida presente na carne, eu a vivo pela fé no Filho de Deus” (Gl 2,20); e essa é a justiça. A isso diz respeito a afirmação: “O justo vive pela fé”. Com efeito, quis mostrar com essa afirmação que ninguém se justifica pela Lei, pois está escrito que o justo vive pela fé. Por isso, deve-se entender “pela Lei” o que agora diz: “pelas obras da Lei”. E isso é dito a esses que se mantêm na circuncisão da carne e naquelas prescrições em que vive aquele que está na Lei, que vive sob a Lei.

Mas como foi dito, Paulo empregou o termo “Lei” em lugar de “obras da Lei”, que usa agora, como mostra na continuação. De fato, ele diz: “Ora, a Lei não procede da fé, mas quem pratica essas coisas, por elas viverá”. Não diz: *Quem a cumprir, nela viverá*, para entenderes que, aqui, escreveu “Lei” em lugar de “obras da Lei”. Os que viviam nessas obras, tinham medo de que, se não as praticassem, viessem a sofrer apedrejamento ou a cruz ou outro tormento semelhante. Portanto, os que “praticam essas coisas”, diz ele, “por elas viverão”, ou seja, receberão o prêmio: não serem punidos com tal morte. Por isso seu prêmio não está em Deus, pois, se alguém viver nesta vida pela fé em Deus, tê-lo-á como prêmio, o mais duradouro, quando desta tiver saído. Assim, não vive da fé todo aquele que ou ambiciona ou teme coisas presentes que se veem, porque a fé em Deus diz respeito a coisas invisíveis que serão outorgadas depois.

Há certa justiça nas obras da Lei com seu respectivo prêmio, de modo que “quem as pratica por elas viverá”. Daí o ter dito aos romanos: “Ora, se Abraão foi justificado pelas obras, ele tem de que se gloriar. Mas não perante Deus” (Rm 4,2). Portanto, uma coisa é não ser justificado e outra, não ser justificado “perante Deus”. Aquele que não se justifica em absoluto não observa aqueles preceitos aos quais corresponde um prêmio temporal nem aqueles aos quais corresponde um prêmio eterno; mas aquele que é justificado pelas obras da Lei, não é justificado “perante Deus”, visto que delas espera uma recompensa temporal e visível. No entanto, como eu disse, há certa justiça, por assim dizer, terrena e carnal. O próprio Apóstolo, com efeito, também a denomina “justiça”, quando diz em outro lugar: “Quanto à justiça que há na Lei, vivi irrepreensível” (Fl 3,6).

22. (3,13-14) – Por essa razão, o Senhor Jesus Cristo, que daria a liberdade aos que iriam crer, não cumpriu algumas dessas prescrições com rigor. Prova disso é o fato de os discípulos, estando com fome, terem colhido espigas em dia de sábado, e de ele ter respondido aos que se indignaram que o Filho do Homem é também Senhor do sábado (cf. Mt 12,1-8; Mc 2,23-28; Lc 6,1-5). Assim, não as observando carnalmente, provocou a ira dos carnaís e tomou sobre si o castigo imposto aos que não as tinham observado, e livrou do temor de tal castigo os que nele acreditavam (cf. Hb 2,15). A isso diz respeito o que o Apóstolo acrescentou: “Cristo nos remiu da maldição da Lei, tornando-se maldição por nós, porque está escrito: ‘Maldito todo aquele que pende do madeiro’”. Essa sentença

é sacramento de liberdade para os que entendem espiritualmente; mas para os que pensam carnalmente, se são judeus, é peso de servidão, se são pagãos²⁵ ou hereges, é véu para sua cegueira.

Alguns dos nossos, menos instruídos nas Escrituras, revelando muito medo com respeito a essa sentença e aceitando com divina piedade as Escrituras antigas, não julgam que tenha sido dita sobre o Senhor, mas sobre Judas, o traidor; com efeito, afirmam que não foi dito: *Maldito todo aquele que é pregado no madeiro*, mas: “aquele que pende do madeiro”, não sendo indicado aqui o Senhor, mas aquele que se dependurou com um laço (cf. Mt 27,5). Mas estão errados e não percebem que estão discordando do Apóstolo, que diz: “Cristo nos remiu da maldição da Lei, tornando-se maldição por nós, porque está escrito: ‘Maldito todo aquele que pende do madeiro’”. Portanto, aquele que por nós se tornou maldito, ele mesmo, sem dúvida, esteve suspenso no madeiro, ou seja, Cristo que nos libertou da maldição da Lei, a fim de que não mais fôssemos justificados nas obras da Lei pelo temor, mas pela fé em Deus, que opera não pelo temor, mas pelo amor (cf. Gl 5,6).

Pois o Espírito Santo, que o disse por meio de Moisés, teve em conta ambas as coisas: que fossem protegidos pelo temor do castigo visível os que ainda não podiam viver da fé nas coisas invisíveis; e pudesse esvaecer esse temor, recebendo o que era temido, aquele que, vencido o temor, podia conceder o dom do amor. E o fato de ter denominado “maldito aquele que pende do madeiro”, não se há de considerar uma injúria contra o Senhor. Isso porque, pela parte mortal, foi suspenso no madeiro; mas os crentes sabem de onde procede a mortalidade, pois é consequência da maldição do pecado do primeiro homem, a qual o Senhor assumiu e, sobre o madeiro, levou nossos pecados em seu próprio corpo (cf. 1Pd 2,24). Portanto, se tivesse dito: “É maldita a morte”, ninguém estranharia; mas o que foi suspenso no madeiro senão a morte do Senhor, para que, morrendo, vencesse a morte? Por isso, é maldita a que foi vencida. Igualmente se dissesse: “O pecado é maldito”; a ninguém causaria admiração, pois o que foi suspenso no madeiro senão o pecado do homem velho, que o Senhor assumiu por nós na mortalidade da carne?

Por isso, o Apóstolo não teve pejo, nem teve medo de dizer que Cristo se fez pecado por nós, acrescentando: “Com o pecado condenou o pecado” (Rm 8,3). Com efeito, nem o nosso velho homem seria crucificado com ele, como o Apóstolo diz em outra passagem, se a figura de nosso pecado não ficasse suspensa na morte do Senhor, para que fosse destruído o corpo de pecado, e assim não sirvamos mais ao pecado (cf. Rm 6,6). Em representação desse pecado e da morte, Moisés, no deserto, ergueu a serpente sobre o madeiro (cf. Nm 21,9). Com efeito, por persuasão da serpente, o homem caiu na condenação à morte. Assim, a serpente, para símbolo da mesma morte, foi exaltada adequadamente no madeiro; naquela figura, a morte do Senhor ficou suspensa no madeiro. Mas quem se horrorizaria, se se dissesse: *Maldita a serpente que é suspensa no madeiro*? E, no entanto, prefigurando a morte da carne do Senhor, a serpente estava suspensa no madeiro; a respeito desse sacramento o próprio Senhor testemunhou, ao dizer: “Como Moisés levantou a serpente no deserto, assim é necessário que seja levantado o Filho do Homem” (Jo 3,14).

Ninguém diria que Moisés o fez com injúria ao Senhor, se sabia que na cruz estava a grande salvação dos homens, ao ordenar que erguessem aquela serpente como figura do Senhor, não por outra razão, senão para que, dirigindo a ela o olhar os que, picados pelas serpentes, haviam de morrer, ficassem curados imediatamente. Aquela serpente de bronze não foi feita senão para simbolizar a fé na eficácia durável da paixão do Senhor. Denominam-se até mesmo vulgarmente “de bronze” aquelas que são duradouras. Com efeito, se os homens se tivessem esquecido e se tivesse esvaecido da memória do tempo que Cristo morreu na cruz pelos homens, esses morreriam de fato, mas agora permanece a fé na cruz, como se fosse de bronze, a fim de que, enquanto uns morrem e outros nascem, encontrem-na duradoura e sublime, e contemplando-a, sejam curados.

Não deve causar admiração se o maldito foi vencido pelo maldito, que vence a morte com a morte, o pecado com o pecado, a serpente com a serpente. Mas maldita é a morte, maldito o pecado, maldita a serpente; e todos eles foram vencidos na cruz. Por isso, “maldito todo aquele que pende do madeiro”. Porque Cristo justifica pela fé os que nele creem, não pelas obras da Lei; o temor da maldição da cruz foi abolido; o amor da bênção de Abraão, devido a seu exemplo de fé, passa para os gentios: “Para que, pela fé, recebamos o anúncio do Espírito”,²⁶ ou seja, para se anunciar aos que vão crer não o que se teme na carne, mas o que se ama pelo espírito.

23. (3,15-18) – Veio-lhe a propósito fazer menção do testamento humano, o qual é muito menos convincente que o divino. Diz ele: “Mesmo um testamento humano, legitimamente feito, ninguém pode invalidar, nem modificar”. Pois, quando um testador modifica um testamento, modifica um testamento não confirmado, pois é confirmado pela morte do testador. O fato de a morte valer para confirmar um testamento deve-se à circunstância de que não é possível modificar sua decisão; esse valor tem também a imutabilidade da promessa de Deus na confirmação da herança de Abraão, cuja fé lhe foi levada em conta de justiça (cf. Rm 4,9). E, por isso, a descendência de Abraão, à qual “foram asseguradas as promessas”, o Apóstolo diz que é Cristo, ou seja, todos os cristãos que imitam Abraão na fé, que ele reduziu ao singular, recordando que não foi dito: *E aos descendentes*, mas: “à tua descendência”, pois uma só é a fé, e os que vivem das obras segundo a carne não podem ser justificados do mesmo modo que os que vivem da fé segundo o espírito.

De modo irrefutável acrescenta que a Lei ainda não fora dada, e nem poderia ser dada, depois de tantos anos, de modo a tornar nulas as promessas antigas feitas a Abraão. Ora, se a Lei justifica, Abraão não se tornou justo, visto que existiu muito tempo antes da Lei. Por isso, porque não podem dizê-lo, veem-se obrigados a confessar que o homem não se justifica pelas obras da Lei, mas pela fé. Também nos obriga ao mesmo tempo a compreender que todos os antigos que foram justificados, foram justificados pela mesma fé. Com efeito, nós somos salvos por crer em algo que em parte é passado, ou seja, a primeira vinda de Cristo, em parte é futuro, ou seja, a segunda vinda do Senhor; eles acreditavam em tudo isso, ou seja, em ambas as vindas, como futuro, por revelação do Espírito Santo, para se salvarem. Daí também as palavras: “Abraão desejou ver o meu dia. Ele viu e encheu-se de alegria” (Jo 8,56).²⁷

24. (3,19-20) – Em seguida, aborda uma questão consequente: se a fé justifica e os primeiros santos que foram justificados perante Deus foram justificados por ela, qual a necessidade de ser dada a Lei? Ele levanta essa questão a ser tratada, perguntando: “Por quê, então?”. Até aqui a pergunta,²⁸ em seguida apresenta a resposta: “Foi acrescentada em vista da transgressão,²⁹ até que viesse”, diz ele, “a descendência a quem fora feita a promessa, disposta³⁰ por anjos, pela mão de um mediador. Ora, não existe um mediador quando se trata de um só, e Deus é um só”. Em outra sentença do apóstolo é dito claramente que Jesus Cristo é mediador segundo sua humanidade, ao afirmar: “Um é Deus e um só o mediador entre Deus e os homens, o homem Cristo Jesus” (1Tm 2,5). Portanto, não pode haver um mediador entre Deus e Deus, pois Deus é um só: “Não existe um mediador quando se trata de um só”, porque o mediador fica no meio entre diversos. Todavia, os anjos que não caíram da visão de Deus não têm necessidade de mediador, por cujo intermédio sejam reconciliados. Do mesmo modo, os anjos que, sem o estímulo de ninguém, caíram por uma transgressão voluntária, não se reconciliam pelo mediador. Portanto, resta que aquele que foi derrubado pela persuasão do diabo, mediador soberbo, seja erguido por Cristo, mediador humilde que persuade à humildade.

Com efeito, se o Filho de Deus quisesse permanecer na igualdade natural do Pai, e não se aniquilasse, recebendo a forma de servo (cf. Fl 2,7), não seria mediador de Deus e dos homens,

porque a Trindade é um só Deus, a mesma em três, no Pai e no Filho e no Espírito Santo, pela eternidade da divindade e pela inalterável igualdade. Assim, o Filho único de Deus tornou-se mediador de Deus e dos homens, quando o Verbo de Deus, que é Deus, despojou-se de sua majestade, recebendo o humano, e elevou a humildade humana até o divino, para ser mediador entre Deus e os homens, como homem com Deus sobre todos os homens. Ele, de fato, em sua forma, “é o mais belo dos filhos dos homens” (Sl 45,3) e ungido com o óleo da alegria, como a nenhum dos seus consortes (cf. Sl 45,8).

Curaram-se, portanto, da impiedade da soberba, para se reconciliarem com Deus, todos os homens que, crendo, amaram; amando, imitaram a humildade de Cristo, tanto pela revelação, antes que ela existisse,³¹ como pelo Evangelho, depois que passou a existir. Mas a justiça da fé, pelo fato de ter sido dada aos homens não devido a merecimentos, mas à misericórdia e graça de Deus, não era geral,³² antes de o Deus-Homem nascer entre os homens. Mas “a descendência, a quem foi prometida” significa o povo, não aqueles pouquíssimos que, embora se salvassem pela mesma fé ao discernir aquelas realidades futuras por meio de revelações, não tinham, contudo, poder para salvar o povo.

Esse povo, na verdade, se o considerarmos disperso por todo o mundo (de fato, de todo o orbe ele congrega a Igreja, a Jerusalém celeste), é formado por poucos, porque o caminho estreito é para poucos (cf. Mt 7,13-14); contudo, reunidos em um só povo, tantos povos quantos puderam existir desde quando o Evangelho é anunciado, e tantos quantos poderão existir até o fim do mundo, em todos os povos, somados também aqueles, embora pouquíssimos, que receberam a salvação da graça pela fé no Senhor, fé profética anterior a ambas as suas vindas, completam o estado bem-aventurado dos santos da cidade eterna.

Portanto, a Lei foi destinada a um povo cheio de soberba (porque não poderia receber a graça da caridade senão humilhado, e sem essa graça de forma alguma poderia cumprir os preceitos da Lei), a fim de que fosse humilhado pela transgressão, para que buscasse a graça e não pensasse que pudesse ser salvo por seus merecimentos, o que é soberba; e para que fosse justo não por seu poder e suas forças, mas pela mão do Mediador que justifica o ímpio (cf. Rm 4,5).

Mas toda a economia do Antigo Testamento foi administrada pelos anjos, com a ação do Espírito Santo e do próprio Verbo da verdade, ainda não encarnado, mas jamais alheio a qualquer economia verdadeira. Porque a economia da Lei foi administrada pelos anjos, que algumas vezes representavam a própria pessoa, outras, a pessoa de Deus, como era o costume dos Profetas, e por essa Lei que mostra as doenças, mas não as cura, a soberba foi consumada pelo pecado da transgressão “até que viesse a descendência, disposta por anjos, pela mão do Mediador”, para que ele libertasse dos pecados os obrigados pela transgressão da Lei a confessar-se necessitados da graça e da misericórdia do Senhor, para que lhes fossem perdoados os pecados e se reconcilhassem com Deus em uma vida nova, por meio daquele que por eles derramaria seu sangue.

25. (3,21-22) – A soberba tinha de ser esmagada pela transgressão da Lei naqueles que, gloriando-se do pai Abraão, gabavam-se de possuir a justiça, quase como se lhes fosse natural, e se consideravam superiores aos demais povos, pelos méritos derivados da circuncisão, com tanto mais obstinação, com quanto mais arrogância. As gentes, porém, seriam humilhadas facilmente mesmo sem a transgressão de tal Lei. Pois a graça evangélica encontrou como escravos dos ídolos homens que não imaginavam herdar de seus pais princípio algum de justiça. De fato, enquanto a esses homens se podia dizer que não existia aquela justiça que eles julgavam existir no culto de seus pais aos ídolos, não se podia dizer aos judeus que era falsa a justiça do pai Abraão. Por isso se diz aos judeus:

“Produzi, então, fruto que prove a vossa conversão e não penseis que basta dizer: ‘Temos por pai a Abraão’. Pois Deus pode suscitar filhos de Abraão mesmo destas pedras” (Mt 3,8-9; Lc 3,8). Aos gentios, porém, se diz: “Por isso, lembrai-vos de que antes éreis gentios na carne e éreis chamados incircuncisos pelos que se chamam circuncidados em virtude de uma operação manual na sua carne, de que naquele tempo estáveis sem Cristo, excluídos da cidadania em Israel e estranhos às alianças da Promessa, sem esperança e sem Deus no mundo” (Ef 2,11-12). Então, mostra-se que, no primeiro caso, infiéis são cortados de sua oliveira; no segundo, fiéis são enxertados, da oliveira selvagem, na oliveira (cf. Rm 11,17).

Portanto, a soberba dos judeus devia ser esmagada pela transgressão da Lei, tal como, escrevendo aos romanos, ao destacar seus pecados pelas palavras das Escrituras, diz ele: “Sabeis que tudo o que a Lei diz, é para os que estão sob a Lei que o diz, a fim de que toda boca se cale e o mundo inteiro se reconheça réu em face de Deus” (Rm 3,19); ou seja, os judeus pela transgressão da Lei, os pagãos pela impiedade sem a Lei. Pelo qual diz de novo: “Deus encerrou todos na desobediência para a todos fazer misericórdia” (Rm 11,32). Então o diz também agora, recolocando a mesma questão: “Então a Lei é contrária às promessas de Deus? De modo algum! Se tivesse sido dada uma Lei capaz de comunicar a vida, então sim, realmente, a justiça viria da Lei. Mas a Escritura encerrou tudo debaixo do pecado, a fim de que a promessa pela fé em Jesus Cristo fosse concedida aos que creem”.

Portanto, a Lei não foi dada para apagar o pecado, mas para encerrar tudo debaixo do pecado. Pois a Lei mostrava ser pecado o que eles, obcecados pelo hábito, poderiam pensar que fosse justiça, para que, assim humilhados, reconhecessem que sua salvação não estava em suas mãos, mas na mão do Mediador. Com efeito, a humildade, principalmente, chama-nos de volta de onde nos lançou a soberba. E a humildade é adequada para se receber a graça de Cristo, que é exemplo singular de humildade.

26. (3,23) – Evitando que alguém, sem conhecimento de causa, a esse respeito dissesse: *Por que não serviu de proveito para os judeus terem sido colocados na mão do Mediador mediante os anjos que administravam a Lei?* Serviu-lhes de proveito, e tanto que não se pode descrever. Que Igrejas houve dentre os gentios que depositaram aos pés dos apóstolos o preço de bens vendidos? (cf. At 4,34-35). Quantos milhares de homens o fizeram prontamente! Não se há de levar em conta a multidão de infiéis, toda eira tem mais de palha que de trigo. Mas qual o porquê daquelas palavras do Apóstolo, escrevendo aos romanos a respeito da santificação dos judeus? “O que, então? Não teria Deus, porventura, repudiado seu povo? De modo algum! Pois eu também sou israelita, da descendência de Abraão, da tribo de Benjamim. Não repudiou Deus o seu povo, que de antemão conhecera” (Rm 11,1-2).

Mas ao louvar, mais que as outras, a Igreja dos gentios tessalonicenses, afirma que fizeram o mesmo em favor das Igrejas da Judeia, porque padeceram muito pela fé, da parte de seus concidadãos, como os da Judeia, por parte dos judeus (cf. 1Ts 2,14). Refere-se a isso o que mencionei um pouco antes e o que ele diz aos romanos: “Se os gentios participaram dos seus bens espirituais, eles devem, por sua vez, servi-los nas coisas temporais” (Rm 15,27).

Referindo-se aos mesmos judeus, afirma em seguida: “Antes que chegasse a fé, nós estávamos aprisionados sob a tutela da Lei, para a fé que haveria de se revelar”. Com efeito, que fossem encontrados tão perto e se aproximassem mais de Deus a ponto de vender seus bens, o que o Senhor ordenou aos que quisessem ser perfeitos (cf. Mt 19,21), deve-se à própria Lei, sob a qual estavam aprisionados e tutelados para a fé, ou seja, para a vinda da fé que “haveria de se revelar”; pois sua reclusão era então o temor ao único Deus. E porque estavam na situação de transgressores da Lei, essa serviu não para a ruína, mas para a utilidade daqueles que creram; pois o conhecimento da

enfermidade mais grave fê-los tanto desejar mais veementemente quanto amar mais ardentemente o médico. Com efeito, aquele que mais é perdoado, mais ama (cf. Lc 7,47).

27. (3,24-27) – “Assim a Lei”, diz ele, “foi nosso pedagogo até Cristo”, ou seja, o que disse antes: “Nós estávamos aprisionados sob a tutela da Lei” (Gl 3,23). “Chegada, porém, a fé, não estamos mais sob o pedagogo”. Portanto, está repreendendo aqueles que anulam a graça de Cristo, pois, como se ainda não tivesse vindo aquele que chamava para a liberdade, pretendem estar ainda sob o pedagogo. Mas porque afirma que todos são filhos de Deus pela fé, visto que se revestiram de Cristo todos os que em Cristo foram batizados (cf. Gl 3,27), isso serve para que os gentios não se desesperem de si mesmos pelo fato de não estarem sob a tutela do pedagogo, pensando não serem filhos; mas revestindo-se de Cristo pela fé, todos se tornam filhos: não por natureza, como o é o Filho Único, que é também Sabedoria de Deus, nem pela força e singularidade de uma assunção, para terem por natureza a Sabedoria e desempenharem seu papel, como o próprio Mediador feito um com a Sabedoria, que ele assumiu sem a intervenção de qualquer mediador; mas tornam-se filhos pela participação na Sabedoria, realizando-a e proporcionando-a a fé no Mediador. A essa graça da fé denomina-a agora “veste”, de modo que se revestiram de Cristo aqueles que nele creram e, por isso, se tornaram filhos de Deus e irmãos de seu Mediador.

28. (3,28-29) – Nessa fé não há diferença de judeu e grego, de escravo e livre, de homem e mulher: na medida em que todos são fiéis, todos são um em Cristo Jesus (cf. Gl 3,28). E se isso o faz a fé, pela qual se caminha retamente nesta vida (cf. 2Cor 5,7), quanto mais perfeita e plenamente o fará a visão, quando veremos face a face? (cf. 1Cor 13,12). Pois agora, embora tenhamos “as primícias do espírito” (Rm 8,23), que é vida, em virtude da justiça da fé, porque o corpo está morto pelo pecado (cf. Rm 8,10), a diferença, ou de gentes, ou pela condição, ou pelo sexo, já foi realmente abolida da unidade da fé, mas permanece na situação mortal e sua ordem deve ser observada na caminhada desta vida; os apóstolos ensinam-no. Eles também proporcionaram regras deveras salutares sobre como viver a diferença de gentes, judeus e gregos, a diferença de condição, senhor e servo, e a diferença de sexo, esposos e esposas, ou de quaisquer outras que ocorrerem. E, antes deles, o Senhor disse: “Devolvei o que é de César a César, e o que é de Deus a Deus” (Mt 22,21; Mc 12,17; Lc 20,25).

Há umas coisas que observamos na unidade da fé sem nenhuma diferença, e outras na ordem desta vida em que somos peregrinos, para se evitar blasfêmia contra o nome e a doutrina de Deus (cf. 1Tm 6,1). E isso não somente por causa da ira, para evitar ofensas aos homens, mas também por causa da consciência (cf. Rm 13,15), para não praticarmos essas coisas com fingimento e como se as fizéssemos apenas para ser vistos pelos homens, mas com a consciência pura por causa de Deus, “que quer que todos os homens se salvem e cheguem ao conhecimento da verdade” (1Tm 2,4). “Vós sois um só em Cristo”, disse o Apóstolo, e acrescentou: “Se, porém”, para que neste ponto se veja a subdivisão e se subentenda, “vós sois um em Cristo Jesus”,³³ para que em seguida se deduza: “Então sois descendência de Abraão”. Entenda-se: todos vós sois um em Cristo Jesus; mas se sois um em Cristo Jesus, então vós sois descendência de Abraão. Pois dissera antes: “Não diz: ‘e aos descendentes’, como referindo-se a muitos; mas como a um só: e à sua descendência, que é Cristo” (Gl 3,16).

Portanto, mostra nessa passagem que não se há de interpretar essa única descendência, Cristo, como sendo somente o Mediador, mas também a Igreja, corpo do qual ele é a cabeça (cf. Cl 1,18), para que todos sejam um em Cristo e recebam, conforme a promessa, a herança pela fé, até a qual estava recluso, ou seja, para cuja vinda o povo era tutelado pelo pedagogo, enquanto não chegasse o tempo oportuno no qual seriam chamados à liberdade os que no mesmo povo foram chamados

segundo o desígnio, isto é, os que se encontravam naquela eira como trigo.

29. (4,1-3) – Acrescentou ao anterior: “Ora, eu digo: enquanto o herdeiro é menor, embora dono de tudo, em nada difere de um escravo. Ele fica debaixo de tutores e curadores até a data estabelecida pelo pai. Assim também nós, quando éramos menores, estávamos reduzidos à condição de escravos, debaixo dos elementos do mundo”. Pode-se perguntar como, de acordo com essa comparação, os judeus estiveram sob os elementos do mundo, se pela Lei que receberam lhes era recomendado o culto ao único Deus que fez o céu e a terra. Mas pode ser outra a explicação dessa passagem, de tal modo que, tendo feito, antes, da Lei um pedagogo (cf. Gl 3,24), sob cuja tutela estava o povo dos judeus, agora diga tutores e curadores os elementos do mundo, aos quais os gentios serviam. Assim, aquele filho menor, ou seja, o povo que pertencia à única descendência de Abraão devido à única fê, porque foi formado tanto por judeus como por gentios. Parte dessa descendência teria estado sob o pedagogo da Lei, durante, por assim dizer, sua infância. Dessa parte foi congregado o povo judeu. A outra parte dessa descendência teria estado sob os elementos do mundo, aos quais servia como a seus tutores e curadores. Essa parte foi formada pelos gentios. Entre estes últimos acrescenta sua pessoa. Não diz: *Quando éreis menores, estabelecidos sob os elementos deste mundo*, mas diz: “Quando éramos menores, estávamos reduzidos à condição de escravos”, não se interprete como indicando os judeus dos quais Paulo procedia, mas os gentios, pelo menos nesse ponto, visto que tinha o direito de se incorporar à pessoa daqueles a quem fora enviado para evangelizar.

30. (4,4-5) – Diz em seguida que, chegada a plenitude dos tempos, Deus enviou seu Filho para libertar o herdeiro menor de idade, que era escravo, em parte da Lei, como seu pedagogo, em parte dos elementos deste mundo, como seus tutores e curadores: “Enviou Deus”, diz ele, “o seu Filho, nascido de uma mulher”. Empregou “mulher” em lugar de “pessoa do sexo feminino”,³⁴ de acordo com o modo de falar dos hebreus. Pois, a respeito de Eva, porque foi dito: “Modelou uma mulher” (Gn 2,22), não significa que ela já tinha vivido a união com o homem, o que não aconteceu senão depois de terem sido expulsos do paraíso. Mas disse: “Nascido”,³⁵ devido ao fato de ter assumido a criatura, porque os que nascem de mulheres, não é ao nascer que nascem de Deus, ainda que seja Deus a criá-los, como toda criatura, para que possam nascer.³⁶

“Nascido”, porém, “sob a Lei”, disse ele, porque foi circuncidado e por ele foi oferecido um sacrifício (cf. Lc 2,21-24). Não deve causar admiração se suportou também essas obras da Lei, das quais libertaria aqueles que por essas eram mantidos em escravidão, já que ele suportou também a morte, para dela libertar os que estavam submetidos à mortalidade. “Para que recebêssemos a adoção filial”, diz ele. Diz “adoção” para percebermos a diferença com relação ao Filho Único de Deus. Pois nós, por favor e mercê de sua misericórdia, somos filhos de Deus; ele, o Filho, que é igual ao Pai, o é por natureza.³⁷ Não disse: *tomássemos*, mas “recebêssemos”,³⁸ para indicar que perdemos a filiação divina em Adão e, por isso, somos mortais. Portanto, o que ele disse: “Para remir os que estavam sob a Lei”, diz respeito à libertação do povo que, como menor, servia sob o pedagogo, e também se refere ao que disse: “Nascido sob a Lei”. Mas a afirmação: “Para que recebêssemos a adoção filial”, faz referência à afirmação: “Nascido de mulher”. De fato, por isso recebemos a adoção, ou seja, porque o Único não subestimou a participação em nossa natureza, tendo nascido de mulher, a fim de não ser apenas Unigênito, sem irmãos, mas também se tornasse Primogênito entre muitos irmãos (cf. Rm 8,29). Portanto, afirmou duas coisas na seguinte ordem: “nascido de mulher” e “nascido sob a Lei”, mas desenvolveu-as em ordem invertida.

31. (4,6) – Acrescentando aquele povo que, sendo menor, servia sob a guarda de tutores e curadores,

ou seja, os elementos deste mundo, para que seus membros não pensassem não serem filhos, porque não estavam sob o pedagogo, afirmou: “E porque sois filhos, enviou Deus em nossos corações o Espírito de seu Filho, que clama: ‘Abba!’, ‘Pai!’”. Empregou dois termos para que pelo último se interpretasse o primeiro, pois significam a mesma coisa “Abba” e “Pai”. Entende-se que não em vão e com elegância usou palavras das duas línguas, tendo o mesmo significado, devido ao povo universal que foi chamado à unidade da fé e formado de judeus e de gentios. Assim, ainda que o termo hebraico se refira aos judeus e o grego se refira aos gentios, um mesmo significado de dois termos corresponde à unidade da mesma fé e do mesmo espírito.

Com efeito, também escrevendo aos romanos, quando trata da questão sobre a paz no Cristo entre judeus e gentios, afirma: “Com efeito, não recebestes um espírito de escravos para recair no temor, mas recebestes um espírito de filhos adotivos, pelo qual clamamos: ‘Abba’, ‘Pai!’” (Rm 8,15). A propósito, quis mostrar aos gentios que eles, pela presença e pelo dom do Espírito Santo, pertencem à promessa da herança. Pois o Evangelho não foi anunciado aos gentios a não ser depois da ascensão do Senhor e da vinda do Espírito Santo, enquanto os judeus tinham começado a crer quando o Filho de Deus ainda levava o homem mortal aqui na terra, conforme está escrito no Evangelho. Se bem que aí é dito que ele tinha louvado a fé da mulher cananeia (cf. Mt 15,28) e daquele centurião, sobre o qual afirmou que não havia encontrado tamanha fé em Israel (cf. Mt 8,10; Lc 7,9). Contudo, que então evangelizou propriamente os judeus, está claro pelas próprias palavras do Senhor, quando ao pedido da cananeia afirmou que não foi enviado senão às ovelhas perdidas da casa de Israel (cf. Mt 15,24) e ao enviar os discípulos, disse: “Não tomeis o caminho dos gentios, nem entreis em cidade de samaritanos. Dirigi-vos, antes, às ovelhas perdidas da casa de Israel” (Mt 10,5-6). O aprisco dos gentios denominou-o *um outro aprisco*, quando disse: “Tenho outras ovelhas que não são deste aprisco”. Ovelhas, sem embargo, que, conforme diz, conduziria para si, para que houvesse um só rebanho e um só pastor (cf. Jo 10,16). Mas quando, senão depois de sua glorificação?

Ora, depois de sua ressurreição, enviou seus discípulos também aos gentios (cf. Mt 28,19; Lc 24,27), ao ordenar-lhes que permanecessem em Jerusalém até que lhes tivesse enviado o Espírito Santo, conforme lhes prometera (cf. Lc 24,29; At 1,4). Depois de o Apóstolo ter dito: “Enviou Deus o seu Filho, nascido de mulher, nascido sob a Lei, para reunir os que estavam sob a Lei, para que recebêssemos a adoção filial” (Gl 4,4-5), faltava mostrar que também os gentios, que não estavam sob a Lei, eram, no entanto, beneficiados com a adoção filial; isso, conforme ensina, o alcançaram pelo dom do Espírito Santo, que é dado a todos. Consoante a isso está também o fato de Pedro se defender, diante dos judeus que tinham acreditado, de ter batizado o incircunciso Cornélio, declarando que não pôde negar a água³⁹ àqueles que a evidência mostrava que tinham recebido o Espírito Santo (cf. At 10,47). Também Paulo, com efeito, usou anteriormente desse mesmo fortíssimo argumento, ao dizer: “Só isto quero saber de vós: foi pelas obras da Lei que recebestes o Espírito, ou pela adesão à fé?” (Gl 3,2). E um pouco depois: “Aquele que vos concede o Espírito e opera milagres entre vós o faz pelas obras da Lei ou pela adesão à fé?” (Gl 3,5). O mesmo diz aqui, na passagem a que nos referimos: “E porque sois filhos, enviou Deus em nossos corações o Espírito de seu Filho, que clama: ‘Abba!’ ‘Pai!’”.

32. (4,7-8) – Em seguida, mostra de um modo muito claro que está também falando dos que, dentre os gentios, tinham vindo para a fé, aos quais também escreve a Carta: “De modo que já não és escravo”, diz ele, “mas filho”. Diz isso pelo fato de ter dito: “Enquanto o herdeiro é menor, embora dono de tudo, em nada difere de um escravo. Mas se és filho, és também herdeiro por Deus”, ou seja, pela misericórdia de Deus, não pelas promessas dos pais, dos quais ele não nasceu segundo a carne, como

os judeus; sem embargo, é filho de Abraão pela imitação da fê, pela qual mereceu a graça por misericórdia do Senhor.⁴⁰ “Outrora, é verdade”, diz ele, “não conhecendo a Deus, servistes a deuses, que na realidade não o são”. Neste ponto, porque é certo que não escreve aos judeus, mas aos gentios, não diz: servimos, mas, “servistes”. Bastante provavelmente também antes se referiu aos gentios, que estavam reduzidos à escravidão sob os elementos deste mundo como seus tutores e curadores (cf. Gl 4,1-3). Com efeito, os mesmos elementos não são certamente deuses por natureza, “quer no céu, quer na terra, como muitos deuses e muitos senhores, para nós, contudo, existe um só Deus, o Pai, por quem tudo existe e nós nele, e um só Senhor Jesus Cristo, por quem tudo existe e nós por ele” (1Cor 8,5-6). Mas quando diz: Servistes a deuses, que “na realidade não o são”, demonstra sobejamente que há um só Deus verdadeiro por natureza, nome com o qual é aceita a Trindade, no profundo de um coração mui fiel e católico. Mas os que não são deuses por natureza e, por isso, os denominou antes tutores e curadores, porque não existe criatura alguma, seja a que permanece na verdade, dando glória a Deus, seja a que não permanece na verdade, buscando sua glória, repito, não há criatura alguma que, queira ou não, não sirva à divina Providência. A criatura que quer cooperar com a Providência realiza, com essa, o que é bom; mas naquela que não o quer, realiza-se o que é justo.

Pois, se mesmo os anjos transgressores com seu príncipe, o diabo, não fossem considerados tutores e curadores da divina Providência, o Senhor não chamaria o diabo magistrado do mundo (cf. Jo 12,31),⁴¹ e a autoridade apostólica não o utilizaria para correção dos homens, conforme diz Paulo em outra passagem: “Entreguei-os a Satanás, a fim de que aprendam a não blasfemar” (1Tm 1,20), e em outro texto diz: “a fim de que seja salvo”. Eis o que diz: “Quanto a mim, ausente de corpo, mas presente em espírito, já julguei, como se estivesse presente, aquele que assim procedeu. É preciso que, em nome do Senhor Jesus Cristo, estando vós e meu espírito reunidos em assembleia com o poder de nosso Senhor Jesus Cristo, entreguemos tal homem a Satanás, para a perda de sua carne, a fim de que o espírito seja salvo no Dia do Senhor” (1Cor 5,3-5).

Mas um magistrado dependente de um imperador constituído não atua a não ser quanto lhe é permitido, e os tutores e curadores deste mundo nada fazem a não ser quanto o Senhor lhes concede. A ele nada se oculta, como acontece ao homem; nem é menos poderoso em alguma coisa, para que tutores e curadores, que estão em seu poder, façam algo, ou sem permissão ou às escondidas, com respeito aos assuntos de sua alçada de acordo com sua hierarquia. Contudo, não os remunera pelo que é feito com justiça através deles, mas sim com que disposição o fazem. Isso porque Deus não negou a vontade livre à sua criatura racional e, contudo, reservou para si o poder pelo qual dispõe mesmo dos injustos com justiça. Já tratamos desse assunto mais extensa e profundamente em outros livros.⁴² Portanto, se os gentios ou adoravam o sol, a lua, os astros, o céu, a terra e outras realidades semelhantes, ou os demônios, entende-se que, com razão, estiveram sob a tutela de tutores e curadores.⁴³

33. (4,9) – Todavia, o que vem em seguida enreda a questão quase explicada. Pois, como em toda a Carta, o Apóstolo não revela que a fê dos gálatas ficou abalada por outros, senão pelos que eram da circuncisão, que desejavam arrastá-los para os preceitos carnis da Lei, como se neles residisse a salvação, somente nesta passagem parece que fala àqueles que pretendiam voltar às superstições dos gentios. Com efeito, diz-lhes: “Mas agora, conhecendo a Deus, ou melhor, sendo conhecidos por Deus, como é possível voltardes novamente a estes fracos e miseráveis elementos aos quais vos quereis escravizar outra vez?”. Pois por ter dito: “voltardes”, quando não fala a circuncisos, mas a gentios, conforme se percebe em toda a Carta, certamente não diz que estavam voltando para a

circuncisão, na qual nunca estiveram; mas “a fracos”, diz ele, “e miseráveis elementos aos quais vos quereis escravizar outra vez”. Somos obrigados a entendê-lo como referente aos gentios, pois antes lhes dissera: “Outrora, é verdade, não conhecendo a Deus, servistes a deuses, que na realidade não o são” (Gl 4,8); manifesta que eles pretendem voltar a essa escravidão quando diz: “Como é possível voltardes novamente a estes fracos e miseráveis elementos, aos quais vos quereis escravizar outra vez?”.

34. (4,10-11) – O que acrescentou: “Observais cuidadosamente dias, meses, estações, anos! Receio ter-me afadigado em vão entre vós”, pode parecer que reforça aquela sentença. Pois é muito comum esse erro dos gentios, de modo que eles têm em conta os dias, os meses, os anos e as estações determinados pelos astrólogos e os caldeus,⁴⁴ ou para fazer alguma coisa ou para prever acontecimentos da vida ou de seus negócios. Contudo, talvez não seja preciso que interpretemos isso como um erro dos gentios, para não parecer que ele de repente quer torcer temerariamente para um outro sentido a intenção da causa que, empreendida desde o princípio, ele conduz até o fim; mas continue a tratar das coisas a se evitar, o que se vê em toda a carta. Com efeito, também os judeus observam servilmente os dias, os meses, as estações e os anos, na observância carnal do Sábado, do novilúnio, do mês dos frutos novos e do sétimo ano que denominam “Sábado dos sábados”. Essas observâncias, porque eram sombras das coisas futuras (cf. Cl 2,16-17; Hb 10,1), ao vir Cristo, permaneceram como superstições observadas como salvíficas pelos que não sabiam a que se devia referi-las.

É como se o Apóstolo assim dissesse aos gentios: o que vos aproveita ter-se livrados da escravidão que vos prendia quando servíeis aos elementos do mundo, se novamente voltais a essas observâncias, seduzidos por aqueles que, desconhecendo ainda o tempo de sua liberdade, entre as demais obras da Lei, que são carnavais, também servem aos tempos, aos quais também vós quereis servir como antes e examinar com eles os dias, os meses, as estações e os anos, aos quais servíeis antes de crerdes em Cristo?

Com efeito, está claro que o decorrer dos tempos é regulado mediante os elementos deste mundo, ou seja, o céu, a terra, os movimentos e a hierarquia dos astros. O Apóstolo denomina-os “fracos”, devido ao fato de variarem pela sua forma fraca e instável; e também “miseráveis”, pelo fato de necessitarem da perfeita e estável forma do Criador, para poderem ser o que são.

35. (4,11) – Por isso, o leitor escolha a explicação que quiser, contanto que compreenda que as observações supersticiosas dos tempos causam tão grande perigo para a alma que o Apóstolo acrescentou esta passagem: “Receio ter-me afadigado em vão entre vós”. Apesar de isso ser lido nas Igrejas dispersas pelo mundo, com tão grande solenidade e autoridade, nossas reuniões estão cheias de homens que aceitam dos astrólogos os tempos de realizarem suas coisas. E assim, muitos não hesitam nem mesmo em prevenir também a nós a não começar algo ou em termos de construção ou de obras semelhantes, nos dias que denominam “egípcios”,⁴⁵ não sabendo, como se diz, por onde andam. Se esta passagem se deve interpretar como referente à observância supersticiosa dos judeus, que esperança alimentam, se querem ser chamados cristãos, governando pelos horóscopos a vida náufraga, ao observarem os tempos de acordo com o costume dos judeus, baseados nos Livros divinos que Deus entregou ao povo ainda carnal, se o Apóstolo lhes dizia: “Receio ter-me afadigado em vão entre vós”?

Contudo, se alguém, mesmo um catecúmeno, é surpreendido guardando o sábado segundo o rito judaico, a Igreja se alvoroça.⁴⁶ Mas agora, inumeráveis dentre os fiéis lançam-nos em rosto com

muita audácia: *Não viajo no dia depois das calendas*.⁴⁷ Com tanta dificuldade e calma lhes proibimos estas coisas, sorrindo, para que não se zanguem, quanto com medo de que se admirem do que lhes dizemos, como se tratasse de uma coisa nova. Ai dos pecados dos homens (Is 1,4), dos quais nos horrorizamos somente quando não são costumeiros; mas os costumeiros, para cuja purificação foi derramado o sangue do Filho de Deus, por maiores que sejam e lhes causem o fechamento do Reino de Deus, vendo-os, muitas vezes somos obrigados a tolerá-los e, tolerando-os, muitas vezes até somos levados a praticar algum desses! Oxalá, ó Senhor, não pratiquemos todos os que não pudermos impedir!

36. (4,9) – Mas vejamos o que escreveu a seguir. Advertidamente omitimos o que disse: “Mas agora, conhecendo a Deus, ou melhor, sendo conhecidos por Deus”. Pois parece certamente que a expressão do Apóstolo quer, nesta passagem, acomodar-se à fraqueza humana, de modo a parecer que o modo de falar, não somente nos livros do Antigo Testamento, baixou até os pensamentos terrenos dos homens. Não deve causar estranheza o ter corrigido o que dissera: “Conhecendo a Deus”. Com efeito, é evidente que, enquanto caminhamos pela fé, não pela visão (cf. 2Cor 5,7), ainda não conhecemos a Deus, mas devemos ser purificados por essa fé, e assim possamos conhecê-lo no devido tempo. Mas porque na própria emenda diz: “Ou melhor, sendo conhecidos por Deus”, compreendendo-a literalmente, poder-se-ia pensar que Deus conhece algo em um momento específico, ou seja, que antes não conhecia.

Por isso a sentença tem sentido figurado, de modo que consideremos os olhos de Deus como sendo seu amor, o qual nos revelou ao enviar seu único filho para ser morto pelos ímpios (cf. Rm 5,6-8); assim também, a respeito das coisas que são amadas, costumamos dizer que estão todas diante dos olhos. Portanto, “conhecendo a Deus, ou melhor, sendo conhecidos por Deus”, tem o sentido da sentença na qual João afirma: “Não fomos nós que amamos a Deus, mas foi ele quem nos amou” (1Jo 4,10).

37. (4,12-18) – Mas ele diz: “Sede como eu” que, certamente, tendo nascido judeu, agora desprezo essas práticas carnais com critério espiritual. “Pois eu sou como vós”, ou seja, sou homem. Em seguida, oportuna e adequadamente, os faz recordar-se de sua caridade, para não considerarem o Apóstolo como inimigo. Com efeito, diz: “Eu vos suplico, irmãos, em nada me ofendestes”, como se dissesse: *Não pensem, portanto, que desejo ofender-vos*. “Bem o sabeis, foi por causa de uma enfermidade física que eu vos evangelizei pela primeira vez”, ou seja, quando padecia perseguição. “E vós não mostrastes desprezo nem desgosto em face da vossa provação na minha carne”. Com efeito, foram provados quando o Apóstolo padecia perseguição: ou o abandonariam por temor ou a ele se uniriam pela caridade. “Não mostrastes desprezo”, diz ele, como considerando útil aquela provação; “nem desgosto”, para não evitardes a participação na minha provação. Mas “me recebestes como um anjo de Deus, como Cristo Jesus”.

Em seguida, manifestando admiração, recomenda as obras espirituais por parte deles, a fim de que, tendo-as em conta, não resvalam para o temor carnal. “Qual foi”, diz ele, “a vossa felicitação? Pois eu vos testemunho que, se vos fosse possível, teríeis arrancado os olhos para dá-los a mim. Então, dizendo-vos a verdade, eu me tornei vosso inimigo?”. Sem dúvida, a resposta é não. Mas que verdade pregou, senão que não se circuncidassem? Por isso, procura perceber o que acrescentou: “Não é para o bem que vos cortejam”, ou seja, invejam-vos os que querem converter-vos de espirituais em carnais. Assim, “não é para o bem que vos cortejam”. Mas, “separar-vos”, diz ele, “é o que querem, para que vós os cortejeis”, ou seja, os imiteis. Como imitá-los, senão de modo a vos conservardes no jugo da escravidão, como eles se conservam? (cf. Gl 5,1). “É bom, porém, ser

cortejado”, diz, “sempre para o bem”. Com efeito, ele quer que o imitem. Por isso, acrescenta: “E não só quando estou presente entre vós”. De fato, como queriam dar-lhe seus olhos quando estava presente, sem dúvida esforçavam-se por imitar a quem assim amavam.

38. (4,19) – Por isso diz também: “Meus filhos”, certamente para o imitarem como pai, “por quem eu sofro de novo as dores do parto, até que Cristo seja formado em vós”. Disse isso mais como personificando a mãe Igreja, pois, em outra passagem, diz: “Apresentamo-nos, contudo, no meio de vós cheios de bondade, como uma mãe que acaricia os seus filhinhos” (1Ts 2,7). Com efeito, Cristo se forma no crente pela fé, no homem interior (cf. Ef 3,16-17), chamado para a liberdade da graça, manso e humilde de coração (cf. Mt 11,29), não se gabando pelos méritos das obras, que são nada, mas começando pela graça a ter algum merecimento. Tal homem pode ser denominado pequenino, ou seja, indicando a si mesmo, por aquele que diz: “Cada vez que o fizestes a um desses meus mais pequeninos, a mim o fizestes” (Mt 25,40). Com efeito, Cristo se forma naquele que recebe a forma de Cristo; mas recebe a forma de Cristo aquele que adere a Cristo pelo amor espiritual. Consequentemente, imitando-o, deve ser o que ele é, enquanto o permite sua condição. “Aquele que diz que permanece nele”, diz João, “deve também comportar-se como ele se comportou” (1Jo 2,6).

Mas como os homens são concebidos pelas mães para se formarem e, uma vez formados, são dados à luz para nascer, pode parecer estranho o que foi dito: “Por quem sofro de novo as dores do parto, até que Cristo seja formado em vós”,⁴⁸ a não ser que interpretemos esse parto como as angústias das preocupações, com as quais deu à luz para que nascessem em Cristo, e de novo os dá à luz, considerando os perigos da sedução pelos quais os vê serem perturbados. Mas o zelo nos cuidados para com eles, pelo qual diz, de certo modo, dar à luz, poderá persistir até que cheguem à medida da estatura da plenitude de Cristo e, assim, não sejam agitados por qualquer vento de doutrina (cf. Ef 4,13-14).

Portanto, “por quem eu sofro de novo as dores do parto, até que Cristo seja formado em vós” não foi dito por causa do começo da fé, pela qual já tinham nascido, mas considerando seu fortalecimento e perfeição. Faz menção do mencionado parto, com outras palavras, em outra passagem, onde diz: “A minha preocupação quotidiana, a solicitude que tenho por todas as Igrejas! Quem fraqueja, sem que eu também me sinta fraco? Quem cai, sem que eu também me abraça?” (2Cor 11,28-29).

39. (4,20) – Ao acrescentar: “Quisera estar agora no meio de vós e mudar o tom da voz, pois não sei que atitude tomar a vosso respeito”, o que quer dizer senão que, tendo-os chamado seus filhos, perdoando-os talvez através da carta, evitando que, comovidos por uma repreensão mais severa, pudessem ser levados ao ódio contra ele por seus enganadores, aos quais, estando ausente, não podia se opor? Portanto, “quisera”, diz, “estar agora no meio de vós e mudar o tom da voz”, ou seja, negar que sois filhos, “pois não sei que atitude tomar a vosso respeito”. Também alguns pais costumam renunciar aos maus filhos, para não se envergonharem deles.

40. (4,21-31) – Em seguida acrescentou: “Dizei-me, vós que quereis estar debaixo da Lei, não ouvistes a Lei?”. E facilmente se compreende o que disse, referido aos dois filhos de Abraão, pois ele mesmo dá a interpretação dessa alegoria. Com efeito, Abraão, na verdade, teve esses dois filhos, que representam os dois Testamentos. Mas depois da morte de Sara, os que gerou de outra esposa, não se referem a essa alegoria. Por isso, muitos, ao lerem o Apóstolo, ignorando o livro do Gênesis, pensam que Abraão teve apenas dois filhos. O Apóstolo menciona apenas esses, porque Abraão tinha apenas esses únicos, quando fala do significado do que em seguida expõe, ou seja, que o da escrava, que se chamava Agar, simboliza o Antigo Testamento, ou seja, o povo do Antigo Testamento, devido ao jugo servil dos preceitos carnis e às promessas terrenas, pelas quais estavam presos e as quais

somente esperavam de Deus, não são admitidos à herança espiritual do patrimônio celeste. Mas não basta que Isaac tenha nascido da esposa livre para simbolizar o povo herdeiro do Novo Testamento. Ora, a força maior reside em que nasceu conforme à promessa. Com efeito, ele poderia ter nascido segundo a carne tanto da escrava quanto da livre, assim como Abraão teve filhos de Cetura, com a qual se casou depois, não segundo a promessa, mas segundo a carne (cf. Gn 25,1-2).

Isaac nasceu miraculosamente pela promessa, visto que seus pais eram idosos. Se, depois de depositar sua confiança no Apóstolo, visto que manifestou claramente que aqueles dois filhos devem ser considerados alegoricamente, alguém quisesse considerar também os filhos de Cetura como alguma figura de coisas futuras (pois não foi em vão que esses fatos foram escritos por ordem do Espírito Santo a respeito de tais pessoas), deparará com que talvez signifiquem as heresias e os cismas. Aqueles filhos nasceram de uma livre, assim como estes nasceram da Igreja; contudo, nasceram segundo a carne, não segundo o espírito pela promessa. Se isso é assim, eles não parecem pertencer à herança, ou seja, à Jerusalém celeste, que a Escritura denomina estéril, por não ter gerado filhos na terra durante muito tempo. Ela é denominada também abandonada (cf. Gl 4,27), devido aos homens que abandonaram a justiça celeste e seguiram as coisas terrenas, como se a Jerusalém terrena tivesse marido pelo fato de ter recebido a Lei. Nessa mesma alegoria, Sara significa a Jerusalém celeste. Sara por muito tempo foi abandonada pelo marido, devido à sua conhecida esterilidade, privada do coito com o mesmo.

Pois aqueles homens, como Abraão, não se serviam das mulheres para satisfazer a libido, mas para terem a sucessão por meio da prole. Mas à esterilidade acrescentava-se a idade avançada, de modo que a promessa divina, contra toda a esperança, proporcionava um grande mérito aos crentes. Mas, certo da promessa de Deus, aproximou-se, pelo dever de procriar, daquela que, já com idade avançada, ele tinha afastado da cópula carnal nos anos de maior vigor. Com efeito, não por outra razão, o Apóstolo, depois de aduzir as figuras daquelas mulheres, interpreta o que foi dito pelo profeta: “Porque mais numerosos são os filhos da abandonada do que os daquela que tem marido”, apesar de Sara ter morrido (cf. Rm 4,19) antes do marido e não terem se divorciado.

Portanto, qual a razão de uma ser abandonada e a outra ter marido, senão porque Abraão transferira da esterilidade da esposa Sara para a fecundidade da escrava Agar a ação de propagar a prole? Contudo, Sara permitiu-o e, ainda, ofereceu ao marido a escrava para que ele tivesse filhos dela (cf. Gn 16,1-3). Pois é uma antiga norma de justiça que o Apóstolo lembra escrevendo aos coríntios: “A mulher não dispõe do seu corpo, mas é o marido quem dispõe. Do mesmo modo, o marido não dispõe do seu corpo, mas é a mulher quem dispõe” (1Cor 7,4). De fato, deveres desse tipo, como outros, assentam-se no poder daqueles a quem são devidos (cf. 1Cor 7,3). Quem não defrauda esse poder, observa os direitos da castidade conjugal.

A idade avançada dos pais de Isaac significa que, embora o povo do Novo Testamento seja novo, sua predestinação junto a Deus e à própria Jerusalém celeste é antiga. Por isso também João, escrevendo aos partos, diz: “Eu vos escrevo, pais, porque conheceis aquele que é desde o princípio” (1Jo 2,13).

Mas os carnaís que estão na Igreja, dos quais procedem as heresias e os cismas, na verdade receberam do Evangelho a ocasião para nascer; mas o erro carnal, pelo qual foram concebidos e que trazem consigo, não tem relação com a antiguidade da verdade; por isso, nasceram de mãe adolescente e de pai idoso sem a promessa. Por isso, para indicar a antiguidade da verdade, o Senhor aparece com cabelos brancos no Apocalipse (cf. Ap 1,14). Portanto, esses tais nasceram da ocasião da antiga verdade, mas na mentira nova e temporal. Diz-nos o Apóstolo que somos filhos da promessa segundo Isaac; e, assim como Isaac padeceu perseguição por parte de Ismael, do mesmo

modo os que passaram a viver espiritualmente sofreriam perseguição por parte dos judeus carnaís. Contudo, foi em vão, visto que, conforme a Escritura, a escrava e seu filho são expulsos e Ismael não pode ser herdeiro junto com o filho da livre (cf. Gl 4,29-30). “Portanto, irmãos”, diz ele, “não somos filhos da serva, mas da livre”. Com efeito, essa liberdade deve-se opor principalmente ao jugo da escravidão, pelo qual eram mantidos nas obras da Lei aqueles que arrastavam os pagãos para a circuncisão.

41. (5,1-3) – Se ele diz: “Permanecei, portanto”, indica que ainda não tinham caído, pois teria dito com mais propriedade: *Levantai-vos*. Mas porque acrescentou: “E não vos deixeis prender de novo ao jugo da servidão”, não se pode entender outro jugo, ao qual não quer que estejam presos, senão o da circuncisão e de outros preceitos judaicos; pois assim prossegue: “Eu, Paulo, vos digo: se vos fizerdes circuncidar, Cristo de nada vos servirá”. Com efeito, em que outro sentido havemos de interpretar o que diz: “E não vos deixeis prender de novo ao jugo da escravidão”, se está escrevendo àqueles que nunca foram judeus? Sem dúvida o assunto é não se deixarem circuncidar. Mas certamente aqui se declara e se confessa aquela sentença sobre a qual discorremos acima. Não percebo que outra coisa diga aos gentios nesta passagem senão que lhes sirva de proveito o terem sido libertados da servidão de sua superstição pela fé em Cristo, para não quererem tornar-se servos novamente sob o jugo dos preceitos carnaís, aos quais estava servilmente ligado um povo carnal, ainda que sob a Lei de Deus. Mas lhes diz que Cristo de nada lhes serviria se fossem circuncidados, do modo pelo qual os judeus queriam que circuncidassem, ou seja, para depositarem a esperança da salvação na circuncisão da carne. Pois não se pode dizer que Cristo de nada serviu a Timóteo, porque o próprio Paulo o circuncidou quando ainda era um jovem cristão; assim procedeu, porém, para evitar o escândalo dos judeus (cf. At 16,3), sem qualquer simulação, mas mostrando a indiferença desse preceito pelo que diz: “A circuncisão nada é, e a incircuncisão nada é” (1Cor 7,19). Com efeito, a circuncisão em nada prejudica aquele que não crê haver nela salvação alguma. De acordo com essa sentença acrescentou também: “Declaro, porém, a todo homem que se faz circuncidar”, ou seja, que deseja a circuncisão como se fosse salvífica, “que está obrigado a observar toda a Lei”. Diz isso para que, pelo menos pelo temor de tão inúmeros preceitos que foram escritos nas obras da Lei, se abstivessem deles, para que os gálatas não fossem obrigados a cumpri-los todos. Nem mesmo os judeus nem seus pais puderam cumprir esses preceitos, com os quais desejavam subjugar os gálatas, como diz Pedro nos Atos dos Apóstolos (cf. At 15,10).

42. (5,4-12) – “Rompestes com Cristo”, diz, “vós que buscais a justiça na Lei”. Esta é aquela proscricção na qual afirmara antes que Cristo foi proscrito (cf. Gl 3,1), de sorte que, ao romperem com Cristo, ou seja, quando Cristo se afastou deles como de uma propriedade que conservava, as obras da Lei se introduziriam nessa propriedade como se estivesse desocupada.⁴⁹ Porque isso é danoso não para Cristo, mas para eles, acrescentou: “Caístes fora da graça”. Como isto realiza a graça de Cristo, ou seja, que os que são devedores das obras da Lei se livrem desse débito, esses ingratos a tão preciosa graça querem ser devedores do cumprimento de toda a Lei. Mas isso ainda não havia acontecido. Porque, porém, a vontade começara a ir nessa direção, fala em muitas passagens como se houvesse acontecido.

“Nós, com efeito, aguardamos, no Espírito, a esperança da justiça que vem da fé”. Demonstra nessa sentença o que diz respeito à fé de Cristo, o que se espera espiritualmente, não o que se deseja carnalmente, por cujas promessas se mantém aquela servidão, conforme diz em outra passagem: “Não olhamos para as coisas que se veem, mas para as que não se veem; pois o que se vê é transitório, mas o que não se vê é eterno” (2Cor 4,18).

Em seguida, acrescentou: “Pois, em Cristo Jesus, nem a circuncisão tem valor, nem a incircuncisão”, para afirmar a já citada indiferença e mostrar que nada há de nocivo nessa circuncisão, a não ser esperar dela a salvação. Portanto, diz que circuncisão ou incircuncisão de nada valem em Cristo, “mas” vale “a fé que age pela caridade”. E disse isso porque a servidão sob a Lei age pelo temor.

“Corríeis bem”, diz o Apóstolo, “quem vos pôs obstáculos para não obedecdes à verdade?”. É o mesmo que disse antes: “Quem vos fascinou?” (Gl 3,1). E continua: “Esta sugestão não vem daquele que vos chama”. Pois esta sugestão é carnal, mas ele os chamou para a liberdade (cf. Gl 5,13). E assim, por um lado, ele denominou “sugestão” os que estavam sendo persuadidos e, por outro lado, “fermento” aqueles poucos que se aproximavam dos gálatas, que eram uma multidão e em comparação com os quais aqueles eram um pequeno número, para persuadi-los com aquelas coisas já indicadas. Mas eles receberão o fermento e toda a massa, ou seja, toda a Igreja dos gálatas fermentar-se-á de certo modo na corrupção da servidão carnal, se, recebendo-os, honrarem esses cortejadores como justos e fiéis.

“Eu confio em vós no Senhor que vós não pensareis diversamente”. Estas palavras revelam que ainda não tinham sido possuídos pelos tais. “Aquele, porém, que vos perturba, sofrerá a condenação, seja quem for”. Esta é a perturbação contrária à ordem: querer convertê-los de espirituais em carnis. E para que se entenda que havia alguns que, querendo persuadi-los à referida servidão e vendo que eles retornavam pela autoridade de Paulo, diziam inclusive que Paulo pensava o mesmo, mas não quis manifestar-lhes claramente sua opinião, acrescentou oportunamente: “Quanto a mim, irmãos, se ainda eu prego a circuncisão, por que sou ainda perseguido?”. Com efeito, sofria perseguição mesmo por parte daqueles que maquinavam persuadir a tais coisas, apesar de parecer que já tinham recebido o Evangelho. A isso se refere em outra passagem, onde diz dos “perigos por parte dos falsos irmãos” (2Cor 11,26), e no começo desta carta, onde afirma: “Mas por causa dos intrusos, esses falsos irmãos que se infiltraram para espiar a nossa liberdade, que temos em Cristo Jesus, a fim de nos reduzir à escravidão” (Gl 2,4). Portanto, se pregava a circuncisão, cessassem de persegui-lo.

Contudo, para que não os temessem aqueles a quem anunciava a liberdade cristã,⁵⁰ ou não pensassem que o próprio Apóstolo os temia, cheio de plena confiança, também deu a conhecer seu nome pouco antes da passagem que ora examinamos, dizendo: “Eu, Paulo, vos digo: se vos fizerdes circuncidar, Cristo de nada vos servirá” (Gl 5,2); como se dissesse: eis-me, imitai-me, não temais; ou, se tendes medo, fazei recair sobre mim a causa.

Ao dizer: “Pois estaria eliminado o escândalo da cruz”, é como se repetisse: “Se é pela Lei que vem a justiça, então Cristo morreu em vão” (Gl 2,21). Mas ao mencionar, ora, o escândalo, traz à memória que os judeus se escandalizaram por causa de Cristo, porque frequentemente percebiam que ele preteria e menosprezava esses preceitos carnis, que consideravam como causa de sua salvação. Assim, disse isso como se dissesse: sem motivo, portanto, os judeus escandalizados crucificaram Cristo por ter desprezado esses preceitos, se ainda se sugerem esses preceitos àqueles pelos quais foi crucificado.

E acrescentou uma bênção com uma mui elegante ambiguidade, como que sob a forma de uma maldição, ao dizer: “Que se façam mutilar de uma vez aqueles que vos inquietam”. Não somente se circuncidem, mas também “que se façam mutilar”. Pois assim se tornarão eunucos por causa do Reino dos Céus (cf. Mt 19,12), e cessarão de semear o que é carnal.

43. (5,13) – “Vós fostes chamados à liberdade, irmãos”, pois a perturbação, que das coisas

espirituais os chamava de volta às carnavais, arrastava para a escravidão. A partir deste ponto começa a tratar das obras da Lei, sobre as quais eu dissera que haveria de tratar no fim da carta, as quais ninguém duvida que dizem respeito também ao Novo Testamento; mas com outra finalidade, aquela com a qual as obras da Lei são praticadas por livres, ou seja, com a finalidade da caridade, com a esperança de bens eternos, que aqui são esperados pela fé. Não como os judeus, que eram obrigados a praticá-las por temor; não com o temor casto estável para sempre (cf. Sl 19,10), mas com o que temiam por sua vida presente. Por isso cumpriram algumas obras da Lei que se encontram nos sacramentos,⁵¹ mas não podiam cumprir em absoluto as referentes aos bons costumes. Com efeito, não as cumpre senão o amor.

Pois, se alguém não mata um homem para evitar, por sua vez, ser morto, não cumpre o preceito da justiça; mas sim o cumpre se não o mata porque essa é uma ação injusta, ainda que o pudesse fazer impunemente, não unicamente perante os homens, mas também perante Deus. Assim aconteceu a Davi. Ele, quando teve, providencialmente, em seu poder o rei Saul, poderia tê-lo matado impunemente, sem vingança alguma por parte dos homens, porque Davi era muito amado por eles, nem por parte de Deus, que dissera ter-lhe dado esse poder para fazer a Saul o que quisesse (cf. 1Sm 24,4-8). Portanto, amando o próximo como a si mesmo, Davi perdoou não apenas àquele que o perseguira, mas àquele que ainda o havia de perseguir. Ele preferia Saul corrigido em vez de morto. Ele era um homem no Antigo Testamento, mas não um homem do Antigo Testamento, salvo pela fé na futura herança de Cristo; fé revelada e concedida, e a ser imitada. Por isso diz agora o Apóstolo: “Vós fostes chamados à liberdade, irmãos. Entretanto, que a liberdade não sirva de pretexto para a carne”, ou seja, tendo ouvido a palavra “liberdade”, não penseis haver a possibilidade de pecardes impunemente. “Mas pela caridade”, diz ele, “colocai-vos a serviço uns dos outros”. Pois aquele que serve pela caridade serve com liberdade e obedece a Deus sem angústia e pratica com amor o que lhe é ensinado, não com temor o que é obrigado.

44. (5,14) – “Pois toda a Lei está contida numa só sentença”, diz ele: “Amarás o teu próximo como a ti mesmo”. Denomina agora “toda a Lei” a Lei das boas obras, que dizem respeito aos bons costumes; pois também aqueles preceitos contidos nos sacramentos, sendo bem compreendidos pelos livres e não sendo observados por escravos segundo a carne, é necessário que se refiram a estes dois preceitos: o amor a Deus e o amor ao próximo. Com razão se entende que diz respeito a isso o que também o Senhor diz: “Não vim revogar a Lei, mas dar-lhe pleno cumprimento” (Mt 5,17), porque, por um lado, haveria de abolir o temor carnal e, por outro, haveria de dar a caridade espiritual; somente com esta a Lei pode ser cumprida. Com efeito, “a plenitude da Lei é a caridade” e, como pela fé se obtém o Espírito Santo, pelo qual a caridade de Deus foi derramada nos corações dos que praticam a justiça (cf. Rm 5,5), ninguém se glorie de boas obras, de forma alguma, antes da graça da fé.

Por isso, o Apóstolo refuta os que se gloriam das obras da Lei, enquanto mostra que as obras antigas dos sacramentos, que já tinha mostrado não serem mais necessárias ao herdeiro livre na vinda do Senhor, foram sombras das futuras (cf. Cl 2,17; Hb 10,1); mas as obras referentes aos bons costumes não são cumpridas senão por amor, mediante o qual age a fé (cf. Gl 5,6). Conclui-se que, se algumas obras da Lei, depois da fé, são supérfluas, algumas, antes da fé, são nulas; o justo vive da fé (cf. Gl 3,11; Hab 2,4; Rm 1,17), de modo a se aliviar do pesado fardo da servidão, fortalecido pela carga suave de Cristo (cf. Mt 11,30), e a não ultrapassar os limites da justiça, obedecendo ao jugo suave da caridade.

45. (5,15-16) – Pode-se perguntar por que o Apóstolo mencionou aqui apenas o amor ao próximo,

pelo qual, conforme disse ele, se cumpre a Lei, mas na Carta aos Romanos, ao tratar da mesma questão, ele diz: “Pois quem ama o outro cumpriu a Lei. De fato, os preceitos: ‘Não cometerás adultério’, ‘não matarás’, ‘não cobiçarás’ e todos os outros se resumem nesta sentença: Amarás o teu próximo como a ti mesmo. A caridade não pratica o mal contra o próximo. Portanto, a caridade é a plenitude da Lei” (Rm 13,8-10). Se a caridade é perfeita quando consiste no amor a Deus e ao próximo, por que o Apóstolo menciona apenas o amor ao próximo tanto nesta como naquela carta, senão porque os homens podem mentir sobre o amor a Deus, visto que é provado por menos tentações; mas com respeito ao amor ao próximo, facilmente são convencidos de que não o têm quando agem iniquamente com os homens?

É lógico que quem ama a Deus de todo o coração, de toda a alma, de todo o entendimento, ame também o próximo como a si mesmo, pois o ordena aquele que ama de todo o coração, de toda a alma, de todo o entendimento. Por outro lado, quem é capaz de amar o próximo, ou seja, cada homem, como a si mesmo, se não ama a Deus, por cuja ordem e dom possa ser cumprido o amor ao próximo? Portanto, como ambos os preceitos estão de tal modo relacionados que um não pode ser observado sem o outro, e já que ambos tratam das obras da justiça, muitas vezes basta mencionar um deles, e mais oportunamente aquele do qual mais facilmente se dão provas. Daí o dizer de João: “Quem não ama seu irmão, a quem vê, como poderá amar a Deus, que não vê?” (1Jo 4,20). Com efeito, alguns mentiam ao dizer que tinham amor a Deus e se provava que não o tinham, devido ao ódio ao irmão, do qual é fácil julgar na vida de cada dia e nos costumes.⁵² “Mas se mordeis”, diz ele, “e vos devorais reciprocamente, cuidado, não aconteça que vos elimineis uns aos outros”; pois, devido principalmente ao vício do litígio e ao da inveja, alimentavam-se perniciosos desentendimentos entre eles, falando mal uns dos outros e buscando cada um sua glória e sua vã vitória. Com tais inclinações se destrói a unidade do povo, que se divide em grupos.

Mas como se pode evitar tudo isso, a não ser que caminhem pelo espírito e não seguindo os desejos da carne? (cf. Gl 5,16). Pois humildade e mansidão são o primeiro grande dom do Espírito. Daí o Senhor, como já mencionei, ter exclamado: “Aprendei de mim, porque eu sou manso e humilde de coração” (Mt 11,29); e o profeta ter dito: “Sobre quem repousará o meu Espírito, senão sobre o humilde e pacífico e que teme minhas palavras” (Is 66,2).⁵³

46. (5,17) – Continua: “Pois a carne tem aspirações contrárias ao espírito e o espírito contrárias à carne. Eles se opõem reciprocamente, de sorte que não fazeis o que quereis”. Há homens que pensam que com essa afirmação o Apóstolo negue que temos o livre-arbítrio da vontade. Não entendem que isso lhes é dito quando se recusam a conservar a graça da fé recebida, somente pela qual podem andar em espírito e não levar a efeito os desejos da carne. Se não querem conservar a fé recebida, não poderão fazer o que querem. Com efeito, querem realizar as obras da justiça, que estão na Lei, mas são vencidos pelo desejo da carne, à qual, obedecendo, abandonam a graça da fé. Por isso diz também aos romanos: “A sabedoria da carne é inimiga de Deus: pois ela não se submete à Lei de Deus e nem o pode” (Rm 8,7).

Com efeito, assim como a caridade cumpre a Lei, a sabedoria da carne, perseguindo as comodidades temporais, mostra-se contrária à caridade espiritual. Como, então, é possível a sabedoria da carne estar sujeita à Lei de Deus, ou seja, cumprir a justiça de bom grado e com obediência e não lhe ser contrária? Pois, mesmo quando se esforça por fazê-lo, é vencida necessariamente onde encontra a possibilidade de alcançar pela iniquidade uma vantagem temporal maior que se observasse a justiça. Assim, a primeira vida do homem é anterior à Lei, quando nenhuma indecência ou malícia é proibida e não há resistência alguma aos desejos depravados,

porque não há quem o proíba. A segunda vida é sob a Lei, anterior à graça, quando recebe proibições e se esforça por se abster do pecado, mas é vencido; pois ainda não ama a justiça por Deus e pela própria justiça, mas quer que esta lhe sirva para adquirir bens terrenos. Assim, quando vir, de um lado, a justiça e, de outro, a vantagem temporal, é atraído pelo peso do desejo temporal, e assim abandona a justiça, a qual, por isso, se esforçava por conservar, a fim de ter o que agora percebe que vai perder se conservar a justiça.

A terceira vida é sob a graça, quando nenhuma vantagem temporal se antepõe à justiça, o que não pode acontecer senão pela caridade espiritual, a qual o Senhor ensinou com seu exemplo e outorgou pela graça. Nesta vida, embora ainda persistam os desejos da carne provenientes da mortalidade do corpo, esses desejos, contudo, não subjagam a mente para o consentimento no pecado. Desse modo, o pecado não mais reina em nosso corpo mortal (cf. Rm 6,12), ainda que o pecado não deixe de morar em nosso corpo, enquanto for mortal. Com efeito, primeiramente não reina, quando pela razão servimos à Lei de Deus, embora pela carne sirvamos à Lei do pecado (cf. Rm 7,35), ou seja, ao hábito penal, quando dela procedem desejos, aos quais, no entanto, não obedecemos. Mas, depois, se extingue totalmente. “Porque, se habita em nós o Espírito de Jesus, que ressuscitou Cristo Jesus dos mortos, dará vida também a nossos corpos mortais, através de seu Espírito que habita em nós (Rm 8,11).

Portanto, agora, na vida sob a graça, cumpramos o que queremos pelo espírito, ainda que não o possamos pela carne; ou seja, não obedecemos aos desejos do pecado, “oferecendo-lhe nossos membros como armas da iniquidade” (Rm 6,13), embora não possamos fazer com que os mesmos desejos deixem de existir. Assim, embora não estejamos naquela paz eterna totalmente perfeita do homem, já podemos, contudo, deixar de estar sob a Lei, onde a razão se mantém ré da transgressão, enquanto o desejo da carne a conduz cativa pelo consentimento no pecado. Mas estejamos sob a graça, “onde não há condenação alguma para aqueles que estão em Cristo Jesus” (Rm 8,1), pois o castigo alcança não o que luta, mas o vencido.

47. (5,18) – Seguindo uma ordem perfeita, ele acrescentou: “Se vos deixais guiar pelo Espírito, não estais sob a Lei”, para entendermos que estão sob a Lei aqueles cujo espírito deseja contra a carne do modo já indicado: não fazem o que querem (cf. Gl 5,17); ou seja, não se mantêm invictos na caridade da justiça, mas são vencidos pela carne que deseja contrariamente ao que querem,⁵⁴ não só rejeitando a Lei de sua mente, mas também aprisionando-os sob a Lei do pecado que está em seus membros mortais (cf. Rm 7,23). Pois os que não se deixam guiar pelo espírito, logicamente são conduzidos pela carne.

Com efeito, sofrer a oposição da carne não é condenação, mas ser conduzido pela carne. Por isso diz: “Se vos deixais guiar pelo Espírito, não estais sob a Lei”. Pois não disse acima: “Conduzi-vos pelo Espírito”, e não sentireis os desejos da carne; mas disse: “Não satisfareis os desejos da carne” (Gl 5,16). Com efeito, não senti-los totalmente não seria luta, mas prêmio da luta, se alcançarmos a vitória sob a graça. Somente com a transformação do corpo para o estado imortal não haverá os desejos da carne.

48. (5,19-21) – Em seguida, Paulo passa a mencionar as obras da carne para que entendam que, se consentirem na prática desses atos pelos desejos carnis, então são guiados pela carne, não pelo espírito. “Ora, as obras da carne”, diz ele, “são manifestas: fornicção, impureza, libertinagem, idolatria, feitiçaria, inimizades, disputas, rixas, ciúmes, discórdias, heresias, invejas, bebedeiras, orgias, e coisas semelhantes; a respeito dessas coisas eu vos previno, como já vos preveni: os que tais coisas praticam, não herdarão o Reino de Deus”. Ora, praticam essas ações aqueles que se

determinam a praticá-las consentindo nos desejos carnis, ainda que lhes falte poder para realizá-las. Quanto aos outros, que são excitados por movimentos semelhantes, mas permanecem imóveis em maior caridade, não somente não oferecendo os membros do corpo a tais excitações para agir mal (cf. Rm 6,13.19), mas nem mesmo consentindo em expô-los à moção da vontade, não praticam essas ações e, por isso, possuirão o Reino de Deus. Com efeito, o pecado não mais reina em seu corpo mortal para obedecer aos seus desejos (cf. Rm 6,12), embora o pecado habite nesse mesmo corpo mortal, não tendo ainda se extinguido o ímpeto do costume natural, pois nascemos como mortais. E não só: há o pecado de nossa própria vida, pois, pecando, fizemos crescer o que trazíamos da origem do pecado e da condenação humanos. Certamente, uma coisa é não pecar e outra, não ter pecado. De fato, naquele no qual o pecado não reina, não peca, ou seja, o pecado não reina naquele que não obedece aos desejos do pecado; mas aquele no qual absolutamente não existem esses desejos, não somente não peca, mas também não tem pecado. E ainda que isso possa acontecer nesta vida sob muitos aspectos, contudo, não se há de esperar que se realize totalmente senão na ressurreição e na transformação da carne.

Mas pode causar estranheza a afirmação: “a respeito dessas coisas eu vos previno, como já vos preveni: os que tais coisas praticam, não herdarão o Reino de Deus”, se alguém perguntar onde os preveniu, pois não se encontra precedentemente nesta carta uma admoestação semelhante. Assim, ou os prevenira quando esteve presente entre os gálatas, ou soubera que chegou até eles a carta enviada aos coríntios. Pois nesta assim se expressa: “Não vos enganeis! Nem os fornicadores, nem os idólatras, nem os adúlteros, nem os efeminados, nem os sodomitas, nem os ladrões, nem os avaros, nem os bêbados, nem os injuriosos, nem os rapinadores herdarão o Reino de Deus” (1Cor 6,9-10).

49. (5,22-23) – Em seguida, depois de mencionar as obras da carne, para as quais está fechado o Reino de Deus, acrescentou também as obras do espírito, as quais denomina frutos do espírito. “Mas o fruto do Espírito”, diz ele, “é caridade, alegria, paz, longanimidade, benignidade, bondade, fidelidade, mansidão, autodomínio”; e acrescentou: “Contra coisas desse tipo não existe Lei”, para percebermos que estão sob a Lei aqueles nos quais esses frutos não reinam. Com efeito, aqueles nos quais esses frutos reinam se utilizam legitimamente da Lei, porque a Lei não lhes foi dada para reprimi-los, pois seu amor pela justiça é mais forte e preponderante. Assim o diz também a Timóteo: “Sabemos, com efeito, que a Lei é boa, conquanto seja usada legitimamente, sabendo que ela não é destinada ao justo, mas aos injustos e rebeldes, ímpios e pecadores, sacrílegos e profanadores, parricidas e matricidas, homicidas, impudicos, pederastas, mercadores de escravos, mentirosos, perjuros, e para tudo o que se oponha à sã doutrina” (1Tm 1,8-10). Subentende-se que a esses é destinada a Lei. Portanto, os frutos espirituais acima indicados reinam no homem no qual os pecados não reinam. Mas esses bens reinam somente se deleitam a ponto de sustentar a alma nas tentações, para que não caia no consentimento ao pecado. Na verdade, necessariamente agimos conforme ao que mais nos deleita. Por exemplo: deparamos com a figura de uma linda mulher e nos desperta para o deleite da fornicção; mas se nos deleita mais a beleza íntima e a forma pura da castidade, pela graça que reside na fé em Cristo, conforme à qual vivemos, também conforme a essa agimos. Assim, não reinando em nós o pecado para obedecer aos seus desejos (cf. Rm 6,12), mas reinando a justiça pela caridade, façamos com grande dileção o que sabemos que assim fazendo agrada a Deus. O que eu afirmei sobre a castidade e a fornicção, aplique-se a tudo o mais.

50. (5,22-23) Não deve, contudo, parecer estranho ou que não tenha mencionado exatamente, na mesma ordem e número, as obras da carne nessa carta do mesmo modo como o fez na Carta aos

coríntios (cf. 1Cor 6,9-10), ou que opôs bens espirituais em número inferior aos muitos vícios carnaís, tampouco ter mostrado o contraste entre a castidade e a fornicção, a pureza e as imundícies, e assim os contrastes entre os demais bens espirituais e vícios carnaís. De fato, não assumiu a missão de ensinar quantos são esses bens e vícios, mas sim o gênero de coisas a serem evitadas e o de coisas a serem desejadas. E fez isso quando com os nomes “carne e espírito” prevenia ser mister que nos convertamos da pena do pecado e do pecado para a graça e a justiça do Senhor. Sem abandonarmos a graça temporal, na qual o Senhor morreu por nós, cheguemos ao repouso eterno, no qual vive o Senhor por nós. Sem que, não compreendendo a pena temporal com a qual o Senhor se dignou refrear-nos pela mortalidade da carne, incidamos no castigo eterno que foi preparado para a soberba incorrigível contra o Senhor. Com efeito, depois de mencionar muitas obras da carne, acrescentou: “e coisas semelhantes”. Isso para mostrar suficientemente que não faria um elenco com um número o mais exato possível, mas que se serviria de um discurso mais livre. O mesmo fez com relação aos frutos espirituais. Por isso não diz: contra essas coisas não existe Lei, mas: “contra coisas desse tipo”; isto é, sejam os frutos indicados, sejam outros semelhantes.

51. (5,22-23) Não obstante, aos que examinam cuidadosamente a questão, a oposição entre as obras carnaís e as espirituais não aparece aqui desordenada e confusa. Na verdade, se há algo oculto na narração, isso consiste no fato de serem poucos os itens, ou mesmo um só, a opor-se a muitos. Considerando-se que colocou as fornicções no começo dos vícios carnaís e no começo das virtudes espirituais a caridade, qual investigador das divinas Letras não se disporá a perscrutar as demais oposições? Pois se a fornicção é o amor sem vínculo e errante fora da união matrimonial legítima, que busca ocasião para saciar a sensualidade, o que se conecta tão legitimamente à fecundidade espiritual quanto a alma a Deus? Quanto mais estreitamente se adere a ele, tanto mais se torna incorruptível. Essa adesão se dá pela caridade. Justamente, portanto, à fornicção opõe-se a caridade, que é única guardiã da castidade.

A impureza resume todas as paixões decorrentes da fornicção. À impureza opõe-se a alegria da tranquilidade. Mas a idolatria é a principal fornicção da alma, por cuja causa se fez guerra deveras violenta contra o Evangelho e os reconciliados com Deus. Remanescências dessa guerra, apesar de frias durante muito tempo, se reaquecem atualmente.⁵⁵ À guerra opõe-se a paz, pela qual somos reconciliados com Deus e, com a mesma paz observada com os homens, curam-se em nós os vícios da magia, das inimizades, das controvérsias, dos ciúmes, das rivalidades e das dissensões. Assim, para que os outros, entre os quais vivemos, sejam tratados com justa moderação, a longanimidade serve para tolerar, a benignidade para curar e a bondade para perdoar. Quanto às heresias, porém, é-lhes contrária a fé; à inveja, a mansidão; à embriaguez e às orgias, a temperança.

52. (5,22-23) Para que ninguém julgue que são a mesma coisa a inveja e o ciúme, tenha-se em conta que são afins e, devido a essa afinidade, muitas vezes se usa um pelo outro, ou ciúme em lugar de inveja, ou inveja em lugar de ciúme. Mas, pelo fato de ambos os termos serem citados nessas passagens, certamente, é necessário que mostremos a diferença. Com efeito, ciúme é a dor da alma quando alguém consegue algo que dois ou mais desejavam e não pode ser possuído a não ser por um só. A paz cura o ciúme. Pela paz desejamos o que todos desejam e, ao alcança-lo, cria-se unidade no que se deseja. Já a inveja é a dor da alma quando alguém parece indigno de alcançar algo que tu nem mesmo desejavas. A mansidão cura a inveja quando cada um, voltando-se para o juízo de Deus, não resiste à vontade divina e acredita que o que foi feito ao outro, que era considerado indigno, foi feito com mais razão do que para si.

53. (5,24) – “Crucificaram sua carne com suas paixões e seus desejos”, mas como diz imediatamente

antes: “Os que são de Cristo”. Mas como realizaram tal crucificação senão por aquele temor casto que permanece para sempre (cf. Sl 19,10), pelo qual nos precavemos de ofender aquele a quem amamos de todo o coração, de toda a alma e de todo o entendimento? (cf. Mt 22,37; Mc 12,30; Lc 10,27). Não com esse temor, com que a casta teme ser abandonada, a adúltera teme ser vigiada pelo marido. Esta se entristece com a presença do marido, aquela, com sua ausência. Por isso, um temor é corrompido e não quer ultrapassar os limites deste mundo, enquanto o outro é casto e permanece para sempre. Por esse temor o profeta escolhe ser crucificado quando diz: “Atravessa com cravos minha carne por temor de ti” (Sl 119,120).⁵⁶ Essa é a cruz da qual o Senhor fala: “Tome tua cruz e segue-me” (Mt 16,24; Mc 8,34; Lc 9,23).

54. (5,25) – “*Se vivemos pelo Espírito*”, diz ele, “*pelo Espírito pautemos também nossa conduta*”. É evidente que devemos viver de acordo com o modelo pelo qual pautamos nossa conduta; mas pautamos nossa conduta de acordo com o que amamos. Por isso, se há duas coisas opostas, ou seja, o preceito da justiça e o hábito carnal, e se se amam ambas, segue-se a que se ama mais. Se ambas são amadas na mesma proporção, não pautaremos a conduta em nenhuma dessas duas coisas, mas, ou por temor ou involuntariamente, seremos arrastados a uma das duas. Por outro lado, se tememos ambas na mesma proporção, sem dúvida permaneceremos em perigo, agitados pelas vagas alternas do amor e do temor.

Contudo, que a paz de Cristo prevaleça em nossos corações (cf. Cl 3,15). Ele, então, com efeito, não despreza orações e gemidos e o sacrifício de um coração contrito (cf. Sl 51,19) e, invocado o auxílio da destra da misericórdia de Deus (cf. Rm 8,34), suscita uma maior caridade por ele pela advertência sobre o perigo, do qual ele nos libertou. Nisso, aqueles que queriam convencer os gálatas certamente se enganavam, pois não puderam negar que haviam de pautar sua conduta pelo Espírito Santo, defensor de sua liberdade e seu guia até esta; mas voltados carnalmente para as obras servis, não compreendiam que se esforçavam para regredir. Por isso, não disse: “Se vivemos pelo Espírito”, sigamos o Espírito, mas: “Pelo Espírito pautemos nossa conduta”. Reconheciam ser necessário servir ao Espírito Santo e não queriam pautar-se ao Espírito por seu espírito, mas pela carne, não obedecendo espiritualmente à graça de Deus, mas depositando sua esperança de salvação na circuncisão da carne e em outras práticas semelhantes.

55. (5,26) – “Não sejamos cobiçosos de glória vã, invejando-nos uns aos outros e provocando-nos uns aos outros”. Depois de ter instruído os gálatas contra aqueles que os seduziam para a servidão da Lei, esplendidamente numa disposição certamente divina, admoesta-os, uma vez que já estavam melhor instruídos e querendo responder às calúnias dos carnaís, a não se entregarem a contendas e, não mais servindo ao fardo da Lei, a não se escravizarem por vãos desejos, mediante a cobiça de vanglória.

56. (6,1) – Nada prova mais que um homem é espiritual quanto seu modo de tratar o pecado alheio; se procura mais libertar o outro que insultá-lo, se mais ajudá-lo que gritar com ele, e assim toda iniciativa que suas faculdades lhe concedem. Por isso diz o Apóstolo: “Irmãos, caso alguém seja apanhado em alguma falta, vós, que sois espirituais, corrigi esse tal”. Em seguida, para que ninguém pense estar corrigindo um pecador ao irritar-se com esse e dele zombar insolentemente, ou maldizê-lo com soberba, considerando-o incurável, diz: “Com espírito de mansidão, cuidando de ti mesmo, para que também tu não sejas tentado”. Nada inclina mais à misericórdia que o pensamento do perigo do próprio pecado. Desse modo, quis que não omitissem a correção aos irmãos, mas tampouco que se entregassem a contendas. Com efeito, muitos homens, quando são despertados do sono querem litigar, ou querem voltar a dormir se forem impedidos de litigar. Portanto, conservem-se a paz e o

amor no coração com o pensamento do perigo comum. Quanto, porém, ao modo de falar, ou seja, se as palavras a serem proferidas devem ser mais ásperas ou mais brandas, é preciso ser regulados pelo que se mostra necessário para a salvação daquele que é corrigido. Com efeito, diz em outra passagem: “Ora, um servo do Senhor não deve brigar; deve ser manso para com todos, competente no ensino, paciente” (2Tm 2,24). E para que alguém não pense por isso que se deve abandonar a correção do erro do outro, atenção ao que acrescenta: “É com suavidade que deve corrigir os opositores” (2Tm 2,25). Como conciliar a suavidade com o dever de corrigir senão conservando no coração a suavidade e borrifando um quê do amargo do remédio nas palavras da correção?

Não percebo que se possa interpretar de outro modo o que escreveu na mesma carta: “Proclama a palavra, insiste, no tempo oportuno e no inoportuno, refuta, ameaça, exorta com toda paciência e doutrina” (2Tm 4,2). Com efeito, a inoportunidade é contrária à oportunidade e remédio algum cura, de fato, a não ser que o uses oportunamente. Mas o versículo pode ser dividido distintamente:⁵⁷ “Insiste no tempo oportuno e”, para termos outro sentido, “no inoportuno refuta”; em seguida, se entrelaça o restante: “Ameaça, exorta com toda paciência e doutrina”. Assim, portanto, saberás que estás sendo oportuno quando insistires para edificar. Mas quando destróis refutando, não te preocupes, mesmo se pareces inoportuno, pois serás considerado tal por aqueles a quem refutas. Assim, cada uma das duas expressões que seguem pode relacionar-se com uma das duas anteriores: “Exorta”, quando insistes oportunamente: “ameaça”, quando refutas inoportunamente. Igualmente as duas seguintes relacionam-se, mas em ordem inversa: “Com toda paciência”, para tolerares a indignação daqueles que destróis; “e doutrina”, para instruíres a disposição daqueles que edificas. Não obstante, mesmo com a pontuação⁵⁸ mais usual – “Insiste no tempo oportuno”, pois se não és útil desse modo, então: “Insiste no tempo inoportuno” –, deve-se entender que não deves deixar passar de forma alguma a oportunidade e que “no tempo inoportuno” significa que serás considerado inoportuno por aquele que não ouve de bom grado o que se diz contra ele. Que tu, contudo, saibas que isto é-lhe oportuno e conserves o amor e a solicitude pela sua cura, com espírito manso, modesto e fraterno.

Com efeito, muitos, pensando depois no que tinham ouvido, e reconhecendo-o justo, refutaram-se a si mesmos mais séria e mais severamente e, ainda que parecessem afastar-se do médico mais perturbados, curaram-se pouco a pouco pelo vigor da palavra que penetra até a medula. Isso não aconteceria se sempre esperássemos que o que está em perigo, já com os membros prestes a se putrefazerem, pedisse a cura, quando, para libertá-lo, bastaria ser cauterizado ou amputado. Nem os próprios médicos dos corpos esperariam tal situação, apesar de curarem com vistas na recompensa terrena. De fato, quão poucos há que tenham passado pelo bisturi e pelo cautério dos médicos sem que tenham sido atados! Mais raros ainda são os que se tenham deixado atar de bom grado. Pois muitos, resistindo e gritando que preferiam morrer a serem curados por esse processo, tiveram todos os membros atados, mesmo a língua dificilmente ficava livre. Isso não por arbítrio do médico, nem do relutante, mas da própria arte. Contudo, apesar dos gritos e imprecações dos enfermos, não se perturba o ânimo do que está curando nem suas mãos descansam. Os ministros da medicina celeste, porém, ou querem ver, movidos pela trave do ódio, o cisco no olho do irmão (cf. Mt 7,3-5; Lc 6,41-42), ou querem ver, com mais tolerância, a morte do pecador que ouvir a palavra de alguém que se indigna contra eles. Isso não aconteceria se nos entregássemos com espírito tão sadio à cura do espírito do outro, como os médicos do corpo, que tratam com mãos sadias membros alheios.

57. (6,1) Por isso, jamais deveríamos assumir a tarefa de repreender o pecado alheio, a não ser que, examinando nossa consciência com interrogações internas, possamos responder-nos sinceramente

diante de Deus que o faremos com amor. Porque se injúrias ou ameaças ou mesmo perseguições por parte daquele a quem estiveres por repreender tiverem afligido teu espírito, e mesmo assim imaginares que ele possa ser curado por meio de ti, não lhe digas coisa alguma enquanto tu não tiveres sido curado primeiro, para evitar que talvez consintas em movimentos carnavais, inclinando-te a ofendê-lo e ofereças tua língua como arma da iniquidade ao pecado (cf. Rm 6,13) e assim retribuas mal por mal ou maldição por maldição (cf. 1Pd 3,9). Tudo o que disseres com ânimo ferido é impulso de quem castiga, não caridade de quem corrige.

Ama, e dize o que queiras;⁵⁹ de modo algum será uma maldição o que parecer maldição, se te lembrares e estiveres consciente de que, pela espada da palavra de Deus (cf. Ef 6,17; Hb 4,12), queres libertar o homem do assédio dos vícios. Isso é necessário, porque é possível que aconteça, e muitas vezes acontece, que tu assumas com amor uma tal tarefa e comeces a realizá-la ainda com amor no coração; mas, no meio da ação, enquanto ele resistir a ti, insinua-se algo que te faça passar do atingir o vício ao ser hostil ao próprio homem. Nesse caso, é necessário, em seguida, que te laves com lágrimas um tal pó, e que te lembres de que é muito mais salutar não ensoberbecer-nos pelos pecados alheios; visto que pecamos ao corrigi-los quando a ira daquele que peca mais facilmente nos faz enraivecer do que sua miséria nos faça misericordiosos.

58. (6,2) – “Carregai os pesos uns dos outros e assim cumprireis a Lei de Cristo”. Trata-se certamente da Lei da caridade. Se cumpre a Lei aquele que ama seu próximo, e o amor ao próximo é maximamente recomendado mesmo nas antigas Escrituras (cf. Lv 19,18), e o próprio Apóstolo diz em outra passagem que nesse amor estão resumidos todos os preceitos da Lei (cf. Rm 13,8-9), é evidente que também aquela Escritura, que foi dada ao primeiro povo, é Lei de Cristo e que ele veio cumprir (cf. Mt 5,17) pela caridade o que não se cumpria pelo temor. Portanto, a própria Escritura e o mesmo preceito, quando premem os escravos que anseiam por bens terrenos, denominam-se Antigo Testamento; quando erguem os livres ardentes por bens eternos, denominam-se Novo Testamento.

59. (6,3-5) – “Se alguém pensa ser alguma coisa”, diz ele, “não sendo nada, engana-se a si mesmo”. Esse alguém não é enganado por seus cortejadores. Antes, ele é quem engana a si mesmo; pois mesmo sendo mais presente a si que a seus cortejadores, quer buscar a si mesmo nesses mais do que em si mesmo. Mas o que diz o Apóstolo? “Cada um examine suas próprias ações, e então terá glória em si e não no outro”, ou seja, dentro, em sua consciência, “e não no outro”, ou seja, quando o outro o corteja. “Porque cada qual”, diz ele, “carregará o seu próprio fardo”. Portanto, nossos cortejadores não aliviam o peso de nossa consciência; e oxalá também não o aumentem quando, muitas vezes, para que nosso louvor não diminua com suas ofensas, ou negligenciamos curá-los com a repreensão, ou com jactância ostentamos algum bem nosso em vez de mostrá-lo com firmeza de ânimo.

Deixo de lado o que os homens fingem e mentem a respeito de si mesmos em vista dos louvores dos homens. Com efeito, que é mais tenebroso que esta cegueira por buscar o erro do homem para obter uma glória completamente vazia e desprezar a Deus que é testemunha no coração? Como se de algum modo se pudesse comparar o erro daquele que te considera bom ao teu erro, tu que te empenhas em agradar ao homem com um falso bem, enquanto desagradas a Deus com um verdadeiro mal.

60. (6,6) – O que é tratado em seguida considero muito evidente. Pois é conhecido o preceito que ordena oferecer o necessário ao pregador da palavra de Deus por parte daqueles a quem é anunciada. De fato, deviam ser exortados às boas obras, para servirem ao Cristo pobre os que estarão à direita com os cordeiros (cf. Mt 25,31-46), para que neles agisse ainda mais o amor da fé⁶⁰ que o temor da

Lei.⁶¹ Ninguém tem maior credibilidade para ordená-lo do que este Apóstolo, que, providenciando o seu sustento com suas mãos (cf. At 18,1-3; 1Cor 4,12; 2Ts 3,8), não queria que isso fosse feito para si mesmo (cf. 1Ts 2,9; 1Cor 9,13-18) para demonstrar com maior autoridade que aconselhava a todos, mais para utilidade daqueles que deviam pôr o preceito em prática, que para utilidade daqueles em cujo favor o preceito devia ser posto em prática.

61. (6,7-10) – Pelo que acrescentou em seguida: “Não vos enganeis; de Deus não se zomba. O que o homem semear, isso colherá”, mostra saber em meio a que palavreado de homens perdidos trabalham os que se apoiam na fé nas coisas que não se veem. Com efeito, veem a semeadura de suas obras, mas não veem a messe. E não lhes é permitida uma messe tal qual a que costuma render aqui,⁶² porque o justo vive da fé (cf. Hab 2,4). “Quem semear em sua carne”, diz ele, “em sua carne colherá a corrupção”. Com isso, refere-se aos amantes dos prazeres mais do que de Deus. Semeia em sua carne aquele que faz todas as coisas, mesmo se aparentemente boas, de modo que lhe sejam bens carnavais. “Quem semear no espírito, do espírito colherá a vida eterna”. Semeiar no espírito significa servir à Justiça pela fé com caridade e não obedecer aos desejos do pecado, embora estes continuarão a existir devido à carne mortal. Mas a messe da vida eterna aparecerá quando for destruída a morte, última inimiga (cf. 1Cor 15,26), e o mortal for absorvido pela vida (cf. 2Cor 5,4) e esse corpo corruptível revestir a incorrupção (cf. 1Cor 15,53).

Portanto, neste terceiro grau em que nos encontramos, ou seja, sob a graça, semeamos entre lágrimas, visto que persistem os desejos provenientes do corpo animal, aos quais não consentimos. Nós resistimos a esses desejos para colhermos na alegria, quando, renovado também nosso corpo, não surgirão de parte alguma do homem qualquer adversidade e qualquer perigo de tentação que nos provoque. Pois o próprio corpo mortal deve ser considerado uma semente. Com efeito, “semeado corpo animal”, diz em outra passagem, e, referindo-se à messe que acabamos de indicar, acrescentou: “Ressuscita corpo espiritual” (1Cor 15,44). O profeta faz coro a esta sentença, ao dizer: “Quem semeia entre lágrimas, ceifará com alegria” (Sl 126,5).

Mas semear bem, ou seja, praticar boas obras, é mais fácil que perseverar nelas. Pois o fruto costuma compensar o trabalho, mas nossa messe nos é prometida para o final enquanto a perseverança é nosso trabalho. “Aquele que perseverar até o fim, esse será salvo” (Mt 10,22). E o profeta exclama: “Espera no Senhor, sê firme! Fortalece teu coração e espera no Senhor” (Sl 27,14). É o que o Apóstolo diz agora: “Não desanimemos na prática do bem, pois, se não desfalecermos, a seu tempo, colheremos. Por conseguinte, enquanto temos tempo, pratiquemos o bem para com todos, mas sobretudo para com os irmãos na fé”. A quem, senão aos cristãos, há de se crer que ele se refira? Com efeito, a vida eterna é merecedora de ser desejada com igual amor para todos, mas as manifestações próprias do amor não podem ser mostradas por todos.

62. (6,11-14) – Em seguida, depois de ter ensinado que as próprias obras da Lei, que são salutares e dizem respeito os bons costumes, podem ser praticadas somente pelo amor da fé,⁶³ não por temor servil, ele retorna ao ponto central de toda a questão desenvolvida na Carta. “Vede”, diz ele, “com que letras eu vos escrevo de próprio punho”. É uma advertência para que ninguém engane os incautos, usando o nome da Carta (cf. 2Ts 2,2; 3,17). “Os que querem fazer”, diz ele, “boa figura na carne são os que vos forcem a vos circuncidardes, só para não sofrerem perseguição por causa da cruz de Cristo”. Com efeito, os judeus perseguiam sobremaneira aqueles que pareciam abandonar semelhantes preceitos tradicionais. O Apóstolo mostra que não os teme ao escrever essas linhas de seu próprio punho. Portanto, ensina que o temor ainda agia naqueles que estavam como que fechados sob a Lei e que obrigavam os gentios à circuncisão.

“Nem mesmo os que se fazem circuncidar observam a Lei”. Observar a Lei é não matar, não cometer adultério, não proferir falso testemunho; e se é evidente que alguns outros preceitos semelhantes dizem respeito aos bons costumes, já foi dito que não é possível cumpri-los a não ser pela caridade e pela esperança dos bens eternos que se obtêm pela fé. “Mas eles querem que vos circuncideis, para se gloriarem na vossa carne”, ou seja, não somente para que não sofressem perseguições por parte dos judeus, os quais de forma alguma se permitiam esquivar da Lei da circuncisão, mas também para se gloriarem perante os gálatas, pelo fato de terem conseguido muitos prosélitos. Com efeito, os judeus, a fim de conseguirem um único prosélito, costumavam percorrer o mar e a terra, conforme disse o Senhor (cf. Mt 23,15).

“Quanto a mim, não aconteça gloriar-me senão na cruz de nosso Senhor Jesus Cristo, por quem o mundo está crucificado para mim e eu para o mundo”. De fato, “o mundo está crucificado para mim”, para que ele não me possua; “e eu para o mundo”, para que eu não o possua, ou seja, para que nem o mundo me possa prejudicar, nem eu deseje algo do mundo. Mas o que se gloria na cruz de Cristo não pretende comprazer-se na carne, pois não tem medo das perseguições dos carnais, as quais suportou primeiro aquele que se deixou crucificar, para dar o exemplo aos que seguiriam suas pegadas (cf. 1Pd 2,21).

63. (6,15-16) – “De resto, nem a circuncisão é alguma coisa, nem a incircuncisão.” [Paulo] mantém até o fim aquela indiferença, evitando que alguém pensasse ou que tivesse feito algo com fingimento na circuncisão de Timóteo (cf. At 15,1), ou estivesse fazendo na circuncisão de algum outro, caso surgisse uma questão semelhante. Mostra, pois, que a própria circuncisão não prejudica em nada os crentes, mas sim o pôr a esperança de salvação em tais preceitos. Com efeito, nos Atos dos Apóstolos encontram-se judeus que de tal modo persuadiam à circuncisão, a ponto de negar que podiam salvar-se aqueles que, dentre os gentios, tinham acreditado (cf. At 15,1). O Apóstolo, portanto, refuta como prejudicial não a referida prática em si, mas o erro de seu significado.

“Nem a circuncisão é alguma coisa, nem a incircuncisão”, diz ele, “mas a nova criatura”. Denomina nova criatura a vida nova obtida pela fé em Jesus Cristo. É preciso observar a palavra que o Apóstolo emprega. Pois dificilmente encontrarás o termo “criatura” referido também àqueles que, já crendo, alcançaram a adoção filial. Contudo, em outra passagem, diz: “Se alguém está em Cristo, é uma criatura nova, passaram-se as coisas antigas; eis que tudo tornou-se novo, tudo vem de Deus” (2Cor 5,17-18). Mas em outro texto diz: “A própria criatura será libertada da escravidão da corrupção” (Rm 8,21), e pouco depois diz: “E não somente ela; mas também nós que temos as primícias do Espírito” (Rm 8,23). Aí faz a diferença entre os que creram e os que não, designando estes últimos pelo nome de “criatura”, assim como os denomina algumas vezes “homens”, e outras vezes, “não homens”. Com efeito, censurando os coríntios em certa passagem, acusa-os de ainda serem homens: “Não sois homens e não vos comportais de forma meramente humana?” (1Cor 3,3-4). Do mesmo modo como ao Senhor, mesmo depois da ressurreição, não denomina homem em algumas passagens, como no princípio desta Carta, quando diz: “Não por parte dos homens, nem por intermédio de um homem, mas por Jesus Cristo” (Gl 1,1). Em outros lugares, porém, denomina-o homem, como naquela passagem onde diz: “Há um só Deus e um só mediador entre Deus e os homens, o homem Cristo Jesus” (1Tm 2,5).

“E a todos os que pautam sua conduta por esta norma, paz e misericórdia sobre eles e sobre Israel de Deus”, ou seja, aqueles que de fato se preparam para a visão de Deus, não os que são chamados Israel e não querem ver o Senhor devido à cegueira carnal, quando, desprezando sua graça, desejam ser servos dos tempos.

64. (6,17) – “Doravante”, diz ele, “ninguém mais me perturbe”. Não quer que lhe causem aborrecimento mediante disputas perturbadoras por motivo de assuntos que foram explicados sobejamente tanto na Carta que escreveu aos Romanos, como nesta. “Pois eu trago em meu corpo as marcas de Cristo”, ou seja, tenho outros conflitos e lutas com minha carne, que luta comigo nas perseguições que sofro. São denominadas “marcas” certos sinais de castigos servis; assim, se algum servo, por exemplo, for posto em cadeias, ou se tiver sofrido algo semelhante, devido a um prejuízo, ou seja, devido a uma culpa, se diz que tem marcas e, por isso, no direito de alforria, passa para a posição inferior.⁶⁴

Por isso, agora, o Apóstolo quis lembrar essas “marcas” como se fossem sinais dos castigos devidos às perseguições que padecia. Pois sabia que essas eram retribuições pela culpa de ter perseguido as Igrejas de Cristo, conforme foi dito pelo Senhor a Ananias, quando o próprio Ananias manifestou ter medo de Paulo, enquanto perseguidor da Igreja: “eu mesmo lhe mostrarei”, disse o Senhor, “quanto lhe será preciso sofrer por causa de meu nome” (At 9,16). Não obstante, devido à remissão dos pecados, na qual foi batizado, todas aquelas tribulações não lhe foram causa de ruína, mas lhe serviram para obter a coroa da vitória.

65. (6,18) – A conclusão da Carta, como se fosse a própria assinatura, fica bem patente, pois dela faz uso em algumas das outras cartas (cf. Fl 4,23; Fm 25): “Irmãos, que a graça de nosso Senhor Jesus Cristo esteja com vosso espírito! Amém”.

¹ Paulo, por antonomásia.

² Os *judaizantes*, cristãos de origem judaica (*judeo-cristãos*) que exigiam a observação de preceitos judaicos para a adesão à fé cristã.

³ Porque os maniqueus afirmavam ser Manes um apóstolo de Jesus Cristo (cf. *Contra Felicem Manicheum* 1,1 *passim*), ao afirmar que Paulo era o último dos apóstolos, ficaria excluída a possibilidade de também Manes ser um (cf. P. de Luis, em *Obras Completas de San Agustín. Escritos Bíblicos* [XVIII/2], BAC, 2003, p. 290, n. 6).

⁴ Agostinho explicará, anos mais tarde, as expressões que poderiam levar a pensar que ele afirmasse que Cristo não tivesse sido homem por completo ou que tivesse perdido sua divindade. Faz notar que *em parte e totalmente*, referidos a Cristo, são empregados para designar, respectivamente, sua *mortalidade* e sua *imortalidade*, não para tratar de sua natureza. Acrescenta que o contexto esclarece sua interpretação. Cf. *Retractiones* 1,24[23],1.

⁵ Veja-se também, acima, *exp. prop. Rm.* 8 e, abaixo, *exp. inc. Rm.* 14. Ao rever o texto, diz que *graça e paz*, ainda que tenham sido distintamente apresentadas, sejam interpretadas como pertencentes, ambas, à graça de Deus. Cf. *Retractiones* 1,24[23],1.

⁶ No *De sermone domini in monte* (1,17,51ss), obra contemporânea à *exp. Gal.*, Agostinho explica que o preceito de não jurar foi dado para que se evite cair em perjúrio. Em caso de necessidade, porém, pode ser usado. Essa necessidade, segundo o Hiponense, ocorre quando incrédulos renitentes não se convencem de algo que lhes é útil crer, a não ser mediante um juramento. É a essa incredulidade obstinada que requer juramentos que Agostinho identifica como debilidade, fraqueza, enfermidade, provinda do maligno.

⁷ Se o texto latino é ambíguo (não permite saber se Paulo faz, de fato, um juramento ou não), o Hiponense bem observa a solenidade do texto grego, cuja construção (n□□ + acusativo) é típica de fórmulas de juramento.

⁸ *A perfeição de Paulo (perfectiorem ipsius)*, isto é, a origem divina de sua missão apostólica. De fato, pelo que segue, Agostinho faz notar como o Apóstolo não deve sua qualificação à sua fé reta e verdadeira, mas à sua experiência pessoal com o ressuscitado.

⁹ O texto da *Vulgata* diz *entre vós (apud vos)*, conforme o texto grego, em vez de *para os gentios (gentes)*, como diz o texto de Agostinho. De qualquer forma, o sentido permanece inalterado, já que os gálatas (gentios) são os destinatários do texto.

¹⁰ A ausência de pontuação nos textos e de distribuição dos versículos, permitia, em determinados pontos de um texto, uma variada possibilidade de articulações e formulações, desde que observada – naturalmente – a sintaxe e, por tratar-se das Sagradas Letras, a *regra da fé (regula fidei)*. Por isso Agostinho lê o *pelo contrário (sed e contrario)* do versículo 7 em duas possibilidades distintas. Na primeira, a expressão refere-se aos notáveis não terem tido nada contra Paulo e sua pregação. Na segunda, a expressão refere-se à distinção entre judeus e gentios, povos contrastados, respectivamente, pela circuncisão e pela incircuncisão. Acerca da pontuação e da *regula fidei*, veja-se *A doutrina cristã*, III,2,2-5, Paulus, 2002 [Patrística 17]. Sobre a pontuação, H.-I. Marrou, *Histoire de l’éducation dans l’antiquité*, vol. 2. *Le monde romain*, Éditions du Seuil, 1948, pp. 200-201, n. 30; B. Bischoff, *Paleografia Latina. Antichità e Medioevo*, Padova, 1992, pp. 239ss.

¹¹ Diversamente do texto da *Vulgata*, que diz *céntuplo (centuplum)*, o *sétuplo (septies tantum)* do texto de Agostinho segue uma tradição textual ocidental, comum na Itália e no norte da África.

¹² Agostinho leu o comentário de Jerônimo à Carta aos Gálatas e escreveu-lhe dizendo-se desconcertado com o fato de o exegeta dálmata admitir uma simulação nas escrituras, na qual Pedro não teria sido, de fato, corrigido por Paulo. Agostinho oferece sua interpretação da referida passagem, defendendo a verdade do relato do erro de Pedro, com sua respectiva correção, e a autoridade das escrituras. Cf. *Epistulae* 40,3-5 e 82,2-27.

¹³ Isto é, Paulo.

¹⁴ Pedro, ao deixar-se repreender por Paulo, torna-se modelo de humildade pelo alto grau com que exercitou a referida virtude, sublinhado na ascendência da dificuldade de tal exercício.

¹⁵ Os milagres citados acima: ressuscitar do sepulcro cadáveres sepultados há quatro dias, expulsar todos os demônios e as doenças dos corpos dos homens, e coisas semelhantes.

¹⁶ Os mesmos milagres.

¹⁷ Ou seja, aos judeus.

¹⁸ O pedagogo (*paedagogus*) era, na Antiguidade, o escravo encarregado de acompanhar os garotos à escola e de tutelar sobre seu comportamento.

¹⁹ A *proscrição (proscriptio)* era, na Lei romana, o procedimento pelo qual um proprietário era afastado de sua propriedade.

²⁰ Não se trata dos sacramentos como entendidos em nossos dias, mas de *prefigurações simbólicas* de realidades do Novo Testamento e da Igreja. O uso agostiniano de *sacramentum* era, inicialmente, bastante genérico. Acerca do uso do termo por parte de Agostinho, veja-se E. J. Cutrone, “Sacraments”, em A. D. Fitzgerald (ed.), *Augustine through the Ages. An Encyclopedia*, Eerdmans, 1999, pp. 741-747.

²¹ Isto é, já não é observado.

²² *A adesão à fé (ex auditu fidei)* é a acolhida do anúncio apostólico do Evangelho de Cristo.

²³ Isto é, os judaizantes.

²⁴ Os mesmos judaizantes.

²⁵ Notável o fato de ser essa a única ocorrência do termo *pagão (paganus)* na obra. Agostinho prefere, ao longo de todo o texto, usar o termo *gentio* ou afins (*gens, gentes, gentilitas*).

²⁶ Diversamente do texto da *Vulgata*, que traz *promessa (promissio)*, o de Agostinho diz *anúncio (annuntiatio)*, que também traduz o grego ἀγγελία.

²⁷ Enquanto a *Vulgata* diz *exultou (exultavit)*, o texto de Agostinho diz *desejou (cuncupivit)* e não contém o aposto *vosso pai (pater vester)*. Jo 8,56 ocorre 12 vezes em distintas obras do Hiponense, mas uma só dessas ocorrências (*In Iohannis Evangelium Tractatus* 43,16) é conforme à da *Vulgata*; e, aí, Agostinho explica que Abraão exultou na fé, crendo e esperando, de modo a ver compreendendo.

²⁸ Mais tarde, ao revisar a obra, Agostinho reconhecerá uma melhor pontuação, isto é, uma distribuição mais correta da sentença: “por quê, então, a Lei? Foi acrescentada em vista da transgressão”. Cf. *Retractiones* 1,24[23],2. Sobre a questão da pontuação, veja-se, acima, nota ao parágrafo 12.

²⁹ *Em vista da transgressão*. Em todas as ocorrências do referido versículo na obra de Agostinho, tem-se o singular, enquanto os textos da *Vulgata* e do grego dão o plural (*transgressões*).

30 *Disposita*. Na *Vulgata* lê-se *promulgada (ordinata)* e refere-se à Lei. Como tal, o termo não consta na versão de Agostinho. Nesta, de fato, *disposita (dispositum)* refere-se à *descendência (semen) de Abraão*.

31 *Ante que ela* (a humildade de Cristo) *existisse*, isto é, antes da encarnação do Verbo.

32 *Popularis*, literalmente, popular, difusa ou comum entre o povo, indica uma graduação da manifestação da graça.

33 Construção um tanto estranha. O uso de *subentender* leva a pensar na possibilidade de uma lacuna no texto de Agostinho, isto é, o “vós sois um em Cristo Jesus” (*vos Christi*, como na *Vulgata*) faltava depois de “se porém”, que deveria ser seguido imediatamente por “então sois descendência de Abraão”.

34 No latim, *mulier* e *femina*; respectivamente, mulher casada e mulher, em geral, o sexo feminino.

35 *Factum*, no latim. Acerca da equivalência entre *nascido (natus)* e *criado, feito (factum)*, Agostinho, ao tratar da não-contradição entre Rm 1,3 e 2Cor 5,16, e da verdade de ambos, diz, do primeiro texto paulino, haver códices latinos que dizem *nascido (natum)* e outros que dizem *criado (factum)*. Mas ambos, diz, traduzem o grego γεννησεν gennēsēn, com a seguinte diferença: *natum* é tradução mais livre, enquanto *factum* é tradução literal. Cf. *Contra Faustum* 14,4.

36 Isto é, tudo o que nasce é criado por Deus, com exceção do Filho, que, ao nascer, não foi propriamente criado, feito por Deus, porque lhe é coeterno e consubstancial. Assim, quer dele diga-se nascido, quer criado, o Filho não pertence à categoria das criaturas. É o que Agostinho explica em seguida.

37 O arianismo afirmava o Filho de natureza distinta da do Pai, criado e, portanto, não coeterno ao Pai, Filho por adoção.

38 *Tomar – receber (accipio – recipio)*. Ambos os verbos poderiam ser traduzidos por *receber*. Agostinho, porém, nota o senso primeiro de ambos: *accipio* é tomar algo que não se tinha antes; *recipio*, a retomada de algo, naturalmente, que se tinha em precedência; vale dizer, o estado do ser humano anterior à queda adâmica.

39 Isto é, o batismo.

40 Acerca dos *merecimentos da fê*, veja-se *exp. prop. Rm.* 52-53 e respectivas notas.

41 Em vez de *príncipe (princeps)*, como na *Vulgata*, Agostinho emprega um termo técnico, *magistratus*, que identifica um encarregado da administração da lei, e que pode bem traduzir o grego ἐπίσκοπος epískopos(oficial, administrador) do referido texto.

42 Cf. *De libero arbitrio*, em especial o terceiro livro.

43 Se antes falara dos elementos do mundo como tutores e curadores, sem especificar de que se tratassem, ora faz ver que quaisquer dos elementos da natureza podem apontar para Deus, cumprindo a mesma função que tinha a Lei para os judeus. Afinal esses elementos indicam a limitação humana, o fato de não serem criadores de si mesmos e senhores do mundo (cf. *Confissões*, 10,9, Paulus, 1997 [Patrística 10]). Agostinho, entre esses elementos, inclui mesmo os demônios, ou deuses, dos gentios, já que os gentios, tendo podido conhecer Deus, perderam-se em seus pensamentos e caíram na idolatria de criaturas (cf. Rm 1,19-21). A esse respeito veja-se *De civitate Dei* 8,10.

44 Possível tautologia. Sem detalhes, diz o Hiponense arder entre os caldeus o fogo da superstição (cf. *Quaestionum in Heptateuchum libri septem* 1,25,2). São citados entre os sábios e os filósofos que afirmaram ser Deus o autor da criação (cf. *De civitate Dei* 8,9), mas que caíram na idolatria (cf. nota precedente). Aludindo à astrologia, diz serem eles a elevar os vícios humanos às esferas celestes (cf. *De civitate Dei* 10,27).

45 Dias, a cada mês do ano, considerados de azar.

46 Agostinho não defende a observação do sábado por parte do catecúmeno, tampouco pretende indicar a gravidade de um erro sobre o outro, mas sim fazer ver que tanto quem observa os horóscopos como quem observa o sábado segue uma superstição; um e outro encontram-se igualmente em erro.

47 As *calendas* eram, no calendário latino, o primeiro dia de cada mês.

48 A uma primeira leitura, poderia parecer que Agostinho pretendesse responder ao fato do dar à luz *de novo*. Contudo, considerando-se a explicação oferecida ao início do parágrafo e as afirmações que precedem a citação de Paulo, é mais provável que se refira à ordem com que o Apóstolo narra: *dar à luz* e *ser formado*. É esta ordem que pode perturbar o leitor, visto que o natural é, antes de tudo, a concepção, em seguida o ser formado e, finalmente, o nascer (ser dado à luz).

49 *Propriedade desocupada (tamquam in vacuum)*. *Desocupada (in vacuum)* é termo técnico da Lei romana relacionado à *proscriptio*. Cf., acima, nota relativa ao parágrafo 18.

50 Isto é, que os gálatas não temessem os judaizantes.

51 Ou seja, algumas das prefigurações veterotestamentárias constantes na Lei.

52 Para Agostinho, o critério de verificação do amor a Deus passa, necessariamente, pelo amor com que se vive, quotidianamente, em relação ao próximo. A este propósito, veja-se também *In Iohannis euangelium tractatus* 10,3.

53 Versão bastante diferente das da *Vulgata* e da *Septuaginta*, a partir das quais se tem em português: “Eis para quem estão voltados meus olhos, para o pobre e para o abatido, para aquele que teme diante da minha palavra”. Das pouco mais de dez ocorrências do referido versículo nas obras do Hiponense, só uma (*Speculum* 19) contém o texto como o da *Vulgata*.

54 Agostinho aqui entende que as palavras do apóstolo referem-se a quem encontra-se sob a Lei, mas corrigir-se-á. De fato, aplicam-se também ao ser humano sob a graça. Cf. *Retractiones* 1,24[23],2.

55 Alusão a um “tumulto” havido em Hipona, provavelmente no mesmo ano de composição da *exp. Gal.*, em favor de uma celebração por ocasião da festa de São Leôncio. Esta era designada *laetitia* (alegria), termo sob o qual se escondia a embriaguez de gente dada a sórdida volúpia da carne, entre as paredes da igreja (cf. *Epistula* 29,1) e junto a sepulcros dos santos (cf. *Epistula* 22,3). Devia encontrar-se entre as festividades supersticiosas dos cristãos norte-africanos (cf. *De moribus ecclesiae Catholicae* 1,75), banquetes que terminassem em excessos, que Agostinho, poucos anos antes (392), esperava pudessem ser extirpados (cf. *Epistula* 22,3-5). E assim aconteceu, oficialmente. O Concílio de Hipona (393) proibiu essas celebrações nas igrejas. O testemunho de Agostinho, no entanto, mostra que a referida proibição não teve o efeito desejado. Algum tempo depois (394/395), encontramos-lo, às vésperas da *laetitia*, a tentar dissuadir (não sem resistente oposição) a participação dos cristãos nessa celebração (cf. *Epistula* 29,2-8). É provável, ademais, que essa tivesse origem pagã (cf. J. Quasten, “*Fetus superstitio et nova religio*: the Problem of *Refrigerium* in the Ancient Church of North Africa”, em *Harvard Theological Review* 33 (1940) 253-266) e tenha adquirido um caráter mais “social” que religioso (cf. P. Brown, “Between imitation and admiration: Augustine and the cult of the saints in late antiquity and the early middle ages”, em R. Barcellona / T. Sardella (ed.), *Munera Amicitiae. Studi di Storia e Cultura sulla Tarda Antichità offerti a Salvatore Pricoco*, Rubbettino, 2003, pp. 51-74, p. 53, n. 7) com a oficialização do cristianismo e a legislação contrária às celebrações pagãs.

56 Os textos da *Septuaginta* e da *Vulgata* usam *com temor* em vez do *com cravos* do texto de Agostinho.

57 Acerca da pontuação, veja-se nota referente a *exp. Gal.* 12.

58 Sobre a pontuação, veja-se nota a *exp. Gal.* 12.

59 Expressão semelhante, e anterior, à mais conhecida: “Ama e fa^ze o que quiseses” de *In Iohannis euangelium tractatus* 7,8.

60 Ou *o amor que procede da fê*.

61 Ou *o temor que procede da Lei*.

62 Isto é, *neste mundo*.

63 *Amor da fê (dilectione fidei)*, ou *amor que procede da fê*.

64 Isto é, um escravo com marcas de castigos sofridos era considerado de categoria inferior a um escravo sem as referidas marcas e, por isso, supostamente, considerado melhor, por não precisar ter sido castigado.

EXPLICAÇÃO INCOADA DA CARTA AOS ROMANOS

LIVRO ÚNICO

1. Pelo que pude deduzir do texto, na carta que o apóstolo Paulo escreveu aos romanos, apresenta esta questão: se o Evangelho de nosso Senhor Jesus Cristo foi oferecido somente aos judeus, considerando as obras da Lei, ou se, não havendo quaisquer merecimentos, a justificação pela fé, que se encontra em Cristo Jesus, foi oferecida a todos os pagãos, para que cressem não porque os homens eram justos, mas para que, justificados ao crerem, comessem a viver na justiça da fé. Portanto, o Apóstolo teve como objetivo ensinar que a graça de nosso Senhor Jesus Cristo foi oferecida a todos. Demonstrou, por isso, que o chamado é pela graça, visto que esta foi dada não como um débito exigido pela justiça, mas foi dada gratuitamente.

Pois alguns que, dentre os judeus, acreditaram, passaram a se revoltar contra os pagãos e, principalmente, contra o apóstolo Paulo, pelo fato de ele os admitir à graça do Evangelho, pregando-lhes para que cressem em Cristo, sem lhes impor qualquer jugo decorrente da circuncisão carnal. Mas procede com tanta prudência que não permite aos judeus deixarem-se levar pela soberba ao considerarem os merecimentos das obras da Lei, nem aos pagãos se ensoberbecerem contra os judeus pelo merecimento da fé, pelo fato de terem a Cristo, o qual eles crucificaram.¹ Procedendo, como ele diz em outra passagem, como embaixador em favor do próprio Senhor (cf. 2Cor 5,20), ou seja, em favor da pedra angular (cf. Ef 2,20), ele junta em Cristo ambos os povos, tanto o dos judeus como o dos pagãos, pelo vínculo da graça, dissipando de ambos toda soberba dos méritos e a ambos justificando, unindo-os pela disciplina da humildade.

2. Assim começa a Carta: “Paulo, servo de Jesus Cristo, chamado para ser apóstolo, escolhido para o Evangelho de Deus” (Rm 1,1). Resumidamente, em duas palavras, mostra a diferença entre a dignidade da Igreja e a velhice da sinagoga. Com efeito, a Igreja foi assim denominada devido à vocação; a sinagoga, porém, ao ser considerada uma reunião. Ser convocado é mais próprio dos homens, mas ser reunido refere-se mais aos animais; daí o costume de se falar com mais propriedade de reunião ou rebanhos de animais. Ainda que em muitas passagens das Escrituras a Igreja seja denominada “grei do Senhor”, “rebanho de Deus” e “ovelha de Deus”, contudo, quando nas comparações os homens são chamados animais, isso acontece com relação à vida antiga. E é evidente que tais homens eram reunidos não pelo alimento da verdade eterna, mas pelo alimento terreno de promessas temporais.

Portanto, “Paulo, servo de Jesus Cristo, chamado para ser apóstolo”: esta vocação inscreveu-o na Igreja. Mas, “escolhido para o Evangelho de Deus”: de onde, senão do rebanho da sinagoga, se o significado dos termos latinos está bem de acordo com a tradução do grego?

3. Ele, certamente, faz valer, pela autoridade dos profetas, o Evangelho de Deus, para o qual lembra que foi escolhido, para admoestar os pagãos que creram no Cristo, a cujo número foi chamado, a não se ensoberbecerem por terem sido prepostos aos judeus, dos quais ele dissera ter sido escolhido. Na verdade, do povo dos judeus surgiram os profetas, por meio dos quais se testemunha que o Evangelho, em cuja fé os crentes são justificados pela fé, foi prometido anteriormente: pois, “escolhido”, diz, “para o Evangelho de Deus, que ele já havia prometido por meio dos seus profetas” (Rm 1,1-2). Houve também profetas, não dele,² nos quais são encontradas algumas referências que eles, porque as tinham ouvido, cantaram a respeito de Cristo, como, por exemplo, se diz da Sibila.

Eu não acreditaria facilmente nisso se um nobilíssimo dentre os poetas da língua latina, antes de falar sobre aquelas coisas a respeito da renovação do mundo que parecem harmonizar-se com o reino de nosso Senhor Jesus Cristo a isso convir, não tivesse a isso anteposto o verso que diz: “Já se aproxima a última idade da profecia de Cumas” (Virg., *Eglog.* 4,4). Ninguém duvida de que o vaticínio de Cumas fosse de Sibila.

Por isso, sabendo o Apóstolo que, nos livros dos pagãos, se encontravam testemunhos da verdade, o qual ele manifestou falando aos atenienses, conforme os Atos dos Apóstolos (cf. At 17,28), não somente diz: “Por meio dos seus profetas”, evitando que alguém fosse seduzido pelos pseudopropetas a alguma impiedade mediante algumas declarações verdadeiras, acrescentou também: “Nas Sagradas Escrituras”, querendo assim mostrar que os escritos dos pagãos, repletos de superstições idolátricas, não deviam ser considerados santos pelo fato de neles se encontrar algo referente a Cristo.

4. E para que ninguém apresentasse profetas distantes e alheios ao povo dos judeus, entre os quais não havia culto aos ídolos, no que diz respeito a estátuas confeccionadas por mãos humanas, pois todo erro ilude seus seguidores com os simulacros de suas fantasias; para que ninguém, repito, proferindo algo semelhante pelo fato de em suas palavras mostrar o nome de Cristo, afirme que eram essas as Escrituras Sagradas, não as que foram confiadas divinamente ao povo hebreu, parece-me que acrescenta mui oportunamente, depois de ter dito: “Nas Sagradas Escrituras”, o que disse depois: “E que diz respeito a seu Filho, nascido da estirpe de Davi segundo a carne” (Rm 1,3). Ora, Davi, certamente, foi rei dos judeus. Mas convinha que os profetas prenunciadores de Cristo nascessem desse povo, do qual assumiria a carne aquele que renunciavam. Mas também era preciso acudir à impiedade daqueles que recebem nosso Senhor Jesus Cristo apenas segundo o homem que ele assumiu, não percebendo nele a divindade diferente do comum a toda criatura, como acontecia aos próprios judeus, os quais pensam ser ele tão somente filho de Davi, ignorando a excelência pela qual é Senhor do próprio Davi, na medida em que é Filho de Deus. Por isso, acusa-os no Evangelho mediante a profecia proferida pela boca do próprio Davi. Com efeito, interroga-os sobre como pode ser seu filho aquele a quem Davi chama Senhor (cf. Mt 22,42-45), ao qual certamente deveriam responder que era filho de Davi segundo a carne, e Filho de Deus e Senhor de Davi segundo a divindade.

O apóstolo Paulo, que já tinha aprendido isso, depois que disse: “Para o Evangelho de Deus, que ele já tinha prometido por meio dos seus profetas nas Sagradas Escrituras, e que diz respeito a seu Filho, nascido da estirpe de Davi”, acrescentou: “segundo a carne”, para não pensarmos que Cristo era todo e somente isto, ou seja, que fora feito segundo a carne. Portanto, acrescentando: “segundo a carne”, manteve sua dignidade em favor da divindade. Essa dignidade não se pode atribuir apenas à estirpe de Davi, mas também a nenhuma criatura angélica ou a qualquer outra, por mais sublime que seja, visto que ela é o próprio Verbo de Deus pelo qual tudo foi criado (cf. Jo 1,1). Esse Verbo fez-se carne da estirpe de Davi e habitou entre nós (cf. Jo 1,14), não mudado ou transformado em carne, mas revestido da carne para manifestar-se aos carnaís, de modo adequado.

Por isso, o Apóstolo mostrou a diferença entre a humanidade e a divindade, não apenas com as palavras pelas quais disse: “segundo a carne”, mas também por aquelas pelas quais afirmou: “nascido”.³ Pois não foi feito enquanto é Verbo de Deus. Com efeito, tudo foi feito por ele, e ele não pode ter sido feito com todas as coisas, visto que por ele tudo foi feito. Tampouco foi feito antes de tudo, para que por ele tudo fosse feito; de fato, com sua exceção, se ele tivesse sido feito antes de todas as coisas, nem tudo teria sido feito por ele nem poderia verdadeiramente ser dito que por ele foram feitas todas as coisas, entre as quais ele não está, se, de fato, ele tivesse sido feito. E, por isso,

o Apóstolo, ao dizer que Cristo foi feito, acrescentou: “segundo a carne”, para mostrar que, segundo o Verbo que é Filho de Deus, ele não foi feito por Deus, mas nasceu [como homem].

5. Sobre a mesma expressão, “nascido da estirpe de Davi segundo a carne”, diz ele: foi “estabelecido Filho de Deus com poder pela ressurreição dos mortos”, não segundo a carne, mas “segundo o Espírito”, não segundo qualquer espírito, mas “Espírito de santidade” (Rm 1,4). Pois na ressurreição se mostra o poder do que morre, para se poder dizer: “estabelecido Filho de Deus com poder pela ressurreição dos mortos, segundo o Espírito de santidade”. Depois, a santidade produz a vida nova que foi selada na ressurreição de nosso Senhor. Daí o Apóstolo dizer em outra passagem: “Se, pois, ressuscitastes com Cristo, procurai as coisas do alto, onde Cristo está sentado à direita de Deus” (Cl 3,1). A ordem das palavras pode ser também de tal modo que não acrescentemos a “segundo o Espírito de santidade” a expressão: “pela ressurreição dos mortos”, mas ao que diz: “estabelecido”; e a ordem seria esta: “estabelecido pela ressurreição dos mortos”; a esta ordem foram intercaladas estas palavras: “Filho de Deus com poder, segundo o Espírito de santidade”. E esta ordem parece certamente mais adequada e melhor, para manifestar que é filho de Davi na fraqueza, segundo a carne, mas Filho de Deus no poder, segundo o Espírito de santidade. “Nascido da estirpe de Davi”, ou seja, filho de Davi pelo corpo mortal, pelo qual também morreu. Mas “estabelecido Filho de Deus” e Senhor do próprio Davi “pela ressurreição dos mortos”. O morrer diz respeito ao ser filho de Davi; o ressuscitar dos mortos diz respeito ao ser Filho de Deus e Senhor do próprio Davi, conforme o Apóstolo o diz em outra passagem: “Foi crucificado em fraqueza, mas está vivo pelo poder de Deus” (2Cor 13,4), de sorte que a fraqueza está relacionada a Davi, mas a vida eterna se refere ao poder de Deus. E por isso, nestas palavras, Davi designa-o como seu Senhor, dizendo: “Disse o Senhor ao meu Senhor: ‘Senta-te à minha direita, até que ponha teus inimigos sob teus pés’” (Sl 110,1). Pois, pelo fato de ter ressuscitado dentre os mortos, está sentado à direita do Pai. Portanto, Davi, ao ver pelo Espírito Santo que ele foi predestinado pela ressurreição dentre os mortos para se sentar à direita do Pai, não ousava chamar-lhe seu filho, mas seu Senhor. Daí o Apóstolo ter acrescentado: “Jesus Cristo nosso Senhor”, depois de ter dito: “Pela ressurreição dos mortos”, chamando a atenção para o fato de Davi ter atestado o Filho de Deus mais como seu Senhor do que como seu filho. Além disso, Paulo não diz estabelecido pela ressurreição única de dentre os mortos, mas “pela ressurreição dos mortos”. Com efeito, pela sua ressurreição não se revela Filho de Deus com aquela mui sublime dignidade, pela qual é também cabeça da Igreja, visto que também os demais falecidos ressuscitarão; mas foi predestinado Filho de Deus por primazia de ressurreição, porque ele foi predestinado pela ressurreição de todos os mortos, ou seja, designado para ressurgir sobre os demais e antes dos demais. O que aqui afirmou: “Filho de Deus”, tendo dito antes: “estabelecido”, como prova valiosa de tão grande sublimidade. Pois não convinha ser predestinado senão como Filho de Deus, pelo que é também cabeça da Igreja; por isso, em outra passagem, chama-lhe primogênito dos mortos (cf. Cl 1,18).

Com efeito, convinha vir ao julgamento dos que ressuscitam àquele que os precedera como modelo; não, porém, como modelo de todos os que ressuscitam, mas como modelo dos que hão de ressuscitar, para com ele viver e reinar para sempre, dos quais ele é a cabeça e eles seu corpo. Foi predestinado também pela ressurreição dos mesmos para deles se tornar príncipe; mas dos demais que ressurgem em sua condição não é príncipe, mas juiz. Assim, não foi predestinado pela ressurreição desses mortos, os quais há de condenar. Pois, no fato de ser predestinado pela ressurreição dos mortos, o Apóstolo quis dar a entender que precederia à ressurreição dos mortos; mas precedeu àqueles que o hão de seguir ao reino celeste, para onde os precedeu. Eis por que não diz: Estabelecido Filho de Deus pela ressurreição dos mortos, Jesus Cristo nosso Senhor, mas “pela

ressurreição dos mortos de Jesus Cristo nosso Senhor”, como se dissesse: O que foi predestinado Filho de Deus pela ressurreição de seus mortos, ou seja, dos que lhe pertenciam para a vida eterna, como se o interrogassem: *De que mortos?*, e ele respondesse: *do próprio Jesus Cristo nosso Senhor*. Pois não foi predestinado em virtude da ressurreição dos demais mortos, os quais não o precederam para a glória da vida eterna, e também não o seguiriam, pois os ímpios hão de ressuscitar para receber seus castigos. Portanto, ele, como Filho Unigênito, é também primogênito dentre os mortos, “estabelecido pela ressurreição dos mortos”. De quais mortos senão os que pertencem a “nosso Senhor Jesus Cristo”?

6. “Por quem recebemos”, diz ele, “a graça e o ministério apostólico”. “Graça”, com todos os fiéis, mas ministério apostólico não com todos. E, por isso, se dissesse que recebeu apenas o ministério apostólico, mostrar-se-ia ingrato para com a graça, pela qual lhe foram perdoados os pecados, e pareceria que recebeu o ministério apostólico pelos méritos das obras anteriores. Ele mantém otimamente a linha do raciocínio, de modo que ninguém se atreva a dizer que chegou ao Evangelho pelos méritos da vida anterior, quando nem mesmo os próprios apóstolos, que sobressaem aos demais membros depois da cabeça do corpo, puderam receber o ministério apostólico, sem antes ter recebido com os demais a graça que cura e justifica os pecadores.

Com efeito, no que acrescentou: “Para a obediência da fé entre todos os gentios em seu nome”, afirma que recebeu o ministério apostólico para esta finalidade: para que se obedeça à fé pelo nome de nosso Senhor Jesus Cristo, ou seja, para que todos creiam em Cristo e sejam marcados em seu nome os que desejam ser salvos. Mostra que essa salvação já veio não só para os judeus, como pensavam alguns dos que creram, quando diz: “Entre todos os gentios, dos quais fazeis parte também vós, chamados de Jesus Cristo” (Rm 1,5-6), ou seja, para pertencerdes a Jesus Cristo, que é a salvação de todas as gentes, embora não estejais entre os judeus, mas entre os demais povos.

7. Até este ponto declarou quem escreve a carta. Quem a escreve é: “Paulo, servo de Cristo Jesus, chamado para ser apóstolo, escolhido para o Evangelho de Deus”. Mas porque se poderia perguntar: *Que Evangelho?*, respondeu: Que ele tinha prometido por meio dos seus profetas nas Sagradas Escrituras e que diz respeito a seu Filho. E como ainda alguém poderia perguntar: *De qual Filho seu?*, respondeu: “Nascido da estirpe de Davi segundo a carne, estabelecido Filho de Deus com poder pela ressurreição dos mortos segundo Espírito de santidade, Jesus Cristo nosso Senhor”. E como se pudesse dizer: *Como pertences a ele?*, respondeu: “Por quem recebemos a graça e o ministério apostólico, para a obediência da fé entre todos os gentios em seu nome”. E como se pudesse dizer também: *Por qual motivo escreves a nós?*, respondeu: “Dos quais fazeis parte também vós, chamados de Jesus Cristo”. Em seguida acrescentou a quem escreve conforme o estilo epistolar: “A vós todos”, diz, “que estais em Roma, amados de Deus e chamados à santidade”.

Mesmo nestas palavras deu a conhecer mais a benignidade de Deus que o mérito deles. De fato, não diz: *aos que amam a Deus*, mas “amados de Deus”. Com efeito, ele nos amou antes de qualquer mérito, a fim de que, amados por ele, o amássemos (cf. 1Jo 4,19). Daí o ter acrescentado: “Chamados à santidade”. Ainda que alguém atribua a si mesmo obedecer ao que chama, ninguém pode atribuir a si o fato de ter sido chamado. Ora, “chamados à santidade”, não se deve interpretar de modo que sejam chamados por serem santos, mas tornaram-se santos, porque foram chamados.

8. Portanto, fica faltando a saudação para completar o costumeiro início de carta, como que lhes desejando a saúde. Mas em lugar disso, a modo de cumprimento, diz: “Graça e paz da parte de Deus nosso Pai e do Senhor Jesus Cristo” (Rm 1,7). Pois nem toda graça vem de Deus. Com efeito, também os maus juízes distribuem graça ao receberem as pessoas, levados por algum interesse ou

por medo. Nem toda paz é de Deus ou emana dele. Por isso, o próprio Senhor, mostrando a diferença, diz: “A minha paz vos dou”, acrescentando também e dizendo que não dá a paz que este mundo proporciona (Jo 14,27).

Portanto, a graça é de Deus Pai e do Senhor Jesus Cristo, pela qual nos são perdoados os pecados que nos faziam inimigos de Deus, paz verdadeira pela qual somos reconciliados com Deus. Com efeito, como pela graça, perdoados os pecados, a inimizade foi resgatada, resta que nos unamos pela paz àquele do qual apenas os pecados nos separavam, conforme diz o profeta: “Nem seu ouvido é tão duro que não possa ouvir. Antes, foram as vossas iniquidades que criaram um abismo entre vós e vosso Deus (Is 59,1-2). Perdoados os pecados, haverá paz pela fé de nosso Senhor Jesus Cristo, deixando de existir qualquer separação.

9. Mas talvez alguém se admire de como se há de entender a justiça do juiz Deus, ao conceder a graça perdoadando os pecados. Mas esse procedimento é perfeitamente justo em Deus, pois é verdadeiramente justo que aqueles que se arrependem de seus pecados, no tempo em que ainda não aparece o terror manifesto dos castigos, sejam separados misericordiosamente daqueles que, procurando com obstinação desculpas para seus pecados, não querem corrigir-se pelo arrependimento. Pois é injusto que, na participação do castigo, estes se juntem àqueles que não desprezaram a Deus que os chamava e, ao pecar, enfadaram-se contra seus pecados e os odiaram, assim como Deus odiava seus pecados.

Além disso, é exigência da justiça humana não amar em si senão o que é próprio de Deus e odiar o que é próprio do homem; não aprovar os próprios pecados e, no pecado, não reprová-los nos outros, mas em si mesmo; não pensar que basta que seus pecados lhe desagradem, se também não são evitados com intenção muito vigilante; e não julgar que as próprias forças sejam suficientes para evitá-los, se não receber ajuda divina.

Portanto, para Deus é justo perdoar-lhes os pecados, quaisquer que sejam os cometidos antes, para que não sejam confundidos e se misturem com os que não são assim, o que seria injusto. Por isso, pelo fato de não se perdoar aos tais é justiça de Deus, e porque se perdoa é graça. Assim, é justa a graça de Deus e é gratificante a justiça, visto que naqueles também a graça precede ao mérito do arrependimento, porque ninguém se arrependeria de seu pecado, a não ser por algum estímulo do chamado de Deus.

10. Além disso, é tamanha a firmeza da justiça divina que, mesmo sendo abrandada ao penitente a pena espiritual e eterna, as aflições e os tormentos, com os quais sabemos que também os mártires foram atormentados, e, por fim, a própria morte, que nossa natureza mereceu ao pecar, não serão abrandados em favor de ninguém. A ocorrência desses suplícios, ainda que para homens justos e piedosos, deve-se crer que sobrevenham por um justo juízo de Deus. Isso é chamado, também nas Sagradas Escrituras, disciplina, da qual a nenhum justo é permitido escapar. De fato, a ninguém excetuou, ao dizer: “Pois o Senhor educa a quem ama, e castiga todo filho que o acolhe” (Hb 12,6).

Assim se explica também o que aconteceu a Jó, o qual, devido aos muitos males que padeceu para mostrar aos homens quão grande homem e servo de Deus era ele, atesta, no entanto, ter sofrido muitas vezes penas corporais. Também o apóstolo Pedro, exortando os irmãos a suportarem os sofrimentos pelo nome de Cristo, assim fala: “Mas ninguém dentre vós queira sofrer como assassino ou malfeitor ou como delator, mas, se sofre como cristão, não se envergonhe, antes glorifique a Deus por esse nome. Com efeito, é tempo de começar o juízo pela casa de Deus. Ora, se ele começa por nós, qual será o fim dos que se recusam a obedecer ao Evangelho de Deus? Se o justo com dificuldade consegue salvar-se, em que situação ficará o ímpio e pecador?” (1Pd 4,15-18). Mostra com toda a

clareza que os próprios sofrimentos, que os justos padecem, dizem respeito ao juízo de Deus, o qual, conforme afirmou, começa pela casa de Deus, e assim se conjectura quantos castigos estão reservados para os ímpios.

Daí também o dizer do Apóstolo aos tessalonicenses: “A tal ponto que sois o nosso orgulho entre as Igrejas de Deus, por causa da vossa perseverança e da vossa fé em todas as perseguições e tribulações que suportais. Elas são o sinal do justo juízo de Deus” (2Ts 1,4-5). Isso se relaciona com o que diz Pedro: “é tempo de começar o juízo pela casa de Deus”, e com o que intercalou o profeta: “Se o justo aqui na terra recebe o seu salário, quanto mais o ímpio e o pecador?” (Pr 11,31).

Parece-me que também aquelas coisas com que Deus ameaçou o rei Davi, por meio do profeta Natã, embora tenha perdoado imediatamente o arrependido, aconteceram-lhe, contudo, muitas coisas (cf. 2Sm 12), como uma demonstração de que aquele perdão é concedido espiritualmente em atenção ao futuro juízo das penas que esperam aqueles que se recusam a se corrigir neste tempo. Também Pedro diz em outra passagem: “Eis por que o Evangelho foi pregado também aos mortos, a fim de que sejam julgados como os homens na carne, mas vivam no espírito com Deus” (1Pd 4,6).

Eu disse isso para mostrar, conforme pudesse e na medida em que o permite a presente passagem das Escrituras, que, quando se fala da graça e da paz de Deus, não se há de compreender de tal modo que os homens julguem que Deus possa se desviar da justiça. Com efeito, quando o Senhor prometia a paz, dizia: “Eu vos disse tais coisas para terdes paz em mim. No mundo tereis tribulações” (Jo 16,33). Mas as tribulações e os incômodos, quando são infligidos aos pecadores pela justiça de Deus, não têm a finalidade de levar ao pecado, mas purificam totalmente de toda mancha a bons e maus, aos quais desagradam mais os próprios pecados que qualquer castigo corporal. A paz perfeita, mesmo do corpo, será concedida oportunamente, se nosso espírito guarda agora firme e estavelmente a paz que o Senhor se dignou conceder pela fé.

11. A razão pela qual o Apóstolo fala da graça e da paz de Deus Pai e de nosso Senhor Jesus Cristo, sem acrescentar o Espírito Santo, parece-me não ser outra senão porque compreendemos o Espírito como o próprio dom de Deus. Com efeito, o que são a graça e a paz senão o dom de Deus? Por isso, de forma alguma podem ser concedidas aos homens a graça, que nos liberta dos pecados, e a paz, que nos reconcilia com Deus, senão pelo Espírito Santo. Pela mesma razão, percebemos nesta saudação a Trindade e a unidade imutável.

Assim julgo, principalmente porque, com exceção da carta que escreveu aos hebreus, onde se diz que omitiu de propósito a saudação no princípio, evitando que os judeus, que invectivavam obstinadamente contra ele, ofendidos com seu nome, ou a leriam com espírito hostil, ou não procurariam ler o que ele escreveu para salvação deles, razão pela qual alguns rezearam inscrevê-la no cânon das Escrituras; mas seja o que for nesta questão, exceto esta carta, repito, todas as outras que, sem qualquer dúvida por parte da Igreja se afirma ser do Apóstolo, contêm essa saudação, a não ser as dirigidas a Timóteo, nas quais intercala “misericórdia”. Por isso, escreve: “Graça, misericórdia e paz da parte de Deus Pai e de Cristo Jesus, nosso Senhor” (1 e 2Tm 1,2). Com efeito, escrevendo a Timóteo, com mais familiaridade e mais carinho, intercalou essa palavra, com a qual se revela e se mostra claramente que o Espírito Santo nos é concedido não pelos méritos das obras anteriores, mas devido à misericórdia de Deus, para se dar a abolição dos pecados pelos quais estávamos separados de Deus, e a reconciliação para aderirmos a Ele.

12. As outras cartas dos apóstolos, que o uso eclesiástico recebeu, não pouco nos admoestam, em seu princípio, acerca da Trindade. Pedro, de fato, assim diz: “Graça e paz vos sejam concedidas abundantemente”, e acrescenta logo depois: “Bendito seja Deus e Pai de nosso Senhor Jesus Cristo”

(1Pd 1,2-3). Assim, havendo dado a entender o Espírito Santo pela graça e a paz, a lembrança do Pai e do Filho adverte a mente a respeito da Trindade. E na outra diz: “Graça e paz sejam abundantemente concedidas pelo conhecimento de nosso Senhor” (2Pd 1,2).

Mas não sei por que João omite um início semelhante; contudo, claramente não negligenciou a Trindade, inserindo “comunhão” em vez de “graça” e “paz”: “O que vimos e ouvimos vo-lo anunciamos”, diz ele, “para que estejais também em comunhão conosco. E a nossa comunhão é com o Pai e com o seu Filho Jesus Cristo” (1Jo 1,3). Mas na segunda carta concorda com as cartas a Timóteo, dizendo: “Conosco estarão a graça, a misericórdia, a paz da parte de Deus Pai e de Jesus Cristo, o Filho do Pai” (2Jo 1,5). No princípio da terceira, silencia totalmente a respeito da Trindade; creio que por ser muito curta. Assim, de fato, começa: “O Ancião ao caríssimo Gaio, a quem amo na verdade” (3Jo 1,1). Considero que na palavra “verdade” está mencionada a Trindade.

Judas, depois de mencionar Deus Pai e o Senhor Jesus Cristo, para subentender o Espírito Santo, ou seja, o dom de Deus, emprega três palavras e, de fato, assim começa: “Judas, servo de Jesus Cristo, irmão de Tiago, aos que foram chamados, amados por Deus Pai e guardados em Jesus Cristo, a misericórdia, a paz e caridade vos sejam concedidas em abundância” (Jd 1,1-2). Com efeito, não se podem entender graça e paz sem misericórdia e caridade.

Mas Tiago fez para sua Carta um exórdio inusitado ao escrever assim: “Tiago, servo de Deus e do Senhor Jesus Cristo, às doze tribos da Dispersão, salvação” (Tg 1,1). Creio que assim escreveu, considerando que a salvação não se encontra a não ser no dom de Deus, onde estão a graça e a paz. E embora antes disso tenha nominado Deus e nosso Senhor Jesus Cristo, mesmo porque os homens não se salvam sem a graça e sem a paz, senão pelo que vem de Deus Pai e do Senhor Jesus Cristo, parece-me que Tiago tenha dito “salvação” em vez de Trindade, assim como João disse “verdade” na terceira carta.

13. Creio que, a este propósito, não se deve passar por alto o que o pai Valério⁴ percebeu com admiração numa conversa entre alguns camponeses. Pois, como um tivesse dito ao outro: *Salus*, este perguntou àquele, que sabia latim e púnico, o que significava: *Salus*. Aquele respondeu: *Tria*. Então, este, reconhecendo com alegria que nossa salvação é a Trindade, julgou que a correspondência entre as línguas não acontecia por acaso, mas por um ocultíssimo desígnio da divina Providência; assim, quando se pronuncia: *Salus*, em latim, em púnico se interpreta: *Tria*; e quando na sua língua os púnicos dizem: *Tria*, em latim se entende: *Salus*.

Com efeito, a cananeia, ou seja, a mulher púnica que tinha saído dos limites de Tiro e Sidônia, que no Evangelho personifica os gentios, pedia a salvação para sua filha, e o Senhor lhe respondeu: “Não fica bem tirar o pão dos filhos e atirá-lo aos cachorrinhos” (Mt 15,26). Ela, não negando a culpa aduzida, como que esperando obter a partir da confissão dos pecados a salvação da filha, ou seja, sua nova vida, disse: “Isso é verdade, Senhor, mas também os cachorrinhos comem das migalhas que caem da mesa dos seus donos” (Mt 15,27). De fato, na língua da mulher, que era cananeia, *salus* é chamada *tria*. Por isso nossos camponeses, quando interrogados sobre a definição de *tria*, respondem em púnico *chanani*,⁵ ou seja, suprimem uma letra, como é costume entre os camponeses, o que responderam senão “cananeus”? Pedindo ela a salvação, pedia Trindade, pois a língua romana, da qual é a palavra “*salus*”, que na língua púnica significa “Trindade”, tornou-se a língua principal das gentes na ocasião da vinda do Senhor. E dissemos que a mulher cananeia personificava os gentios. Mas o Senhor, denominando “pão” o que era pedido pela mulher, de que dava testemunho senão da Trindade? Na verdade, em outra passagem, pode-se ver nos três pães o símbolo da Trindade, conforme ele ensina com muita clareza. Mas dessa correspondência de palavras, seja ela

própria ou procurada, não se há de tratar com empenho de modo que se concorde com ela, mas na medida em que a complacência do que ouve admite a distinção do que interpreta.

14. Não há dúvida que transparece realmente de que é preciso considerar com grande atenção da mente e aceitar com todas as forças da piedade que, se a graça e a paz são postas pelo Apóstolo para recordar a completa Trindade, como se mencionasse o Espírito Santo, peca contra o Espírito Santo aquele que, desesperando, zombando ou desprezando a pregação da graça, pela qual se apagam os pecados, e da paz, pela qual somos reconciliados com Deus, recusa fazer penitência de seus pecados e decide permanecer em sua ímpia e mortífera suavidade e nessa persiste até ao fim. Por isso, o Senhor não deve ser ouvido com negligência quando diz que perdoa ao homem o que disser contra o Filho do Homem, mas o que disser contra o Espírito Santo, não lhe será perdoado, nem aqui, nem no mundo futuro, mas é réu de pecado eterno (cf. Mt 12,32).

Suponhamos alguém que não conhece a língua latina, o qual, ouvindo ser pronunciado por um outro *Spiritus Sanctus* (Espírito Santo), perguntar que coisa significa o som dessas palavras, e um trapaceiro ou mofador lhe der uma resposta diferente do que seja, algo vil e abjeto, de modo a enganar o interrogante, e mesmo proferir palavras zombeteiras a respeito do mesmo nome, julgo que ninguém tão frívolo e irrefletido há de chegar a atribuir algum pecado a esse homem.

Pelo contrário, se, calando-se acerca do nome, a coisa em si é levada à compreensão do interrogante com palavras por ele compreensíveis, mas ele manifestar com injúria palavras ou atos contra tão excelsa santidade, tornar-se-á réu. Sendo assim, creio estar claro que aquele que, tendo ouvido este nome, pensar que significa coisa diferente e proferir uma palavra contra a realidade em que acreditou estar significada por esse nome, ele não peca a ponto de se julgar que proferiu palavra contra o Espírito Santo.

Assim também, se alguém, procurando saber o que é Espírito Santo, ouvir de um ignorante que é o Filho de Deus pelo qual tudo foi feito, que também em determinada ocasião nasceu da Virgem e foi morto pelos judeus e ressuscitou, o qual, tendo ouvido, ou negue ou zombe do que foi dito, não se há de considerar ter dito palavra contra o Espírito Santo, mas sim contra o Filho de Deus ou o Filho do Homem, como ele se dignou chamar também. De fato, não se há de ter em conta o que seja para o ignorante o descrito pela voz, mas o exposto pela razão. Com efeito, quando ele proferia imprecações, injuriava contra aquele que contemplava, apresentado a si por seu pensamento.

Como quer que seja, porém, que se denomine uma realidade, é preciso indagar se essa deve ser reverenciada, negada ou reprovada. Desse modo, também, se alguém pergunta quem é Jesus Cristo, e respondem ao interrogante o que é próprio não do Filho de Deus, mas do Espírito Santo, e, tendo ouvido a explicação, ele blasfema, não se deve considerar que proferiu palavra contra o Filho de Deus, mas contra o Espírito Santo.

15. Mas se observarmos de relance e sem atenção o que foi dito: “Mas se disser contra o Espírito Santo, não lhe será perdoado, nem neste mundo, nem no vindouro” (Mt 12,32), quem pode ser encontrado tendo recebido de Deus o perdão dos pecados? Com efeito, os denominados pagãos, porque proibidos de fazê-lo com crueldade e derramamento de sangue, como no passado, ainda hoje perseguem e atormentam com maledicências e injúrias nossa religião, em todos os sentidos, e desprezam, negando e blasfemando, tudo o que dizemos sobre a Trindade. De fato, não excetam o Espírito Santo, venerando-o, para enfurecer-se contra os outros,⁶ mas ao mesmo tempo invectivam com o furor da impiedade, na medida em que podem, contra tudo o que solicitamente falamos sobre a majestade trina de Deus. Nema respeito de Deus Pai pensam coisas dignas, alguns negam-no completamente, outros confessam-no, mas imaginando sobre Ele coisas falsas, na verdade não o

veneram, mas sim suas representações. Em seu ímpio costume, preferiram muito mais zombar do que dizemos sobre o Filho de Deus ou sobre o Espírito Santo a cultuá-lo em nossa piedosa companhia.⁷

Contudo, na medida do possível, nós os exortamos a conhecer a Cristo e por ele a Deus Pai, e os aconselhamos a se alistarem na milícia do sumo e verdadeiro Imperador; e ainda os convidamos à fé, com a promessa do perdão de todos os pecados passados. A esse respeito, julgamos que, ao se tornarem cristãos, são perdoados sem qualquer dúvida, se algo disseram contra o Espírito Santo em sua sacrílega superstição.

Com relação aos judeus, Estêvão é testemunha de como procederam contra o Espírito Santo, visto que o apedrejaram, estando ele cheio do Espírito Santo, quando pelo mesmo Espírito disse o que havia dito contra eles. Com estas palavras disse claramente aos judeus: “Vós sempre resistis ao Espírito Santo” (At 7,51). Contudo, no meio dos judeus que resistiam ao Espírito Santo e, por isso, apedrejaram a Estêvão, seu vaso, por estar cheio dele, estava o apóstolo Paulo, cujas mãos custodiavam os mantos de todos; do qual ele se penitencia, estando cheio do mesmo Espírito, ao qual antes resistia cheio de orgulho e, agora, está preparado para ser apedrejado por causa das mesmas palavras, que o levaram a apedrejar o pregoeiro.

O que dizer dos samaritanos? Não resistem ao Espírito Santo, a ponto de se empenharem em extinguir totalmente a profecia que foi ministrada pelo Espírito Santo? Contudo, o próprio Senhor dá testemunho sobre a salvação deles na pessoa daquele que, apesar de ser samaritano, foi o único dentre os dez leprosos purificados, que voltou para dar graças (cf. Lc 17,15-16). E também daquela mulher com a qual conversou ao meio-dia junto ao poço, ou daqueles que creram por meio dela? (cf. Jo 4,7-42). Mas depois da Ascensão, como está escrito nos Atos dos Apóstolos, com que intensa alegria de santos a Samaria recebe a palavra de Deus! E o apóstolo Pedro, que recriminou o mago Simão pelo fato de ter pensado tão erradamente a respeito do Espírito Santo, de modo a considerá-lo venal e, por isso, suplicou poder comprá-lo com dinheiro! Contudo, Pedro não perdeu a esperança a respeito dele a ponto de não lhe dar lugar ao perdão; pois exortou-o com bondade a se arrepender (cf. At 8,9-22).

Finalmente, a própria autoridade insigne da Igreja católica, que por dom do Espírito Santo é mãe de todos os santos e se difunde, fecunda, por todo o orbe, a que herege ou cismático, se se corrige, privou da esperança de libertação? A quem fechou a porta da reconciliação com Deus? Não os chama com lágrimas a seu seio, que eles abandonaram com orgulhoso desprezo? Mas qual, ou dentre os chefes ou dentre os rebanhos de hereges, se pode mencionar que não resista ao Espírito Santo? A não ser que alguém pense tão perversamente e julgue ser réu contra o Espírito Santo somente aquele que disse algo contra o Espírito Santo, mas aquele que praticou muitas ações contra o Espírito Santo não deve ser considerado réu. Mas quem combate contra o Espírito Santo com tanta evidência como aqueles que se enfurecem contra a paz da Igreja com suas contendas inspiradas na mais refinada soberba? Mas se é questão de palavras, pergunto como uns nada dizem contra o Espírito Santo, enquanto outros asseveram não existir em absoluto enquanto tal, mas que existe um só Deus, que ora se chama Pai, ora Filho, ora Espírito Santo;⁸ outros, na verdade, confessam certamente existir o Espírito Santo, mas negam que seja igual ao Filho ou que seja Deus;⁹ outros confessam, de fato, haver a única e idêntica substância da Trindade, mas pensam com tanta impiedade sobre essa mesma substância divina que a consideram mutável e corruptível e asseveram que o Espírito Santo, que o Senhor prometeu enviar aos discípulos, não foi enviado no quinquagésimo dia depois da Ressurreição, como é atestado pelos Atos dos Apóstolos (cf. 2,1-4), mas trezentos anos depois, na figura de um homem,¹⁰ outros negam que tenha vindo, o que nós sustentamos, e afirmam que ele

escolheu profetas na Frígia, por meio dos quais falou muito depois;¹¹ outros querem apagar com um sopro seus sacramentos e não duvidam em rebatizar os batizados em nome do Pai e do Filho e do Espírito Santo.¹² Mas para não ir de um em um, pois são inúmeros, a todos estes, dos quais falei brevemente, ao voltarem à esposa de Cristo e ao condenarem seu erro e impiedade pelo arrependimento, nenhuma disciplina católica julgou que lhes devia ser negada a paz da Igreja e serem fechadas suas entranhas de misericórdia.

16. Se alguém pensa que se profere palavra contra o Espírito Santo somente quando é proferida por aqueles dos quais já foram perdoados os pecados pelo batismo, tenha em conta que nem aos tais se retira a ocasião à penitência, pela santidade da Igreja. Pois, se por isso se acredita que o perdão não lhes é concedido, porque, pela graça da fé e pelos sacramentos dos fiéis já recebidos, não se pode dizer que pecam por ignorância, procure perceber que um motivo para não ser perdoado é porque pecou no tempo da não-ignorância, e outro motivo é porque disse palavra contra o Espírito Santo. Com efeito, se apenas a ignorância merece perdão, e não se considera existir ignorância a não ser antes do batismo, se disser, depois do batismo, palavra não somente contra o Espírito Santo, mas também contra o Filho do Homem e, conseqüentemente, se se manchar com alguma fornicção, ou homicídio, ou infâmia, ou crime, não pode obter a cura pelo arrependimento. Os que assim pensaram, foram excluídos da comunhão católica, e há muitas sentenças mostrando que não podem participar da misericórdia divina por sua severidade.

Se alguém pensa que não tem perdão somente a palavra proferida contra o Espírito Santo depois que se recebeu o batismo, saiba primeiramente que, quando o Senhor falava sobre isso, não excetuou tempo algum, mas disse em geral: “Se disser contra o Espírito Santo, não lhe será perdoado, nem neste mundo, nem no vindouro”. Em segundo lugar, Simão, o qual mencionei antes, já tinha recebido o batismo, quando pensou sujeitar a si o Espírito Santo mediante uma compra sacrílega; contudo, Pedro deu-lhe o conselho de se arrepender, depois de corrigi-lo. Mas o que dizer daqueles que receberam o batismo adolescentes ou mesmo crianças, depois negligentemente educados, e levam, devido às trevas da ignorância, uma vida vergonhosa ao extremo, ignorando totalmente o que a disciplina cristã ordena ou proíbe, o que promete ou ameaça, o que se há de crer, de esperar, de amar? Ousaremos, por isso, considerar seus pecados como não pecados devido à ignorância por terem sido cometidos depois de batizados, quando, na verdade, tinham pecado em grande erro, totalmente ignorantes e desconhecedores completos, como se diz, de onde tinham a cabeça?

17. Se se diz que alguém peca cientemente no momento em que sabe ser um mal o que está por fazer e, mesmo assim, o faz, por que se há de julgar que esse pecado seja irremissível somente contra o Espírito Santo, e não também contra o Senhor Jesus Cristo? Ou se se julga que, se alguém peca ou diz palavra contra o Espírito Santo, é cometer qualquer pecado com conhecimento, de tal modo que todo pecado que os homens cometem por ignorância, é pecado contra o Filho, e os que cometem com conhecimento, considera-se pecado contra o Espírito Santo, pergunto: quem não sabe que é um mal, por exemplo, violar a castidade da mulher alheia, visto que certamente não quereria que isso acontecesse à sua esposa, ou fraudar alguém em negócios, ou iludir com mentiras, ou derrotar com falso testemunho, ou armar ciladas para roubar bens, ou matar alguém, e tudo aquilo que não quer feito a si mesmo por outro e que, indubitavelmente, se acusa com todo o coração ao se ouvir ser feito? E se dissermos que esses atos são praticados por ignorantes,¹³ com que ações depararemos nas quais os homens sejam vistos pecar cientemente?

Resta, portanto, que, se pecar contra o Espírito Santo é pecar cientemente, negue-se a oportunidade de arrependimento àqueles pecados que mencionei, pois o Senhor cerceou toda esperança de perdão

ao pecado contra o Espírito Santo; mas a norma cristã rejeita a negação do perdão àqueles pecados e não cessa de chamar à correção da vida todos os que de tal modo pecam; é preciso investigar ainda mais o que seja o pecado contra o Espírito Santo, ao qual não se concede perdão.

18. Ou, talvez, não se há de dizer que peca com conhecimento aquele que sabe ser um mal o pecado e, contudo, peca não tomando consciência de Deus e de sua vontade? Parece que isto é o que diz o Apóstolo escrevendo aos hebreus: “Pois, se pecamos voluntariamente depois de receber o conhecimento da verdade, já não há sacrifícios pelos pecados” (Hb 10,26). Pois seria pouco, se tivesse dito apenas: “Se pecamos voluntariamente”, se não tivesse acrescentado: “Depois de receber o conhecimento da verdade”, na qual certamente se conhece a Deus e sua vontade. Esse conhecimento parece concordar com a sentença do Senhor, onde diz: “Aquele servo que não conhece a vontade de seu senhor e faz coisas merecedoras de chicotadas será açoitado poucas vezes, mas o servo que conhece a vontade do senhor e faz coisas dignas de chicotadas, será açoitado muitas vezes” (Lc 12,47-48), para considerarmos que o que foi dito: “Será açoitado poucas vezes”, como se dissesse: ao castigado levemente lhe corresponderá o perdão; mas no que foi dito: “Será açoitado muitas vezes”, deve-se entender o suplício eterno, com o qual ameaça os que pecam contra o Espírito Santo, aos quais o pecado nunca será perdoado, se este é o pecado contra o Espírito Santo: pecar com conhecimento da vontade de Deus.

Se isso é assim, é necessário pensar e discutir primeiramente quando se conhece a vontade de Deus. Pois alguns a conheceram, mesmo antes de receberem o batismo. Assim, o centurião Cornélio conheceu a vontade de Deus pelo ensinamento do apóstolo Pedro e recebeu o Espírito Santo antes de ser batizado entre sinais claríssimos e testemunhais, embora nem por isso subestimou esse sacramento, mas foi batizado com mais segurança, de modo que, para aperfeiçoar o conhecimento da verdade, não tardou em receber esse sinal sagrado (cf. At 10).

Mas muitos não se preocupam em conhecer a vontade de Deus, nem mesmo depois de receberem o batismo. Portanto, não podemos dizer e crer de forma alguma que, se alguém pecar antes do batismo, conhecendo a vontade de Deus, não lhe são perdoados todos os pecados quando se aproximar do batismo. Acrescenta-se a isso que a vontade de Deus se insinua aos que creem, resumidamente, no amor de Deus e do próximo, tanto que toda a Lei e todos os Profetas dependem desses dois preceitos (cf. Mt 22,37-40).

O próprio Senhor nos recomenda o amor ao próximo, ou seja, o amor ao homem e mesmo o amor ao inimigo (cf. Mt 5,44). Vemos quão muitos já batizados que confessam ser verdade e veneram os preceitos do Senhor, mas quando são vítimas da inimizade de alguém, de tal modo se enfurecem com desejo de vingar e se inflamam com tanto ardor de ódio que não se aplacam nem que lhes apresentem e recitem o Evangelho, e as igrejas estão cheias de tais pessoas. Homens espirituais não cessam de admoestá-las fraternalmente e as instruem constantemente com espírito de brandura (cf. Gl 6,1), a fim de que estejam preparadas para se prevenir e resistir a tais tentações e mais amem reinar na paz de Cristo que se alegrar com a opressão do inimigo. Isso se faria em vão, se não restasse esperança alguma de perdão, remédio algum para o arrependimento de tais pecadores. E os que assim pensam, evitem afirmar que o patriarca Davi, provado e elogiado por eleição divina, ignorou a vontade de Deus, quando, vencido pelo amor a uma esposa alheia, procurou enganar e matar o marido dela, tendo sido censurado por esse crime, primeiramente por si mesmo e depois pela voz do profeta, havia de libertar-se pela humildade do arrependimento e pela confissão do pecado. Mas certamente foi açoitado muitas vezes (cf. 2Sm 11-12), e pelo seu exemplo ensinou a se compreender que o dito pelo Senhor: “Aquele servo que conhece a vontade de seu senhor, e faz coisas dignas de chicotadas, será açoitado muitas vezes”, não se refere ao castigo eterno, mas a uma pena mais rigorosa.

19. Os que estudam mais a fundo a questão sobre o que diz o Apóstolo na Carta aos hebreus, interpretam-no, dizendo que não se há de aplicar ao sacrifício do coração contrito o que ele disse: “Já não há sacrifícios pelos pecados” (Hb 10,26), mas ao sacrifício do qual o Apóstolo então falava, ou seja, ao holocausto da Paixão do Senhor, que cada um oferece pelos seus pecados no tempo em que o batizado se consagra pela fé na mesma Paixão e se embebe do nome dos fiéis cristãos. E com isso o Apóstolo quis dizer que não se pode ser purificado depois de pecar, recebendo novamente o batismo. Assim entendido, não se fecha a oportunidade para o arrependimento e confessemos não terem recebido o pleno conhecimento da verdade os que ainda não foram batizados. Disso se conclui que há de se entender batizado todo aquele que recebeu o conhecimento da verdade. Mas nem todo batizado recebeu o conhecimento da verdade devido a acontecimentos posteriores ou a uma lamentável negligência. No entanto, se peca outra vez, não pode ser oferecido o sacrifício do qual falava o Apóstolo, ou seja, o holocausto do Senhor, o qual é oferecido de certo modo por cada um, quando é marcado com o nome do Senhor ao ser batizado.

Com efeito, não podem ser novamente batizados os que foram batizados uma vez, ainda que pequem mesmo depois do batismo por ignorância da verdade. Assim acontece porque, justamente, não se pode dizer com respeito a ninguém que tenha recebido o conhecimento da verdade sem o batismo; a todo aquele que o recebeu não tem direito ao sacrifício pelos pecados, ou seja, não pode ser batizado outra vez. Contudo, nem todo aquele que não recebeu o conhecimento da verdade pela instrução pode pensar que tem o direito de que lhe seja oferecido o sacrifício, se já foi oferecido, ou seja, se já recebeu o conhecimento da verdade pelo sacramento do batismo, não pode ser novamente batizado. Como se disséssemos que nenhum homem é quadrúpede: isso não quer dizer que todo animal, que não é homem, não seja quadrúpede.

No tocante àqueles que já foram batizados, preferimos dizer que se curam pela penitência, em vez de dizer que se renovam, porque a renovação está no batismo, no qual, na verdade, a penitência atua, mas como num alicerce. Permanecendo o alicerce, o edifício pode ser restaurado; mas se alguém quiser refazer o alicerce, é preciso derrubar todo o edifício. Por isso, assim diz na Carta aos hebreus, que pareciam afastar-se do Novo Testamento para o antigo sacerdócio: “Por isso, deixando de lado o ensinamento elementar de Cristo a respeito, elevemo-nos à sua fase definitiva: o arrependimento das obras mortas e a fé em Deus, a doutrina sobre o batismo e a imposição das mãos, a ressurreição dos mortos e o julgamento eterno” (Hb 6,1-2). Todas essas realidades, que ele nega ser preciso repetir, são outorgadas certamente no batismo, quando os fiéis são consagrados. Pois na explicação da palavra de Deus e na doutrina, essas realidades são tratadas não uma única vez, mas muitas vezes, conforme o exige a oportunidade dos assuntos sobre os quais se disserta.

20. Porventura, virá a propósito o assunto referente ao caso em que não se comete nenhum pecado com conhecimento; mas se especificamente se comete com conhecimento o pecado contra o Espírito Santo, dever-se-á pensar que não tenha perdão? A esta altura, pode-se perguntar se os judeus sabiam que o Senhor agia pelo Espírito Santo, quando blasfemavam dizendo que expulsava demônios pelo príncipe dos demônios (cf. Mt 9,34). Admiro, porém, que pudessem reconhecer nele o Espírito Santo, se ignoravam que o Senhor era o Filho de Deus, naquela cegueira que “atingiu uma parte de Israel, até que chegue a plenitude das gentes” (Rm 11,25). Sobre essa cegueira trataremos oportunamente no lugar devido, com a ajuda e permissão do Senhor.

Finalmente, se por discernimento de espírito se entende aquele pelo qual qualquer um julga se o Espírito Santo atua em alguém ou se é o espírito da mentira, mas este discernimento é concedido aos fiéis em certas ocasiões pelo Espírito Santo, conforme o Apóstolo o diz em outra passagem (cf. 1Cor 12,10), como os judeus infiéis podiam discernir sem esse dom se o Senhor atuava pelo Espírito

Santo? No entanto, neles, para serem feridos com um justo castigo, foram evidentes seus bem manifestos juízos de malevolência ao apresentarem falsas testemunhas contra ele (cf. Mt 26,59-60), e ao subornarem enviados para apanhá-lo em alguma palavra (cf. Mt 22,15-17) e, também, quando se empenhavam em corromper os guardas, para que espalhassem notícias falsas, quando tiveram lugar as espantosas maravilhas acontecidas na ressurreição (cf. Mt 28,11-13). Além disso, manifestaram-se neles outros sinais de um espírito cheio de malícia e de veneno, conforme o mostra a narrativa evangélica.

21. Portanto, por aí começa a ficar claro que peca contra o Espírito Santo aquele que se opõe com espírito malévolo às obras realizadas pelo Espírito Santo. Pois, embora não saiba se é o Espírito Santo, contudo aquele que tem disposição de não querer que estas obras sejam do Espírito Santo, não porque sejam más, mas porque lhes nega, considera-se com razão que peca contra o Espírito Santo, pois pela sua malícia opõe-se à bondade do Espírito Santo. Todavia, se algum dentre os homens, os quais o Senhor acusa daquele pecado, vindo à fé de Cristo e pedindo com lágrimas a salvação, rejeitando a inveja com a dor da penitência, como alguns deles talvez o fizeram, pergunto se alguém será tão obstinado em seu erro a ponto de ou negar que não convinha serem admitidos ao batismo de Cristo, ou teimar em dizer que foram admitidos em vão? Pois, se alguém blasfemar contra as obras divinas, levado pela inveja, ao resistir pela sua malícia aos bens de Deus, ou seja, aos seus dons, considere-se que peca contra o Espírito Santo e, por isso, não há para ele esperança de perdão. Vejamos se o apóstolo Paulo pertenceu a esse número. Ele diz, de fato: “A mim que outrora fui blasfemo, perseguidor e insolente, mas obtive misericórdia, porque agi por ignorância, na incredulidade” (1Tm 1,13). Ou não chegava a esse tipo de culpa, porque não era invejoso? Ouçamos o que diz em outro lugar: “Porque também nós antigamente éramos insensatos e incrédulos, extraviados, escravos de toda sorte de paixões e de prazeres, vivendo em malícias e inveja, odiados pelos homens e odiando-nos uns aos outros” (Tt 3,3).

22. Portanto, não se fecha aos ainda não-batizados o acesso ao batismo de Cristo, nem aos pagãos, nem aos hebreus, nem aos hereges, nem aos cismáticos, quando se convertem para melhor, reconhecendo a maldade de sua vida anterior. E ainda que os adversários da cristandade e da Igreja de Deus, antes de serem lavados com os sacramentos cristãos, tenham resistido ao Espírito Santo com a maior hostilidade que lhes foi possível; se mesmo a pessoas que receberam o conhecimento da verdade, chegando mesmo à recepção dos sacramentos e, tendo caído depois disso, resistiram ao Espírito Santo, não se nega o auxílio da misericórdia ao procurarem emendar-se e buscar, pela penitência, a paz de Deus; se, finalmente, aqueles mesmos, os quais o Senhor acusou de blasfêmia contra o Espírito Santo proferida por eles, os que, caindo em si, recorreram à graça de Deus, foram curados sem qualquer dúvida, o que resta senão dizer que o pecado contra o Espírito Santo, que o Senhor diz que não é perdoado nem neste mundo nem no vindouro, deve ser entendido como a perseverança na maldade e na iniquidade, com desespero de alcançar o perdão de Deus?

Pois proceder desse modo é resistir à graça e à paz de Deus, sobre as quais teve origem este discurso. Com efeito, do exposto se pode advertir, mesmo aos judeus, cuja blasfêmia o Senhor censurou, que não foi fechada a oportunidade de se corrigirem e de se arrependerem. É o que o Senhor lhes disse no momento em que os censurou: “Ou declarais que a árvore é boa e o seu fruto é bom, ou declarais que a árvore é má e o seu fruto é mau” (Mt 12,33). Ele não o teria dito por motivo algum se, devido à blasfêmia, não lhes fosse possível ser melhores e produzir fruto de boas obras, ou então os produziriam em vão sem o perdão de seu pecado.

23. Portanto, quando o Senhor expulsava demônios no Espírito de Deus e curava as outras doenças e

langores dos corpos humanos, não tinha outra intenção senão que cressem no que diz: “Convertei-vos, porque o Reino dos Céus está próximo” (Mt 3,2). Porque os pecados são perdoados de modo invisível, ele preparava a fé na remissão dos pecados com os milagres, o que mostrou de uma maneira muito clara no parálítico. Com efeito, primeiramente ofereceu ao parálítico o dom invisível pelo qual viera, pois o Filho do Homem não tinha vindo para julgar o mundo, mas para salvar o mundo (cf. Jo 3,17), depois de ter dito: “Os teus pecados estão perdoados” (Mc 2,5), e porque os judeus murmuravam indignados porque lhes parecia estar arrogando para si tão grande poder (Mc 2,6-8), disse: “Que é mais fácil dizer ao parálítico: Os teus pecados estão perdoados, ou dizer: Levanta-te e caminha? Pois bem, para que saibais que o Filho do Homem tem poder de perdoar os pecados, eu te ordeno – disse ao parálítico – levanta-te, toma o teu leito, e vai para tua casa” (Mc 2,9-11). Assim demonstrou suficientemente com o gesto e com as palavras que o que ele fazia nos corpos era para que se acreditasse que libertava as almas pelo perdão dos pecados, ou seja, a fim de que o poder invisível merecesse a fé a partir do poder visível.

Portanto, como praticava todas essas obras no Espírito de Deus, a fim de outorgar a graça e a paz aos homens, a graça na remissão dos pecados, a paz na reconciliação com Deus,¹⁴ do qual somente os pecados separam, e como os judeus tivessem dito que expulsava demônios pelo poder de Belzebu, quis misericordiosamente adverti-los a não proferirem palavra e blasfêmia contra o Espírito Santo (cf. Mt 12,22-23), ou seja, a não resistirem à graça e à paz de Deus que o Senhor viera doar pelo Espírito Santo. Dizia-lhes que esse pecado não seria perdoado neste mundo, nem no vindouro, não porque já o tivessem praticado, mas para que não o fizessem desesperando do perdão, ou como que presumindo de sua justiça e não fazendo penitência, ou perseverando nos pecados; desse modo, de fato, diriam palavra, ou seja, blasfêmia contra o Espírito Santo, no qual o Senhor fazia aqueles sinais para conceder a graça e a paz, se, perseverando nos pecados, resistissem à graça e à paz. “Dizer palavra” não parece ter o sentido de se referir apenas ao que produzimos pela língua, mas também ao que é concebido no coração e também exprimimos pelas ações.

De fato, assim também não louvam a Deus os que somente o louvam com o som que sai da boca e não também com obras. Deles, de fato, foi dito: “Afirmam conhecer o Senhor, mas negam-no com os seus atos” (Tt 1,16). Por isso, está claro algo que pode ser dito com atos, assim como está claro que algo pode ser negado com atos. E assim como o que diz o Apóstolo: “Ninguém pode dizer: ‘Jesus é o Senhor’, a não ser no Espírito Santo” (1Cor 12,3), não pode ser justamente entendido a não ser que se compreenda dizer mediante atos. Com efeito, não se pode considerar que o digam no Espírito Santo aqueles aos quais o próprio Senhor diz: “Por que me chamais ‘Senhor! Senhor’, mas não fazeis o que vos digo?” (Lc 6,46); e também: “Nem todo aquele que me diz: ‘Senhor, Senhor’, entrará no Reino dos Céus” (Mt 7,21). Assim também, aquele que diz palavra contra o Espírito Santo, que o Senhor quer que se considere sem perdão, ou seja, aquele que, perdendo a esperança sobre a graça e a paz que ele concede, diz que vai perseverar em seus pecados, considere-se como dizendo com atos; de sorte que, como eles negam a Cristo em suas ações, assim aqueles afirmam com suas ações que vão continuar em sua má vida e em seus costumes dissipados, e assim procedem, ou seja, assim perseveram.

Se assim procedem, quem há de se admirar, ou quem não compreende que também nosso Senhor Jesus Cristo tenha chamado os judeus mediante aquele conselho para fazer penitência, a fim de conceder a graça e a paz aos que nele cressem? E os que resistiam a esta graça e a esta paz e, desse modo, diziam palavra e blasfêmia contra o Espírito Santo, ou seja, perseveravam em seus pecados com desesperança e obstinação ímpia da mente, e se ensoberbeciam contra Deus sem a humildade da confissão e da penitência, quem se há de admirar de que não lhes fosse concedido o perdão nem

neste mundo, nem no vindouro?

Se assim é, fica resolvida, com a munificência do Senhor, uma importante e difícilima questão, valendo-me da oportunidade de se tratar da graça e da paz, que nos vêm de Deus Pai e nosso Senhor Jesus Cristo. Mas se alguém deseja uma consideração e exposição mais cuidadosas sobre tão importante assunto, saiba que encontrará o que deseja no Evangelho e nas palavras dos evangelistas, e lembre-se de que no momento assumimos a exposição da Carta do apóstolo Paulo aos romanos, cujo texto sucessivo investigaremos em outros volumes, se o Senhor quiser, pois deste livro já seja esta a medida.

¹ Cf. *exp. Gal.* 1.

² Isto é, não do povo judeu.

³ Acerca da distinção entre *factus* e *natus*, veja-se nota 3, a *exp. Gal.* 30.

⁴ Trata-se do bispo da diocese de Hipona, a quem, ao pedir um sacerdote que o auxiliasse, os fiéis indicaram Agostinho, que ele ordenou em seguida (cf. Possídio, *Vida de Santo Agostinho*, 5,2, Paulus, 1997). Para mais dados acerca de Valério, veja-se a voz “Valerivs 2”, em A. Mandouze, *Prosopographie chrétienne du Bas-Empire. Prosopographie de l’Afrique chrétienne (303-533)*, Paris, 1982, pp. 1139-1141.

⁵ Que Agostinho lê como apócope do latim *chananaei* (cananeus).

⁶ As outras pessoas da Trindade, o Pai e o Filho.

⁷ Na comunidade dos fiéis (*pia societas*), isto é, na Igreja.

⁸ Os sabelianos. Sabélio (séc. III) aprendeu de Noeto de Esmirna (séc. II) o modalismo, isto é, o Filho e o Espírito Santo não são pessoas distintas na Trindade, mas sim diferentes modos de o Pai manifestar-se.

⁹ Os arianos. Para Ário (séc. III/IV), o Filho tinha sido criado por Deus do nada; não era, portanto, nem coeterno ao Pai, nem de sua mesma substância. Ário não desenvolveu esta sua doutrina em relação ao Espírito Santo, que, marginalmente, considera ser a primeira criatura do Filho, responsável pela criação por vontade do Pai. Sua condenação no Concílio de Niceia (325) não fez desaparecer o arianismo, que, na segunda metade do séc. IV, desenvolveu sua doutrina em relação ao Espírito Santo, isto é, enquanto criatura.

¹⁰ Os maniqueus. O maniqueísmo considerava a divindade um corpo material e, por isso, mutável. Amplamente difuso, tanto cronológica quanto geograficamente, o maniqueísmo possuía não poucas variantes regionais. Uma delas, norte-africana, atribuía a Manes, por ter revelado a verdade, a identificação com o Espírito Santo.

¹¹ Trata-se de um movimento que se autodenominava “a profecia”, ou “nova profecia”, mas ficou conhecido como catafrígio, ou montanista. O primeiro nome indica o lugar em que surgiu, o segundo seu fundador, Montano (séc. II), que se apresentava como o Paráclito. Prisca e Maximila eram as profetisas mais conhecidas do movimento, e afirmavam, com Montano, ser portadoras da verdade definitiva sobre a felicidade do ser humano. Em vista de um fim do mundo iminente, pregavam uma rigorosa ascese e uma obediência irrestrita às suas ordens.

¹² Os donatistas. Cismáticos que não negavam o Espírito Santo, mas negavam sua ação naqueles que, durante a perseguição de 303-305, tinham entregado (*traditores*) os livros sagrados aos perseguidores. Por isso, os sacramentos administrados pelos *traditores* e por quem foram por estes ordenados eram considerados inválidos pelos donatistas.

¹³ Isto é, o desconhecimento do que seja um mal.

¹⁴ Agostinho distinguiu entre a remissão dos pecados, na graça, e a reconciliação com Deus, na paz. Mas, ao revisar o texto, afirma que se deve entender que a paz e a reconciliação com Deus pertencem à esfera da graça. Cf. *Retractationes* 1,25[24].

Coleção **PATRÍSTICA**

1. Padres Apostólicos, Clemente Romano – Inácio de Antioquia – Policarpo de Esmirna – Pseudo-Barnabé – Hermas – Pápias – Didaqué
2. Padres Apologistas, Carta a Diogneto – Aristides – Taciano – Atenágoras – Teófilo – Hérmiias
3. Apologias e Diálogo com Trifão, Justino de Roma
4. Contra as heresias, Ireneu de Lião
5. Explicação dos símbolos (da fé) – Sobre os sacramentos – Sobre os mistérios – Sobre a penitência, Ambrósio de Milão
6. Sermões, Leão Magno
7. A Trindade, S. Agostinho
8. O livre-arbítrio, S. Agostinho
- 9/1. Comentário aos Salmos (Salmos 1-50), S. Agostinho
- 9/2. Comentário aos Salmos (Salmos 51-100), S. Agostinho
- 9/3. Comentário aos Salmos (Salmos 101-150), S. Agostinho
10. Confissões, S. Agostinho
11. Solilóquios – A vida feliz, S. Agostinho
12. A Graça (I), S. Agostinho
13. A Graça (II), S. Agostinho
14. Homília sobre Lucas 12 – Homílias sobre a imagem do homem – Tratado sobre o Espírito Santo, Basílio de Cesareia
15. História eclesiástica, Eusébio de Cesareia
16. Os bens do matrimônio – A santa virgindade consagrada – Os bens da viuvez: Cartas a Proba e a Juliana, S. Agostinho
17. A doutrina cristã, S. Agostinho
18. Contra os pagãos – A encarnação do Verbo – Apologia ao imperador Constâncio – Apologia de sua fuga – Vida e conduta de S. Antão, S. Atanásio
19. A verdadeira religião – O cuidado devido aos mortos, S. Agostinho
20. Contra Celso, Orígenes
21. Comentário ao Gênesis, S. Agostinho
22. Tratado sobre a Santíssima Trindade, S. Hilário de Poitiers
23. Da incompreensibilidade de Deus – Da Providência de Deus – Cartas a Olímpia, S. João Crisóstomo
24. Contra os Acadêmicos – A Ordem – A grandeza da Alma – O Mestre, S. Agostinho
25. Explicação de algumas proposições da Carta aos Romanos / Explicação da Carta aos Gálatas / Explicação incoada da Carta aos Romanos, S. Agostinho
26. Examerão – os seis dias da criação, S. Ambrósio
- 27/1. Comentário às Cartas de São Paulo/1 – Homílias sobre a Carta aos Romanos – Comentário sobre a Carta aos Gálatas – Homílias sobre a Carta aos Efésios, S. João Crisóstomo
- 27/2. Comentário às Cartas de São Paulo/2 – Homílias sobre a Primeira Carta aos Coríntios – Homílias sobre a Segunda Carta aos Coríntios, S. João Crisóstomo
- 27/3. Comentário às Cartas de São Paulo/3 – Homílias sobre as cartas: Primeira e Segunda a Timóteo, a Tito, aos Filipenses, aos Colossenses, Primeira e Segunda aos Tessalonicenses, a Filemon, aos Hebreus, S. João Crisóstomo
28. Regra Pastoral, S. Gregório Magno
29. A criação do homem / A alma e a ressurreição / A grande catequese, S. Gregório de Nissa
30. Tratado sobre os Princípios, Orígenes
31. Apologia contra os livros de Rufino, S. Jerônimo
32. A fé e o símbolo / Primeira catequese aos não cristãos / A disciplina cristã / A continência, S. Agostinho

Direção Editorial
Claudiano Avelino dos Santos

Coordenação de desenvolvimento digital
Erivaldo Dantas

Titulos originais
Expositio quarumdam propositionum ex Epistula ad Romanos
Expositio epistulae ad Galatas
Epistulae ad Romanos inchoata expositio

Tradução
Agostinho Belmonte, OAR
Da edição crítica de J. Divjak dos respectivos textos para o Corpus Scriptorum Ecclesiasticorum Latinorum, Viena, 1971, vol. 84.

Introdução e notas
Heres Drian de O. Freitas, OSA

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

Agostinho, Santo, Bispo de Hipona, 354-430
Explicação de algumas proposições da carta aos Romanos; Explicação da carta aos Gálatas; Explicação incoada da carta aos Romanos / Santo Agostinho; [tradução Agostinho Belmonte]. — São Paulo: Paulus, 2009. — (Coleção Patristica; 25)

Título original: Expositio quarumdam propositionum ex Epistula ad Romanos; Expositio epistulae ad Galatas; Epistulae ad Romanos inchoata expositio.
Bibliografia.

eISBN 9788534938990

1. Bíblia. N.T. – Romanos – Comentários I. Título. II. Título: Explicação da carta aos gálatas. III. Título: Explicação incoada da carta aos Romanos. IV. Série.
09-01008

CDD-227.106

Índices para catálogo sistemático:
1. Romanos: Epístolas de Paulo: Comentários 227.106

© PAULUS – 2014
Rua Francisco Cruz, 229 • 04117-091 São Paulo (Brasil)
Fax (11) 5579-3627 • Tel. (11) 5084-3066
www.paulus.com.br • editorial@paulus.com.br

eISBN 9788534938990